

SILÊNCIO E INTERDITO

discursos em movimento

organizadores

FABIO ELIAS VERDIANI TFOUNI

ANGELA DERLISE STÜBE

CLARICE PIMENTEL PAULON

Silêncio e Interdito:

discursos em movimento



Fabio Elias Verdiani Tfouni
Angela Derlise Stübe
Clarice Pimentel Paulon
(Orgs.)

Silêncio e Interdito:

discursos em movimento



Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Fabio Elias Verdiani Tfouni; Angela Derlise Stübe; Clarice Pimentel Paulon
[Orgs.]

Silêncio e interdito: discursos em movimento. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. 246p. 14 x 21 cm.

ISBN: 978-85-7993-309-7 [Impresso/2016]
978-65-265-2196-0 [Digital]

1. Análise de discurso. 2. Interdito discursivo. 3. Silenciamento. 4. Autores. I. Título.

CDD – 410

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB – 8-8828

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/ Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores
www.pedroejoaoeditores.com.br
13568-878 – São Carlos – SP
2025

À nossa frente, à mesma altura, abre-se uma porta e aparece um homem sorridente que, alegre, vem em minha direção. Ele se aproxima bem, pára e me diz: “Mostre a língua!”. Mostro a língua e ele leva a mão ao bolso, tira um canivete, abre-o e põe a lâmina bem perto de minha língua. Ele diz: “Agora lhe cortaremos a língua”. Não ousou recolher a língua; ele se aproxima cada vez mais, até quase tocá-la com a lâmina. No último momento, ele recolhe a faca e diz: “Hoje ainda não, amanhã”. Ele dobra o canivete e o guarda no bolso.

Todas as manhãs, saímos pela porta para o pátio vermelho, a porta se abre e o homem sorridente aparece. Sei o que dirá e aguardo sua ordem de mostrar a língua. Sei que ele a cortará, e cada vez tenho mais medo. Assim começa o dia e a história se repete muitas vezes (CANETTI, *A língua absolvida*, 1987, p.11).

Agradecimentos

Agradecemos à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (POSGRAP), e à Coordenação de Pós-Graduação (COPGD) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) pela aprovação e pelo financiamento parcial deste projeto, através da chamada pública 05/2015/POSGRAP/COPGD, que viabilizaram esta publicação.

Agradecemos também ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) pelo financiamento parcial deste projeto.

Os Organizadores.

Sumário

Prefácio	11
<i>Maria José Coracini</i>	
Apresentação	19
<i>Organizadores</i>	
Exilados da própria língua: a (des)estabilização de fronteiras	25
<i>Angela Derlise Stübe</i>	
O silêncio na Constituição subjetiva	49
<i>Clarice Pimentel Paulon e Leda Verdiani Tfouni</i>	
50 anos do golpe militar: uma análise discursiva das capas das revistas Carta Capital, Época, IstoÉ e Veja	67
<i>Ercília Ana Cazarin e Taiane de Oliveira Volcan</i>	
Interdito, silêncio e as modalidades da lógica aristotélica	89
<i>Fabio Elias Verdiani Tfouni</i>	
O silêncio na clínica dos distúrbios da linguagem	115

Luiza Milano

A língua portuguesa na escola: Imposição
e silenciamento 133

*Maria Emília de Rodat de Aguiar Barreto
Barros*

A prática do calar como modo de
subversão 157

Maurício Beck

O silêncio como resistência à banalização
da linguagem 175

Noeli Tejera Lisboa

A interdição discursiva na cassação do
PCB em 1947 205

Rodrigo Oliveira Fonseca

Sobre os organizadores e os autores 243

Prefácio

Costumo iniciar um prefácio tecendo comentários sobre o sentido dessa palavra que, como muitas outras, distorcem a imagem do objeto: prefácio significa o que se faz antes, antes da obra, da ópera, do trabalho. Mas, tal como a imagem no espelho nos representa ilusoriamente inteiros, reais, quando, na verdade, fornece a imagem invertida de nós mesmos, iludindo-nos pela imagem totalizante e completa, o prefácio é o fazer último de uma obra, embora produza o efeito de sentido de texto primeiro com relação ao restante dos textos, nos quais se baseia. É isso um prefácio lt.: pre+facere = fazer antes): um texto que aparece antes dos capítulos da obra, mas que se escreve *a posteriori*; como diria Freud, no só-depois, pois é no só-depois que podemos comentar uma obra.

Prefaciando uma obra cujo tema central é o silêncio e o interdito, termos que podem ser analisados isoladamente ou em conjunto, observando as consequências de um sobre o outro, constitui um prazer a mais, já que se trata de uma temática atemporal, no sentido de que sua importância não se restringe ao momento atual, mas remete também ao passado, próximo ou longínquo, de qualquer sociedade, mas sobretudo de sociedades emergentes ou de terceiro mundo, em que o poder vigente, legitimamente constituído ou ilegitimamente construído, se impõe, de modo soberano, sobre os grupos sociais, silenciando as vozes contrárias aos seus desígnios. Mas, a importância

da temática se deve, mais do que tudo, à pluralidade de contextos em que o interdito que silencia se faz presente: na política, na família, na escola, nos grupos de amizade, alguns dos quais se encontram muito bem analisados e abordados neste livro.

Aliás, o interdito é constitutivo da subjetividade na medida em que é fruto da castração, da impossibilidade de realizar o gozo edipiano, sem limites, do incesto proibido e aniquilador, como postula a psicanálise freudo-lacanianana. Somos, portanto, constituídos pelo interdito desde que nos tornamos sujeito.

Mas, não é apenas desse interdito constitutivo que nos faz sujeitos barrados, impossibilitados de atingir a completude e o gozo supremo, que se trata. Quando se fala em interdito, pensa-se imediatamente em algo proibido, em silenciamento; a palavra ou outro meio de comunicação são proibidos por alguém ou por um sistema político-social em determinadas circunstâncias. O direito à livre expressão, à palavra sem coerção, à expressão de opinião é uma prerrogativa de sistemas político-democráticos que respeitam os cidadãos e concebem a crítica como um bem legítimo na conquista da justiça e do bem comum. Nesses contextos, não há espaço para os interditos, ou melhor, para a censura, isto é, para os dizeres entre, para os dizeres que se posicionam entre outros dizeres, silenciando e oprimindo.

Mas, obviamente, o silêncio – ou seja, o silenciamento – não é imposto apenas pelo poder político; pode ser exercido por outros, representantes de

instituições como a polícia, a prisão, os manicômios, a família, que, conforme o momento histórico e social, um dos condicionantes da produção do discurso, exercem também um poder soberano. Basta lembrar das sociedades patriarcais em que as mulheres e os filhos tinham o dever de se submeterem ao *pater familias*, cujo poder emanava diretamente de Deus. O “*pater familias*” exercia, como mostra Foucault (1999) o biopoder – poder de decidir sobre a vida (ou sobre a morte) daqueles que lhe deviam obediência e, portanto, submissão – poder sobre a moral e a ordem. Vestígios do patriarcado ainda se encontram em nossa sociedade.

Como já acenamos, a escola também silencia, de forma menos evidente, subliminar por assim dizer, porque parece não haver outra forma de ensinar a não ser aquela que conhecemos: o professor determina as ideias, o raciocínio, o pensamento, influenciando no fazer e, portanto, no ser do(a) aluno(a). Assim, em sala de aula, ao definir o sentido de um texto ou ao enunciar um conhecimento que advém de uma interpretação legitimada pela instituição escolar ou pela academia como verdadeira, o(a) professor(a) silencia todos os demais sentidos que poderiam advir de outras interpretações, produzidas por cada um dos leitores ou alunos, se pudessem proceder livremente, a partir da sua própria história, de suas possibilidades e – por que não? – de seu inconsciente, um saber que não se sabe, como afirma Lacan (1964 [1998]), mas que orienta, ao lado das instituições sociais – as ações, pensamentos e crenças de cada sujeito.

Essas instituições e outras, legitimadas pela leis locais de uma dada época, de um dado lugar e momento histórico-social, impunham (e impõem) o silenciamento. Assim, fomos e somos silenciados por autoridades que proíbem que se fale, que se denuncie, que se resista, porque detêm um poder soberano que não admite reações que coloquem em dúvida a(s) verdade(s) do sistema.

Entretanto, o silenciamento mais brutal, porque é mais eficaz, ao qual os indivíduos se submetem sem questionar, sem mesmo perceber que estão se assujeitando, é o poder da cultura e das religiões. Estas silenciam no silêncio, sem despertarem a atenção dos silenciados, que pensam e agem conforme o que lhes é transmitido pela tradição e/ou pela fé, berço que os acolhe de braços abertos, antes mesmo de seu nascimento, inserindo-os em uma memória discursiva, ou melhor, em discursos, que, de algum modo, cerceiam o dizer, o pensar e o fazer.

O silêncio pode também advir da cultura: os indígenas brasileiros, por exemplo, precisam de silêncio para pensar, enquanto que a sociedade hegemônica brasileira convive mal com o silêncio: quando nos encontramos diante de outro, ainda que desconhecido, sentimos necessidade de dizer qualquer coisa, ainda que seja uma banalidade do tipo: “que bom que está chovendo!” ou “será que vai chover hoje?”, para que o vazio do espaço sem palavras seja encurtado. Esse hábito cultural pode ser questionado por outras sociedades como a britânica, que, por sua vez, tem dificuldade de compreender a razão do preenchimento do espaço em

silêncio pelo povo brasileiro. O mesmo se pode dizer do espaço físico que as sociedades impõem na relação verbal ou não verbal: os brasileiros em geral (se é que é possível tal generalização) parecem gostar da aproximação física quando conversam com amigos ou colegas – um toque nos ombros, nas costas, é, entre os brasileiros, prova de solidariedade ou de uma certa intimidade, sempre bem-vinda. Entretanto, o mesmo não ocorre com franceses, que, embora morem no Brasil há muitos anos, reagem espontaneamente a um toque ou a uma aproximação física com um salto para trás, um susto ou um estremecimento, capaz de deixar seu interlocutor brasileiro constrangido. Tais reações não são impostas, mas fazem parte do modo de agir e de ser de uma dada sociedade; por isso, não são questionadas a não ser quando alguém de uma dada língua-cultura se vê diante de uma situação de estranhamento provocado por outra língua-cultura.

Em sua forma mais comum, o silêncio se diferencia de silenciamento por não ser conscientemente imposto – um obrigando o outro a se calar (seja pela palavra ou por outra linguagem qualquer), mas por produzir o efeito de espontaneidade, como se o silêncio partisse do sujeito que se cala porque quer ou porque disso não se apercebe. Foucault (1969 [1987], p. 28) explica muito bem esse (meio) silêncio:

todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito; e que este já-dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um “jamais-dito”, um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma

escrita que não é senão o vazio de seu próprio rastro. Supõe-se, assim, que tudo [o] que o discurso formula já se encontra articulado nesse meio-silêncio que lhe é prévio, que continua a correr obstinadamente sob ele, mas que ele recobre e faz calar.

O silêncio pode, finalmente, advir de relações de poder, tal como Foucault (1979) postula, no sentido de que um indivíduo reconhece no(s) outro(s) um saber que ele não tem e, assim, submete-se a seu poder. Trata-se, portanto, do poder-saber que, nas diversas relações sociais, carrega consigo a possibilidade de resistência. Por exemplo, um aluno com relação a seu professor; um amigo com relação a outro amigo; o marido com relação a sua esposa e vice-versa, um chefe com relação a seus subalternos... É preciso lembrar que, para que haja relações de poder, é necessário que haja ao menos dois enunciadores, um dos quais reconhece no outro um saber que ele não tem. A possibilidade de resistência constitui outra condição; caso contrário, trata-se de um poder imposto, denominado poder soberano, como aquele que ocorre em regimes ditatoriais.

A bem da verdade, acredito poder afirmar que fomos e somos sempre silenciados pelo outro – colega, chefe, grupo social etc. – que desejamos agradar para manter o emprego, a amizade, a pertença a um grupo, ainda que isso signifique renunciar ao direito de ter opiniões diferentes, de ser diferente. Entretanto, a convivência diária com as chamadas novas tecnologias nos torna cada vez mais reféns do ter e do parecer, em detrimento do ser, do imaginário, em detrimento do simbólico, do gozar a todo preço, em detrimento do

prazer, do sentimento de completude, em detrimento da busca – ainda que inalcançável – da realização do desejo, que (d)enuncia a falta e a incompletude como constitutivas da subjetividade. Quando se acredita ter alcançado a liberdade do ser, do dizer e do fazer, deparamo-nos com a vigilância constante numa sociedade predominantemente sinótica, em que todos vigiam a todos, fingindo incluir ao excluir, acolher ao expulsar, conviver com a diferença ao descartar tudo e todos, pois tudo é mercadoria, conviver com o outro, ao se isolar em redes sociais que parecem colocá-lo(a) diante de uma multidão de seguidores e “amigos” virtuais, se abrir ao mundo ao ver exclusivamente a si mesmo, numa sociedade cada vez mais narcisista e consumista...

Essas e outras situações de silêncio e silenciamento, que buscamos evitar, mas que constitui a vida em sociedade, são objeto de estudo dos capítulos desta obra, que interessa a todos os que se interessam pela temática e pela análise de discurso. Parablenizo, portanto, os organizadores pela iniciativa e consecução de um projeto dessa natureza, que reúne autores de várias partes do país em torno da mesma preocupação.

Maria José Coracini
(Unicamp, SP)

Referências

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Org. e trad.: Roberto Machado. São Paulo: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel (1969). *Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Filipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 3a ed. 1987.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

LACAN, Jacques (1964). *Seminário 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Trad.: M.D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

Apresentação

O desejo de construir esta obra surge a partir de um Simpósio realizado no IV SEAD – Seminário de Estudos em Análise de Discurso, realizado em Porto Alegre, em 2009. Alguns dos estudos integrantes deste livro foram apresentados e discutidos naquele simpósio, outros constituem-se de contribuições de pesquisadores mobilizados pela temática “Silêncio e Interdito”, incorporados a convite dos organizadores.

O livro reúne pontos de vista que tratam da temática “Silêncio e interdito” a partir da Análise do Discurso inaugurada por Pêcheux, numa relação com outras disciplinas, áreas ou mesmo abordagens como: linguística, semântica, literatura (teoria e análise), psicanálise, mídia, educação, filosofia, questões da cultura e contemporaneidade. Os artigos abordam a relação entre interdito e silêncio por meio de reflexões sobre a censura, o não-dito, o silêncio constitutivo, o silêncio fundador, o silenciamento, o calar, os implícitos, pressupostos e subentendidos, as proibições, o recalcado, os impossíveis.

A organização do presente livro obedece à ordem alfabética de autores, dada a diversidade de objetos de estudos, de modo a abarcar uma gama variada de estudos e explorar a temática sob diversificadas abordagens que dialogam entre si. É organizado em nove capítulos que versam sobre diferentes olhares para a problemática central da coletânea, abordando língua,

imigração e interdição; discurso político; discurso pedagógico; clínica.

O texto “Exilados da própria língua: a (des)estabilização de fronteiras”, de autoria de Angela Derlise Stübe, analisa representações de língua(s) que emergem em narrativas de professores da rede pública de ensino na região de abrangência da UFFS – Chapecó/SC, marcada pela presença de línguas alóctones. Situa-se em uma perspectiva discursivo-desconstrutivista, para abordar as noções de língua, memória e interdição. Nas análises, as narrativas de memórias apontam para o ser-estar-entre-línguas, apesar de um processo de apagamento e de interdição de línguas outras que constituem a identidade desses enunciadore, em prol de um ideal de língua una e padrão.

Na sequência, o artigo “O silêncio na Constituição subjetiva”, de Clarice Pimentel Paulon e Leda Verdiani Tfouni, traz uma ênfase clínica aos estudos do silêncio, realizando uma aproximação entre psicanálise e ciências da linguagem ao evidenciar o caráter não positivista dos estudos da linguagem dentro das perspectivas discursivas. Utilizando o caso Signorelli como exemplo, um caso escrito por Freud, as autoras mostram que o silêncio, assim como a linguagem, constitui os processos de subjetivação a partir de outra modalidade de significação, distinta da verbal.

A discussão do interdito no discurso político é problematizada por Ercília Ana Cazarin e por Taiane de Oliveira Volcan, no texto “50 anos do golpe militar: uma

análise discursiva das capas das revistas Carta Capital, Época, IstoÉ e Veja”, com destaque para o silenciamento da capa da última revista para o acontecimento. Através da perspectiva da análise de discurso pecheuxtiana, consideram que o “apagamento de um fato não é apenas um vazio, mas um discurso que significa”. A partir da perspectiva de que o silêncio tem sua materialidade definida pela relação estabelecida entre o dizer e o não dizer, abordam discursos que se inserem na ordem do político, como saberes e fazeres no jogo de poder das relações sociais, por meio de estratégias entre silenciamento e exposição.

Por meio de uma interlocução com a psicanálise e com a lógica, Fabio Elias Verdiani Tfouni discute em “Interdito, silêncio e as modalidades da lógica aristotélica” as condições necessárias para a existência da linguagem e, para essa tarefa mobiliza as modalidades da lógica aristotélica tanto alética (mobilizando os conceitos de possível, impossível, necessário e contingente) quanto deôntica (mobilizando os conceitos de obrigatório, proibido, permitido e facultativo).

Luiza Milano analisa, em interlocução com o campo da fonoaudiologia, “O silêncio na clínica dos distúrbios da linguagem”, tomando a linguagem como aquilo que vem à tona, ao passo que remete o silêncio às profundezas em relação ao sentido no campo dos estudos da linguagem. Pretende “a trazer luzes para a questão de como dar conta de uma demanda social que espera do fonoaudiólogo que ele auxilie o paciente a formular seu dizer, levando em consideração que a

constituição desse dizer passa pela consideração da instância do silêncio.”

Em “A língua portuguesa na escola: Imposição e silenciamento”, Maria Emília de Rodat de Aguiar Barreto Barros aproxima estudos discursivos de discussões sobre imposição do ensino da Gramática Normativa na escola, no espaço do PIBID, campo produtivo para pensarmos políticas de silenciamento e de interdição no discurso pedagógico.

No texto, “A prática do calar como modo de subversão”, Maurício Beck discorre sobre o silenciar como prática/apraxis e seus efeitos políticos. Retoma como objeto de análise o silêncio (momentâneo) dos zapatistas frente à demanda pela tomada de posição em relação a acontecimentos sangrentos no México ainda no final do século XX.

Um outro enfoque, o do silêncio como resistência, é abordado no texto “O silêncio como resistência à banalização da linguagem”, de Noeli Tejera Lisboa. Para essa discussão, analisa como o silêncio pode ser marcado por meio da pontuação na obra de Clarice Lispector. Nesse texto, pontuação funciona “como uma marca gráfica do impossível de dizer, da descontinuidade temática, da infinitude do discurso.”

Outro texto que aborda o silêncio e o interdito no discurso político é de autoria de Rodrigo Oliveira Fonseca, “A interdição discursiva na cassação do PCB em 1947”. Visa a apresentar teórica e analiticamente processos discursivos de interdição, valendo-se dos votos dos juízes que decidiram pela cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1947. A

interdição é trabalhada em sua dimensão fundante do discursividade e na qualidade de prática política em seu caráter contingente de deslocamento e desidentificação.

Esses textos se singularizam a partir da heterogeneidade de objetos teórico-analíticos tomados no estudo, como narrativas de professores, discurso político, literário, pedagógico, da clínica. Aproximam-se em problematizar o silêncio e o interdito, de modo articulado ou não, como fundante da linguagem e da subjetividade.

Os organizadores

“Exilados da própria língua”: a (des)estabilização de fronteiras¹

Angela Derlise Stübe²

Introdução

*“Ficaram traços da família
perdidos no jeito dos corpos.
Bastante para sugerir
Que um corpo é cheio de surpresas.”
(Carlos Drummond de Andrade)*

Este texto se insere no projeto de pesquisa “Política linguística e identidade cultural: representações de língua na região de abrangência da UFFS-Chapecó/SC”, cujo objetivo é analisar representações de língua(s) que emergem no discurso de professores e de alunos da rede pública de ensino básico, no município de Chapecó/SC.

¹ Este texto é fruto de reflexões realizadas em nossa tese de doutorado, sob orientação da profa. Dra. Maria José Rodrigues Faria Coracini (IEL/UNICAMP), e do projeto de pesquisa “Política Linguística e Identidade Cultural”, financiado pelo MCT/CNPq - processo número 470175/2010-9 – e pelo Edital 160/UFFS/2012. Uma versão deste texto foi apresentada no IV Simpósio Mundial de Estudos da Língua Portuguesa, em Goiânia/Go, de 2 a 5/7/2013.

² Doutora em Linguística Aplicada pela UNICAMP. Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó/SC. Coordenadora do “Fronteiras: Laboratório de Estudos do Discurso”. E-mail: angelastube@uffs.edu.br

Ao observar a prática docente, no transcorrer do nosso trabalho de formação de professores de língua no oeste catarinense, se instaurou como problemática percebermos uma visão de língua sustentada por referenciais logocêntricos, pouco alicerçada em concepções que tomam o processo sócio-histórico e ideológico como constitutivo da língua e do sujeito. Tal problemática motivou o projeto, que pretende aprofundar um saber científico em torno da relação entre representações de língua(s) e constituição identitária, na formação de professores.

Os *corpora* do projeto foram constituídos a partir de: a) questionários semi-estruturados, respondidos por alunos de primeiro ano do ensino médio e de nono ano do ensino fundamental; b) por narrativas escritas, seguidas de relatos orais gravados em áudio, por professores de língua portuguesa das mesmas turmas dos alunos; c) análise documental. Ao todo, participaram da pesquisa cinco escolas públicas de periferia urbana do município de Chapecó/SC; oito professores e duzentos e oitenta e oito alunos da educação básica, divididos em quinze turmas.

Neste texto, dada a sua extensão, optamos por analisar narrativas de professores, o que lhes possibilitou narrar suas experiências com língua(s), a fim de, a partir dessa discursividade, podermos depreender possíveis representações de língua(s) calcadas no imaginário sócio-histórico. Nesse *corpus*, uma regularidade se impôs: a interdição das línguas alóctones, em sua relação com a língua portuguesa, o que nos levou a problematizar o ser-estar-entre-línguas-

culturas, presente no cotidiano dos professores entrevistados.

Do ponto de vista teórico, situamo-nos na interface da análise do discurso com teorias que abordam o sujeito em sua constituição linguística, histórica e social. Em decorrência disso, buscamos uma concepção de sujeito que contempla a heterogeneidade e a contradição que lhe é inerente, como também as determinações histórico-sociais – permeadas pelo desejo e pelo inconsciente – que lhe são próprias. Pautamos, então, nossas reflexões em perspectivas teóricas que buscam trabalhar com a opacidade da linguagem, a fim de encontrarmos regularidades para apreender seu sistema de dispersão, e refletirmos sobre as marcas do/no sujeito na/da língua.

Percurso teórico: língua, memória e identificação

O referencial teórico em que se apoia esta pesquisa se situa numa perspectiva discursiva que dialoga com alguns conceitos psicanalíticos e algumas noções propostas pela desconstrução, o que permite problematizarmos a prática discursiva do enunciador, sempre cindido e em constante movimento. Quando elegemos para o nosso trabalho a perspectiva discursiva, pretendemos descrever arranjos sócio-históricos de enunciados, explicitar o funcionamento discursivo dos dizeres dos professores. Já o campo da psicanálise é convocado em função de pensar os processos de subjetivação a partir da ficção engendrada pelos enunciadores ao narrarem suas histórias. A

desconstrução contribui para questionarmos, neste trabalho, a relação dos enunciadores com a sua dita língua materna.

A linguística, sustentada pelo estruturalismo, posicionou-se diante das outras ciências como ‘piloto’, cujo método de descrição poderia ser abarcado pelas ciências e garantiria a ‘verdade’ ao descrever as estruturas. Entretanto, para ocupar esse lugar, produziu o apagamento da relação linguagem e exterioridade, o que gerou uma imagem de homogeneidade no seu objeto de estudo - a língua.

Pêcheux (2004), na obra “A língua inatingível”, discorre sobre o fato de a Linguística realizar constante retomada da questão imaginária da origem da língua, em prol do fantasma de uma língua universal, homogênea e/ou internacional (*idem*, p.42). Uma pergunta ressoa dessa reflexão: O que a linguística foraclui³ nessa perspectiva? Entendemos que foraclui o sujeito, o discurso e a subjetividade.

A análise de discurso, ao tratar a noção de língua, discute a dimensão da ambiguidade e do equívoco da língua na sua interface com o discurso, propõe-se a uma “reflexão sobre os limites e as fronteiras, sobre os espaços flutuantes e as transgressões da língua” (FERREIRA E INDURSKY, 2005, p. 213). Compreende-a

³ Foraclusão é um “conceito forjado por Jacques Lacan para designar um mecanismo específico da psicose, através do qual se produz a rejeição de um significante fundamental para fora do universo simbólico do sujeito. Quando essa rejeição se produz, o significante é foracluído. Não é integrado no inconsciente, como no recalque, e retorna sob forma alucinatória no real do sujeito.” (ROUDINESCO E PLON, 1998, p.245)

como não é fechada ou homogênea, pois considera que a língua comporta o não-todo e o não-representável, visto ser constituída pelo equívoco, que afeta e rompe o princípio de unicidade da língua.

Para Milner (1987), há Real na língua que a linguística insiste em denegar, e a este Real denomina de *lalangue* (*alíngua*), ou seja, o registro que destina a língua ao equívoco e a torna não comparável a outra, torna-a singular, não inscrita em temporalidade do tipo ‘antes’ e ‘depois’, mas constitutivamente em (trans)formação.

O reconhecimento do Real na língua é um dos avanços que Pêcheux e Gadet (2004) marcam nas discussões de Milner; entretanto, para os autores, há também um Real na história que não pode ser denegado, quando discutimos a concepção de língua. Contudo, “é precisamente isso que J-C Milner recusa, considerando atualmente a história como um puro efeito imaginário, eventualmente destruidor, mas não principalmente como um real contraditório” (*idem*, 2004, p.35) e mais, ele “elimina a questão política” (*idem*, p.36). Pêcheux propõe trabalhar o real da história como uma contradição que não foraclui o impossível.

Entretanto, nós consideramos que Milner, ao convocar a noção de Real para suas reflexões, já indicia a possibilidade de deslocamentos na história: é na *lalangue* “onde o impossível da língua se encontra com a contradição da história” (FERREIRA, 2005, p.217). É justamente pela inclusão de efeitos do Real que há possibilidade de provocar deslocamentos na história e instaurar acontecimentos.

Articular o Real na língua e o Real na história, do acontecimento que instaura discursividades, é pensar o sujeito sempre já falado, dividido, clivado, como efeito de linguagem, como o que escapa à/na linguagem (STÜBE, 2008). No campo dessas reflexões, podemos pensar o político da/na língua, examinar os caminhos das políticas linguísticas que também exercem efeitos na constituição da língua.

Entendemos que a língua é, também, uma questão de Estado, com política de anulação das diferenças, na qual se fomenta uma transformação política da alteridade, por meio de políticas linguísticas. Com essas políticas, produzem-se também redes de memória sobre/da língua, tal como podemos perceber nas narrativas de professores com que trabalhamos neste texto.

Courtine (1981) concebe a memória discursiva concernida à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas, o que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Desse modo, o sentido não é dado *a priori*, mas constituído na historicidade que marca a relação do homem com a linguagem.

É no interdiscurso que se define o dizível e a memória, remetendo o sujeito a uma filiação de dizeres, a partir de um já-dito que sustenta a possibilidade do dizer: o interdiscurso se apresenta como séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que firmam em seu conjunto o domínio da memória (do saber discursivo). Embora o interdiscurso não esteja explícito na superfície linguística, ele deixa

marcas no intradiscurso: há a inscrição de um conjunto de traços interdiscursivos no fio intradiscursivo.

Desse modo, tornar-se-á memória o que se inscrever na constituição do sujeito, e estiver, assim, sustentando o (in)dizível desse sujeito, pois onde se produzir memória produz-se linguagem: uma forma do sujeito se dizer e dizer o mundo. A memória dispensa rememoração, porque ela já está registrada nos corpos e organiza a relação destes com o real: “aquilo que se inscreve no corpo, a partir da intervenção do Outro, e que permite que o sujeito ‘saiba’ quem ele é, reconheça-se, identifique-se com seu nome próprio e seja capaz de dizer: ‘este sou eu’, sem precisar presentificar-se, certificando-se de si mesmo diante de sua imagem especular” (KHEL, 2001, p.13). Nesse aspecto, a memória assume uma estreita ligação com a identificação.

Consideramos, então, que a memória discursiva é sempre um processo de construção – inconsciente - de um sujeito, no qual se misturam ficção e realidade. Ela diz respeito aos traços que se inscrevem no enunciador, constituindo-o, traços esses que constantemente modificam-se (-no), deslocam-se (-no), condensam-se, ressignificam-se (-no). Por isso, consideramos que a memória é alinear, atemporal, não cronológica e totalmente associativa, isto é, realizada por associações múltiplas e simultâneas, de cunho inconsciente, através de traços constantemente (re)configurados. O interessante dessa concepção é deslocar a ideia de memória como lembrança ou recordação, para um processo de constituição dos sujeitos e dos discursos.

Há, então, uma ligação estreita entre memória e esquecimento. Esquecimento, aqui, está designando o que não foi sabido, mas toca o sujeito, um saber de cunho inconsciente. Ao narrar a sua relação com a(s) língua(s), pode emergir na narrativa dos enunciadores algo que os toque, pois (re)significar a experiência, por meio da narrativa de sua história, leva a uma elaboração sem-fim, a um “processo in-finito” (DERRIDA, 2001, p.44). Ao (re)contar, o enunciator (re)cria sua história, (re)cria outros sentidos para si e para a língua, a partir de diferentes identificações à língua.

Ao pensarmos a identificação, compreendemos que esta é um processo específico do campo do inconsciente. A identificação imaginária determina a estrutura do eu, através de um jogo de imagens continuamente inscritas no inconsciente. O sujeito irá reconhecer seu próprio corpo e seu desejo por intermédio do outro. O registro imaginário, então, se caracteriza pela preponderância da relação com a imagem do semelhante, à alteridade, o que se mostrou muito importante no modo como os professores construíam as suas narrativas, ao alienar-se à imagem do outro (por exemplo, ao alienar-se ao discurso científico sobre LM).

Compreendemos que a identidade é ilusória e só existe como construção imaginária. Nós só a podemos captar por irrupções esporádicas no fio do discurso, quando inconscientemente resvala, na enunciação, a heterogeneidade do discurso e do enunciator. Nós possuímos inúmeras matrizes identificatórias, somos portadores de várias identificações - algumas delas

apreendemos no discurso dos professores. Entendemos, então, a questão da subjetividade como “um estranho país de fronteiras e de alteridades incessantemente construídas e desconstruídas” (KRISTEVA, 1994, p. 283), quando o enunciador narra sua história.

Ao racionalizar, organizar uma narrativa para sua história, o enunciador, imaginariamente, produz um fio que une coerentemente suas representações de si, o que gera um efeito sedutor e ‘enreda’ o outro.

Gestos de Interpretação: língua e interdição

É pertinente ressaltar que o presente projeto de pesquisa possui um desenho flexível e de base interpretativista. Em face disso, filiamo-nos à concepção de que a interpretação, no campo discursivo, se constitui da memória discursiva, abarcando outros dizeres historicamente construídos e que o sujeito reatualiza em seu discurso. Em vista disso, consideramos a interpretação um gesto, o que equivale a dizer que é um ato no nível simbólico, lugar próprio da ideologia e materializado pela história. Ela sempre se dá em algum lugar da história e da sociedade e tem uma direção política (STÜBE, 2008).

Para dar conta do funcionamento discursivo, na interpretação, precisamos partir de marcas linguísticas que, no nível intradiscursivo, acusam propriedades discursivas que se constituem no interdiscurso. Tais marcas não são estabelecidas *a priori*, são evidenciadas em relação a necessidades postas pelo próprio *corpus*, em concomitância com a reflexão teórica.

Com base nisso, pelo gesto de interpretação, uma regularidade se impôs: a relação entre-línguas. O entre-línguas, segundo Coracini (2007), marca um espaço no qual ocorre o imbricamento de línguas, no qual não há a demarcação de fronteiras entre uma língua e outra, mas uma na outra, um espaço no qual o sujeito se constitui pelos traços culturais em conflito. No contexto pesquisado, o entre-línguas é um processo bastante comum, pois os descendentes de imigrantes ainda convivem com a língua nacional, com línguas alóctones e com outras línguas que circulam em decorrência da mídia e da escola. No *corpus*, destacamos as seguintes relações entre-línguas: português e línguas alóctones (especialmente, línguas alemã e italiana); línguas indígenas (Línguas Kaingang e Guarani); línguas da mídia e da escola (Línguas inglesa, espanhola e japonesa).

Neste texto, iremos nos ater a relação com as línguas alóctones, mais especificamente, a língua Italiana e seu lugar nas representações de línguas e na constituição identitária desses enunciadorees. O recorte para este texto centra-se na entrevista de uma professora, de uma escola de periferia urbana de Chapecó. A questão endereçada a ela foi: fale-nos da tua experiência com língua e como te tornaste professora de língua portuguesa.

Algumas questões orientaram nossa interpretação sobre o *corpus*:

a) quais representações de LP emergem na materialidade linguística do discurso desses enunciadorees?

b) Essas representações sofrem alguma incidência da pluralidade linguística presente na região?

c) O que significa, para esse professor, ensinar Língua Portuguesa?

Para responder a essas questões e ilustrar o gesto interpretativo empreendido, apresentamos alguns recortes discursivos (RD), relacionados entre si:

(RD1) *“eu me alfabetizei / dá pra dizer na tradição oral né / o meu avô contava muitas histórias / ele era / de origem italiana / ele veio da Itália com seis anos de idade // e aí ele contava muitas histórias / tanto os contos populares / CONTOS POPULARES eu aprendi todos com ele”* (P1,p.3⁴)

Em RD1, o professor relata que é a narrativa – os contos populares contados pelo avô em Língua Italiana - que o inscrevem na língua, na relação entre a língua portuguesa e a língua italiana. Ao longo de toda a entrevista, essa memória é (re)significada, apagada, silenciada, (re)visitada. O lugar estruturante das narrativas em italiano se atualizou em outras formulações, tanto como reafirmação, quanto como resistência, como podemos interpretar nos RDs que se seguem.

(RD2) *“pai foi o último filho que nasceu e o pai não foi aceito / o escrivão não aceitou registrar ele com o sobrenome italiano, o pai o pai seria Dezorze / e nós somos / o pai é*

⁴ P1 indica o primeiro professor a ser entrevistado; p3 corresponde à página, no arquivo de transcrição das entrevistas, na qual se encontra a sequência discursiva em análise.

*registrado / é registrado JORGE / Jorge / só o pai / os outros
três irmãos mais velho dele / são Dezorze e o pai é Jorge iii
daí / toda / a família do pai ela é Jorge mas na verdade é só
nós também (risos) Jorge [ahan] iii então tem assim tem
uma /// [por quê o escrivão não aceitou?] olha / é justamente
/ eu não sei te dizer exatamente / mas foi ali mais ou
menos na revolução / o pai fala da revolução de 31 / o
anterior que estavam proibindo as línguas estrangeira QUE
É UMA questão / acho que você deve lembrar /// a proibição
das línguas estrangeira” (P1, p.4, grifo nosso)*

Compreendemos o discurso como um processo em que o linguístico, o social e o histórico se articulam, através de efeitos de memória. Em função disso, resgatamos elementos da história dessa região e de políticas linguísticas instauradas que produzem memória e ressoam no RD2. Analisamos algumas marcas históricas – logo, sociais e ideológicas - sobre a circulação das línguas na região sul do Brasil, produzindo efeitos de sentido acerca do nacional e do que seja “uma” língua. Destas, vale destacar que no séc. XIX, ganha impulso um processo de imigração em massa de europeus para o Brasil, em função da abolição da escravidão e da necessidade de constituição de uma nova mão-de-obra. Eles trouxeram consigo sua cultura, sua língua e seu sistema educacional.

A pertença requer uma relação emocional com o grupo e/ou comunidade no qual o enunciador está inserido, o que também marca a sua falta de liberdade nesse laço de pertença. Em nossa pesquisa, é importante compreender que os imigrantes, para possuir a propriedade da terra (e a professora conta em detalhes,

na entrevista, essa busca pela terra), tiveram que deixar o corpo da mãe pátria; deixaram para trás uma identidade – constituindo outra (s) - para encontrar um lugar, uma pertença, um nome, o que lhe era negado pela mãe (simbólica) pátria. Mas que ao chegar à terra prometida – terra da hospitalidade – esse nome que carregavam também lhes foi negado: “o escrivão não aceitou registrar ele com o sobrenome italiano, o pai o pai seria Dezorze”. É pertinente notar que, ao discutir as identificações possíveis para “ser imigrante”, podemos falar de identificação e filiação a um povo, a uma história, a um nome. Nome esse que foi apagado, interditado.

Sob a doutrina do positivismo, no período da República, começaram a surgir questionamentos sobre a possibilidade de absorção das grandes levas de imigrantes, que se traduziu em exigências de assimilação imediata. Essas doutrinas pregavam a ordem, “traduzida em harmonia entre os grupos sociais, étnicos e entre os sexos, sendo tão importante ou mesmo determinante do progresso” (LUNA, 2002, p.64). A língua era um dos principais instrumentos que garantiria a integração nacional e a constituição de uma nação, o que levou à interdição das línguas alóctones, no Estado Novo.

O vocábulo ‘interdição’ provém do latim *interdicere*, cuja acepção remete a decretar, vetar, proibir, revela efeitos de proibição. Liga-se também a *interdictio*, particípio passado de *interdicere*, entredizer, entre-dizer, que carrega, no próprio significante, a marca da alteridade. Daí podermos inferir que a interdição

constitutiva e estruturante da língua materna para si e por si, carrega a relação com o outro.

Pelas raízes etimológicas do vocábulo “interdição”, formulamos que o enunciador está votado à sua língua materna – o acesso e o controle a ela estão vetados ao enunciador, ao mesmo tempo em que está votado a ela, sofre injunção, está ‘sujeito’ a ela, ou seja, a língua materna faz sujeito.

Partimos, então, do princípio de que as representações do sujeito fal(t)ante⁵ construídas sobre sua língua materna, inevitavelmente, indiciarão sobre sua constituição subjetiva, visto que “a identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela. Isso significa que o indivíduo não tem uma identidade fixa anterior e fora da língua” (RAJAGOPALAN, 1998, p.41).

Com a interdição das línguas alóctones – *“foi ali mais ou menos na revolução / o pai fala da revolução de 31 / o anterior que estavam proibindo as línguas estrangeira QUE É UMA questão / acho que você deve lembrar /// a proibição das línguas estrangeira”* - cria-se, politicamente, a possibilidade de unidade, imagem de ‘um’ País, imagem de integração, a partir da tentativa de silenciar a língua materna dos enunciadores. Entretanto, sob o manto da ‘harmonia’, da ‘hospitalidade’, está a tentativa de apagamento de várias culturas em prol de uma dita ‘dominante’.

A hospitalidade aparente des-mascara a tentativa de apagamento do diferente, que gera medo e

⁵ Por ser ‘falante’, constituído na/pela linguagem, é sempre-já faltante, pois a linguagem não recobre o Real, algo sempre escapa, falha.

estranhamento. O termo 'hospitalidade' provém do latim *hostis*, que carrega em si a idéia de hóspede, mas também de hostil, de inimigo. Efeito de sentido ambíguo, paradoxal que percebemos nos gestos em relação aos imigrantes: *hostipitalidade* (DERRIDA, 2003, p.41). Há um pacto que liga o hóspede (em francês *hôte*, que nomeia tanto o hóspede quanto o hospedeiro) ao hospedeiro: a questão do/de estrangeiro. Ao estrangeiro dirige-se a questão: quem é você? Qual seu nome? A hospitalidade começa com a questão do nome, que implica assumir um lugar, uma filiação, uma pertença. Dar um lugar em 'meu território', em 'minha casa', compartilhar uma soberania, eis o risco da 'hospitalidade'. Cabe uma citação de Derrida, ao abordar os problemas da 'questão' da hospitalidade ao estrangeiro:

Desajeitado ao falar a língua, sempre se arrisca a ficar sem defesa diante do direito do país que o acolhe ou que o expulsa; o estrangeiro é, antes de tudo, estranho à língua do direito na qual está formulado o dever da hospitalidade, o direito ao asilo, seus limites, suas normas, sua polícia, etc. Ele deve pedir a hospitalidade numa língua que, por definição, não é a sua, aquela imposta pelo dono da casa, o hospedeiro, o rei, o senhor, o poder, a nação, o estado, o pai, etc. estes lhe impõem a tradução em sua própria língua, e esta é a primeira violência. A questão da hospitalidade começa aqui: devemos pedir ao estrangeiro que nos compreenda, que fale nossa língua, em todos os sentidos do termo, em todas as extensões possíveis, antes e a fim de poder acolhê-lo entre nós? Se ele já falasse a nossa língua, com tudo o que isso implica, se nós já compartilhássemos tudo o que se compartilha

com uma língua, o estrangeiro continuaria sendo um estrangeiro e dir-se-ia, a propósito dele em asilo e em hospitalidade? (*idem*, p.15).

Frente a essas considerações de Derrida, uma questão se põe na leitura do *corpus*: será que esse nome, marca de uma pertença a um grupo, foi silenciado e/ou apagado? Para refletir a respeito disso, as sequências discursivas abaixo, correlacionadas, se mostram relevantes ao gesto de interpretação aqui empreendido:

(RD3) *“hoje quando eu volto lá na região que nós ainda temos uma chácara lá / éé / lá onde eu vou hoje [risos] / ahã / [tem muito] lá uma riqueza / tem cada vizinha que é [uma paixão] pra quem quiser estudar os sotaques da língua é uma riqueza / uma miscelânea de alemão / com italiano, com caboclo / é muito interessante /” (P1,p.8)*

(RD4) *“Porque eu tenho uma vizinha que ela mistura muito / aí éé / ela diz assim: éé tô com uma dor aqui / tô com uma dor lá / nesse parmão / [e a minha] mãe / que que é parmão? / é o pulmão / né? / então / mas ela fala o parmão / os pedal pra dizer hospital / ela fala aço inoxidável / ela fala acho xidável / então assim ó / não / ela mistura muito italiano / ela não aprendeu direito o português (risos) / então/ então ééé aquela carência de tudo / aa carência a carência está também na língua que tanto que quando a carência tá em em na questão econômica / na questão educacional /conhecimento / ela ela reflete na língua / então é a carência da língua /” (P1,p.9)*

Alguns traços chamam a atenção nesses recortes. Perpassa em RD3 e RD4, discurso instituído pelos

gramáticos que, para saber a língua, precisa-se saber a língua padrão (*"Ela não aprendeu direito o português"*), uma representação de que saber uma língua é saber seu padrão. Efeito de memória, para o qual a escola tem seu papel na constituição dessas representações. Por isso, há necessidade de problematizar esse imaginário na formação de professores, especialmente no *locus* em estudo.

Outro elemento que vale reflexão é a atribuição dessa narrativa a um outro, à vizinha. Ao longo de toda a entrevista, o professor desliza da questão endereçada a ele, desloca-se para outros temas, resiste em falar da sua língua, da sua experiência com as línguas que refere no início da entrevista, da língua do pai, das histórias contadas em italiano (conforme RD1). Atribui a outros personagens, essas experiências, mas no seu dizer (tal como se percebe na transcrição da entrevista), as marcas do italiano estão constantemente presentes. Impôs-se, então a pergunta: por que escapa o tempo todo de falar da sua língua? Por que resiste em narrar essa história e deixa que ela apenas se insinue? Na narrativa, traz outro personagem para narrar sua relação entre-línguas.

Percebemos que, como diz Guiraldelo, "o desejo do enunciador é o de ocupar ou de distanciar-se do lugar do outro/Outro. Assim, as representações da língua construídas pelos enunciadores ultrapassam o domínio/espço da língua, chegando ao domínio/espço do falante" (2002, p.224). Aproxima-se de um grupo, do outro, e "conserva" marcas da identificação a esse grande grupo. Interpretamos isso porque afirma várias vezes, ao longo da entrevista, que *"Lá é o meu lugar"*;

questiona-se “*será que eu deveria ter saído de lá, ter deixado os meus, porque eles são os meus*”. Filia-se a uma nação distante: *eles são os meus*; ao mesmo tempo que dele se afasta. Não é apenas a língua que é *carente*, mas também seu falante. A carência da língua é a carência do sujeito... ou vice-versa?

Na enunciação, há rastros da língua da infância, das raízes familiares, dos traços de pertença, que revelam uma herança, ou seja, na língua híbrida escapa e se instala a herança histórica, que deixa marcas nos processos de subjetivação do enunciador. Dupla injunção: língua portuguesa como padrão, em tensão com a língua portuguesa do cotidiano, marcada pela presença dos traços da língua italiana; não uma e outra língua, mas uma na outra, sem fronteiras definidas, mesclando-se, imbricando-se, confundindo-se e produzindo a designada língua da carência.

Como designação, ‘carência’ é marca de uma herança que instaura outros sentidos sobre a língua materna. Língua atravessada pela heterogeneidade, por outras línguas, pelo *entre-línguas*, já que “o inconsciente não cria nenhum obstáculo à mixagem das línguas. Pode reter em seu seio palavras, locuções, fragmentos inteiros de discursos tomados de uma língua da infância que, em seguida, tornou-se estrangeira. O inconsciente não é nem nacionalista, nem xenófobo” (MELMAN, 1992, p.16). Escapa a referência à língua híbrida do enunciador.

Nos RDs instaura-se um constante movimento tensional, conflituoso no dizer do enunciador, que reverbera em sua história de formação profissional. Marca uma filiação, na qual falta algo; pois nem

aprendeu a falar a língua italiana, já que só algumas palavras persistem, marcando sua carência; nem a conhecer melhor a estrutura de sua língua portuguesa (oficial). Esses enunciados são marcados pela falta, por uma identidade clivada, que busca (ainda que ilusoriamente) uma completude – o todo. A falta, aqui, não reside no desconhecimento de uma língua, mas no não-domínio de uma linguagem dita apropriada.

Desse ponto de vista, não podemos separar língua da política e da história, na constituição dos arquivos. Quando discutimos o político, não o reduzimos às intervenções do Estado, mas o tomamos como acontecimento, como ruptura do previsível. A política surge *entre-os-homens*, no social; portanto, precisa da relação com o outro para se efetivar e produzir seus efeitos. A partir dessa concepção de política, podemos inferir que a identidade não é algo dado, mas se realiza no espaço público da contingência, que é o espaço do ato político.

A relação entre-línguas deixa cicatrizes discursivas (termo emprestado de Amanda Scherer) que marcam o enunciador. “Raramente nos liberamos/libertamos dessa marca, cicatriz” (SCHERER, 2006, p. 13), o outro, ao escutar-me, me identifica. Essas marcas identificam e produzem identidades, mesmo que se tente – politicamente – interditá-las.

Considerações finais

Destacamos que este trabalho discutiu a relação linguagem e processos identificatórios em um contexto

marcado pelas culturas de caboclos, de indígenas e de imigrantes europeus, que deixaram traços nos modos de os enunciadores se representarem e representarem a sua relação com a(s) língua(s) nas(s) qual(is) se inscreve(m).

Na região, há a presença de várias línguas no cotidiano de alunos e professores que participam de nosso estudo, o que justifica discutirmos o fato político de ter havido e de ainda haver um silenciamento sobre a presença dessas línguas no dia-a-dia de uma parcela da sociedade brasileira, em favor de um imaginário que propaga a ideia de uma nação monolíngue. Esse imaginário, como vimos no *corpus*, é mera ilusão produzida politicamente.

A problemática central do projeto esteve na relação memória, língua e identidade, pois compreendemos o discurso como um processo em que o linguístico, o social e o histórico se articulam, através de efeitos de memória. Por questões que surgiram do próprio *corpus*, consideramos que as políticas linguísticas implementadas no Brasil são constitutivas de uma discursividade que produz efeitos nos dizeres dos professores que compõem o nosso estudo.

Pelas análises dos *corpora*, percebemos que o gesto de silenciar, apagar ou subsumir determinadas representações sobre a língua do enunciador inscreve-se na ordem cultural. Essas são regidas pelo inter-dito: proibir e, ao mesmo tempo, *entre-dizer*. Tais considerações não podem ser silenciadas ou ignoradas na formação dos professores de Português que irão trabalhar nesses contextos. A complexidade desse contexto linguístico coloca como desafio ao professor

ensajar outro modo de compreender e valorizar a diversidade linguística e cultural, constitutiva dos enunciadores.

Entretanto, causa inquietação a recorrência de uma visão de língua materna e de identidade sustentada por referenciais logocêntricos, bem como o processo de apagamento e de interdição de línguas outras que constituem a identidade desses enunciadores, em prol de um ideal de língua una e padrão.

Consideramos que esta pesquisa pode, ainda, provocar deslocamentos na maneira de o professor ver a suposta língua materna. Entendemos que aprender línguas é uma questão de subjetividade e não apenas um fato de estrutura, questão que precisa ser discutida nos cursos de formação de professores e em seu fazer pedagógico.

Referências

CORACINI, M.J. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução*. Campinas, SP : Mercado de Letras, 2007.

COURTINE, J.J. Analyse du discours politique. Le discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*. n 62, Paris : Larousse, juin, 1981.

DERRIDA, J. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade*. São Paulo : Escuta, 2003.

DERRIDA, J. *O monoligüismo do outro*. Ou a prótese de origem. Porto, Portugal : Campo das Letras, 2001.

FERREIRA, M.C.L. e INDURSKY, F. *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos : Claraluz, 2005.

- GHIRALDELO, C. *As representações de língua materna: entre o desejo de completude e a falta do sujeito*. Tese de Doutorado, IEL, Unicamp, 2002.
- KEHL, M. Prefácio. IN: COSTA, A. *Corpo e escrita*. Relação entre memória e transmissão da experiência. Rio de Janeiro : Relume Dumará, 2001.
- KRISTEVA, J. *Estrangeiros para nós mesmos*. Rio de Janeiro : Rocco, 1994.
- LUNA, J.M.F. Um capítulo da história recente desses 500 anos de língua portuguesa: as ações do governo brasileiro para educação de imigrantes alemães e o ensino de português no sistema escolar teuto-brasileiro. IN: BASTOS, N.B. (org.) *Língua portuguesa: uma visão em mosaico*. São Paulo : IP – PUC-SP / Educ, 2002, p.63-77.
- MELMAN, C. *Imigrantes: incidências subjetivas das mudanças de língua e país*. São Paulo : Escuta, 1992.
- MILNER, J.C. *O amor da língua*. Porto Alegre : Artes Médicas, 1987.
- PÊCHEUX, M. e GADET, F. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Campinas : Pontes, 2004.
- RAJAGOPALAN, K. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? IN: SIGNORINI, I. *Linguagem e identidade*. Campinas, SP : Mercado de Letras, 1998, p.21-45.
- ROUDINESCO, E. & PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1998.
- SCHERER, A.E (org.). *Discurso: circulação, fragmentação e funcionamento*. Santa Maria, RS : PPGL – UFSM, 2006.
- STÜBE, A.D. *Tramas da subjetividade no espaço entre-línguas: narrativas de professores de língua portuguesa em contexto de imigração*. Tese de doutorado. Orient. Dra. Maria José Rodrigues Faria Coracini. Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP. 2008.

O silêncio na constituição subjetiva

Clarice Pimentel Paulon*

Leda Verdiani Tfouni**

Introdução

“O silêncio não fala. Ele significa. No silêncio o sentido é” (ORLANDI, 1992, p. 15). É a partir desse enunciado que Orlandi inicia suas categorizações acerca do silêncio em seu livro: “As formas do silêncio, no movimento dos sentidos” (1992). Dele, podemos depreender duas afirmativas: que o silêncio significa de um modo distinto do modo de significação verbal, e que no silêncio o sentido não sofre deslocamentos, o que o diferiria, radicalmente, da significação verbal.

Concordamos com a primeira afirmação de Orlandi (1992), a de que o silêncio significa de um modo distinto do da linguagem verbal (ou, ao menos, da forma como se compreende a significação da linguagem verbal em um pressuposto teórico metodológico positivista). Em uma perspectiva positivista dos estudos da linguagem, o silêncio é colocado como resíduo verbal e

* Psicóloga, mestre em psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, FFCLRP – USP, doutoranda em psicologia clínica pelo Instituto de Psicologia, IP-USP. E-mail: claricepp@gmail.com.

** Professora titular sênior na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – FFCLRP USP. Pesquisadora do CNPq. E-mail: lvtfouni@usp.br.

evidenciado pela ambiguidade enunciativa. A partir da noção de linguagem como transparente, a compreensão do conceito de subjetividade termina por ser calcada em processo de naturalização de sentido *via* ideologia, o que promove uma ilusão de literalidade do sentido e de coesão e coerência identitárias.

Essa perspectiva, pautada no pressuposto de transparência da língua, promove uma ilusória possibilidade do alcance de qualquer sentido, sendo o silêncio observável e mensurável, conjugado em seu aspecto fenomênico.

Com a ilusão de possibilidade do alcance e compreensão de qualquer sentido, a divisão do sujeito cartesiano é apagada, o que coloca o sujeito enquanto centro e fonte de seu dizer. Pautando-se nos produtos linguageiros, apagam-se os processos de produção dos sentidos, o que inviabiliza a desnaturalização dos processos ideológicos e a investigação de alguns aspectos constituintes da subjetividade na materialidade linguística.

Essa ilusão do sujeito enquanto centro e fonte de seu dizer já havia sido apontada por Pêcheux (2009), por meio da noção de Esquecimento nº 01:

[...] às consequências desse deslocamento, pelo qual o sujeito *subordinado* à verdade de seu discurso, na época clássica, se torna progressivamente *fonte* desse discurso, enquanto um nó de necessidades, de temores e de desejos; resta-nos expor o último elo do desenvolvimento histórico que estamos examinando, a saber, a aparição das filosofias da subjetividade, com a “teoria do conhecimento” que lhe corresponde,

assim como uma função nova da linguagem e da retórica [...] (p. 46).

Há, como defende Pêcheux (2009), um deslocamento de um sujeito subordinado à sua verdade em uma formação discursiva religiosa, para um sujeito fonte do seu dizer, detentor da verdade do sentido por ele enunciado. Essa mudança sócio-histórica acarreta o deslocamento do paradigma científico de uma subjetivação pautada em um discurso religioso para uma pautada no discurso burguês-capitalista, onde a linguagem passa a ser considerada lugar de transparência, o que denota, no interior dos estudos da linguagem, a forclusão do sujeito.

Contrariamente a essa perspectiva, nós compreendemos que a linguagem não é transparente e nem completa, e que é a partir dessa impossibilidade de tudo dizer que é possível dizer algo¹. É por meio da noção de discurso que Pêcheux (2009) irá propor uma reconciliação entre linguagem e sujeito, pautada tanto na língua enquanto sistema elucidado por Saussure (2006), quanto na fala: a aproximação entre os dois modos de existência da linguagem verbal, associados à intervenção da História, irá ser sintetizada na noção de discurso, que torna possível evidenciar os modos de subjetivação na língua e, ao mesmo tempo, deslocá-la da conjugação fenomênica dada a ela pelos paradigmas científicos positivistas.

¹ Nesse quesito, corroboramos a tese defendida por F. Tfouni (1998) de que é o interdito que funda o discurso.

A partir dos aspectos acima evidenciados, quais sejam: de não transparência da língua e não obviedade do sentido, se faz necessário revisitarmos um importante marco nessa área evidenciado por F. Tfouni (1998) que versa sobre a relação entre as condições *de* produção e as condições *da* produção.

Para esse autor, as condições de produção são aquelas que viabilizam os gestos interpretativos do sujeito, tendo como marcadores destes gestos os aspectos ideológicos e imaginários que constituem o sentido. Já as condições da produção se relacionam diretamente com a constituição do sujeito em psicanálise, do corte na cadeia, da possibilidade dos processos de alienação e separação na/da linguagem que permeiam qualquer discurso e que evidenciam o “sujeito desejante numa busca eterna de seu objeto” (TFOUNI, 1998, p. 32).

Há, evidenciada por essa elaboração de F. Tfouni (1998), uma descentração da linguagem e do sentido, o que cria um espaço para se pensar o silêncio de modo distinto: como um operador na linguagem. Esse operador trabalharia tanto na via do sentido quanto na via do *non-sense*. Deste modo, acreditamos que o silêncio torna-se um importante aspecto a ser investigado na linguagem pela perspectiva do paradigma não-positivista, já que ele possibilita vislumbrar noções como as de divisão subjetiva e constituição do eu na própria materialidade linguística.

A materialidade linguística é compreendida por nós a partir de reflexões de Milner (2006) sobre a língua e

suas predicacões sob a forma do nó-borromeo (RSI): são indistinguíveis e “se afetam reciprocamente” (p. 14).

Existem três suposições. A primeira [...] é que há: proposição tética que só tem por conteúdo sua própria posição – um gesto de corte, sem o qual não *há* nada que exista. Chamaremos isso de real ou R. Outra suposição, dita simbólica ou S, é que *há alíngua*, suposição sem a qual nada e singularmente nenhuma suposição, poderia ser dita. Uma outra suposição, enfim, é que *há semelhante*, na qual se institui tudo o que constitui laço: é o imaginário ou I (p. 07).

A língua se comportaria, então, a partir da inscrição e sobreposição, ora em um, ora em outro registro do nó-borromeo, sendo a sua constituição efeito da circulação no nó. Milner (2006) exemplifica que o Um é visto como diferença no simbólico e como unidade no imaginário. São “características” da língua que podem gerar distintos efeitos nos registros. Apostamos, nesse mesmo sentido, que o silêncio abarcaria o impossível em relação à linguagem, ou seja, seria relacionado tanto ao impossível de se dizer (e, nesse sentido, atrelado ao real lacaniano) quanto ao impossível que se diga de outro modo (associado ao imaginário e ao simbólico).

O silêncio, portanto, age no registro do imaginário como propulsor das noções de coerência e coesão identitárias na linguagem, o que constrói um “tecido de semelhante e dessemelhante, realizando um todo representável” (MILNER, 2006, p. 08). Aí se conjugam as naturalizações de sentido via ideologia e a malha discursiva constituinte do dizer. O silêncio evidenciaria,

assim, o impossível perante o significado, constituindo os sentidos ativamente na cadeia associativa.

Nesse sentido, retomando a afirmação de Orlandi (1992), discordamos quando a autora enuncia: “no silêncio, o sentido é” (p. 15), já que o silêncio é também constituinte de deslocamentos e variações de sentido no enunciado, articulando o sujeito em sua relação com a língua.

Apresentação do *Corpus*

A fim de elucidar o silêncio enquanto operador na língua, utilizaremos como corpus “O esquecimento de nomes próprios” (FREUD, 1898 [1987], 1901 [1987]), escrito por Freud em dois momentos distintos: como artigo para publicação de jornal da época e como o capítulo inicial de *Psicopatologia da Vida Cotidiana*. Além das duas publicações, Freud também mencionou sobre o esquecimento à Fliess² (FREUD, 1898, apud MASSON, 1986).

Esses textos relatam uma viagem de Freud realizada de trem da Bósnia para a Herzegovina. Ao conversar com um viajante, que ora é apresentado como conhecido, ora como desconhecido por Freud, este lembra-se do afresco “As quatro últimas coisas” pintado por Signorelli. No entanto, Freud se esquece do nome do pintor, vindo a sua mente apenas dois substitutos:

² Tido como o analista de Freud, Fliess é um médico com quem ele se comunicava por cartas, relatando suas descobertas e angústias frente a sua invenção: a psicanálise.

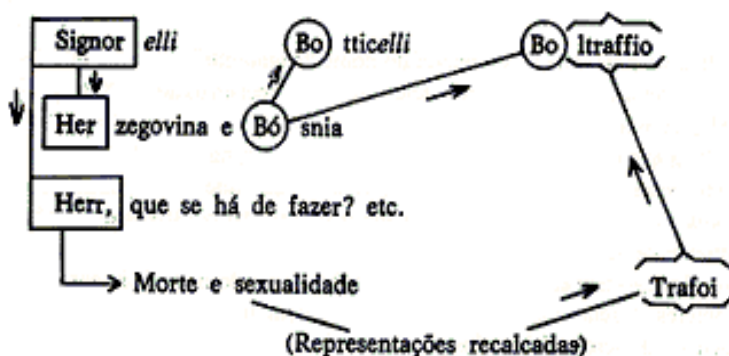
Boticelli e Boltraffio. O autor remete o esquecimento à conversas anteriores com esse interlocutor (sobre os turcos e seus costumes) e à temática do próprio afresco (que se relaciona ao juízo final). Quando se lembra do nome, Freud pode desenvolver o esquema que apresentaremos abaixo, no qual, a partir da fragmentação desse nome, chega ao sentido omitido.

Harari (2001) afirma que o “Esquecimento de Signorelli” foi forjado por Freud, trabalhado via retroação a fim de elucidar mecanismos psíquicos como os de memória, associação, significação e sentido. Esses mecanismos trabalham sincronicamente, no que tange às formações do inconsciente.

A constituição destas formações, no entanto, não se dá somente no âmbito da palavra, mas através de desdobramentos de sentidos que não eram conscientes, e não foram verbalizados por Freud (no caso específico do *corpus*).

Para a efetivação da análise, portanto, o trabalho de constituição do corpus volta-se para os três textos citados sobre o esquecimento. O objetivo foi estabelecer recortes onde se pudessem observar movimentos parafrásticos (PÊCHEUX, 2009) e modos de subjetivação na materialidade linguística. É dentro desse procedimento teórico que se torna possível desenvolver uma relação do silêncio com a linguagem.

Inicialmente, expomos o esquema elaborado por Freud quando analisa o processo de esquecimento do nome:



(Fig. 01, FREUD, 1898 [1987], p. 278)

Podemos observar, no esquema elaborado por Freud, que a omissão de algumas cadeias associativas provocou silenciamentos, devido à permanência do sentido no desdobramento metonímico da cadeia significante como observado na vinculação de Boticelli e Boltraffio com Bósnia. Lacan (1957-58 [1999]) irá denominar estes deslocamentos de ruínas metonímicas. Trataremos aqui desses desdobramentos através do referencial teórico da Análise do Discurso (AD) e da psicanálise. Tomando essas duas disciplinas indiciárias-interpretativas como pauta, procuraremos responder às questões: Como se dá a relação entre silêncio e linguagem? De que forma constituem-se, nesse espaço, que é lacunar, das formações do inconsciente, o sentido e o *non-sense*? E ainda: De que modo a materialidade da língua serve como pista de partida para investigar essas formações?

Discussão

A partir de algumas pistas linguístico-discursivas presentes no texto freudiano, podemos vislumbrar a subjetividade do autor, compreendida aqui como a constituição do eu através da materialidade linguística. Quando Freud afirma que, ao “esbarrar num italiano culto” (FREUD, 1898 [1987], p. 277), pode acessar o nome do pintor e também compreender o motivo do esquecimento, fica marcado que é a partir do outro/Outro que se tem acesso ao sentido calado na cadeia significante, o que faz do esquecimento de Freud um sintoma.

Ainda na perspectiva dos aspectos subjetivos da linguagem, podemos observar o fato de Freud haver omitido de seu locutor a anedota sobre os turcos referente à sexualidade. É a ideologia dominante que faz calar alguns sentidos, que aparecem deslocados na cadeia significante, o que promove modos de subjetivação distintos, operados por silenciamentos, o que nos leva à máxima da AD: “dizer *x* para não dizer *y*”, como um aforismo dos modos da subjetivação presentes no texto freudiano.

Essas relações intersubjetivas apontadas ao longo do texto de Freud focam-se na noção de particularidade: a relação que se dá, pela constituição do eu, a alguns aspectos ideológicos, a fim de sedimentar processos identitários baseados na noção de identificação imaginária apontada por Lacan (2003). A identificação imaginária é um processo através do qual o sujeito se atrela ao sentido de forma a consubstanciar-se nele, ou seja, o sentido fica restrito a um significado específico e, devido a isso, fica interdita ao sujeito a possibilidade

de ressignificação da cadeia via significante: o sentido adquire estatuto de imagem. Podemos observar essa constituição nos textos freudianos já que foi através do calar de alguns sentidos sedimentados na ideologia (a supressão da temática da sexualidade, por exemplo) que ocorreu o esquecimento. Freud também relata que, em contraposição ao esquecimento do nome do pintor, seu auto-retrato, pintado ao lado do afresco, encontrava-se ultranítido em sua memória; fator que causou estranhamento à Freud já que, segundo ele, não tinha uma boa memória para imagens (1898 [1987]):

Exerci minhas faculdades de recordação, fazendo desfilar pela memória todos os detalhes do dia que passara em Orvieto, e me convenci de que nem sequer a mais íntima parte dele fora obliterada ou se tornara vaga. Pelo contrário, eu era capaz de evocar os quadros com maior nitidez sensorial do que me era comum. Vi diante dos meus olhos, com nitidez especial, o auto-retrato do artista – com o rosto sério e as mãos cruzadas – que ele pusera no canto de um dos quadros (...); mas o nome do artista, geralmente tão familiar para mim, permanecia oculto. (FREUD, [1898] 1987, p. 276)

[...] até que esbarrei num italiano culto que me libertou desse sofrimento ao dizer-me o nome: *Signorelli*. Eu próprio pude acrescentar o primeiro nome do artista, *Luca*. Imediatamente, minha lembrança ultranítida dos traços do mestre, tal como representados em seu retrato, esmaeceu-se. (FREUD, [1898] 1987, p. 277)

No trabalho associativo pós esquecimento (retroação/ perlaboração) realizado por Freud, pode ser marcado que a transposição da palavra à imagem associa-se, portanto, a posições de resistência de Freud quanto a cadeias associativas relacionadas ao seu processo discursivo. Essa resistência se torna ainda mais contundente ao longo do texto: o autor afirma que, assim que pode ser lembrado novamente do nome a partir de um Outro, a ultranidade que guardava do auto-retrato do pintor, apagou-se e, sincronicamente a lembrança do nome e tudo aquilo que se encontrava condensado nele, também pode ser elaborado (FREUD, 1898 [1987], p. 288).

Poderíamos considerar, portanto, que os modos de subjetivação encontrados nos textos freudianos estão associados à naturalização de alguns sentidos que foram calados pelo autor por vincularem-se inter e intradiscursivamente³, produzindo um sentido ‘inesperado’ pela posição-sujeito.

Nesse quesito, a posição-sujeito que estava posta em questão para Freud era a relacionada a seu *status* como médico. Algumas pistas linguístico-discursivas retiradas dos três textos sobre o esquecimento mencionados acima marcam esse posicionamento, pois

³ Freud associa a temática da sexualidade à morte de um paciente que tinha alguns distúrbios sexuais. O autor também relata haver uma relação do esquecimento a algumas de suas lembranças referidas ao pai, que havia morrido próximo ao esquecimento. Essas pistas, no texto, nos possibilitam afirmar que a constituição dos sentidos no esquecimento se deu por essa relação inter e intradiscursiva.

há uma oscilação no modo de nomeação da pessoa com quem Freud viajava no momento do esquecimento:

- 1- A conversa com meu companheiro de viagem... (FREUD, [1898]1987, p.276)
- 2- Um estranho... (FREUD, [1901] 1987, p. 21)
- 3- Um advogado de Berlim (Freyhau) com quem comecei a conversar de fotografias... (FREUD, 1898, in. MASSON, 1986, p. 328)

Essas diferentes descrições agem como movimentos parafrásticos nos textos freudianos e denotam as posições-sujeito nas quais Freud se coloca para “dialogar” com seu interlocutor. No artigo e no capítulo de livro (recortes 1 e 2 acima), Freud se preocupava com os aspectos científicos de sua teoria, o que supõe a supressão desse tipo de informação pessoal e informal, uma vez que ele estaria mais preocupado em elucidar como se desenvolveu o enlace teórico com o acontecimento. São posições que se coadunam com o cientista e médico em Freud, pautadas em um discurso científico específico. Já na carta a Fliess (recorte 3), ele nomeia o interlocutor pela sua profissão: “um advogado de Berlim”, o que pode estar relacionado à cadeia associativa que Freud realizava; afinal, as anedotas relacionadas à sexualidade dos turcos e à maneira como encaram a morte (lembranças que Freud recalcou/silenciou) se referiam à relação médico - paciente. Observamos, portanto, que as posições-sujeito são efeitos de “facetas” do eu de Freud e que o silêncio age como limitador de sentidos específicos que o eu demanda silenciar, mas que aparecem deslocados na

cadeia significativa. O silêncio marca, pois, o impossível perante o já-dito, a partir do momento em que o significado já foi “consolidado”, ele é o impossível perante outro significado (TFOUNI, 2008).

Conclusão

No *corpus* utilizado, o silêncio estaria apoiado em um (im)possível relacionado ao não-dito. É devido a movimentos de tentativa de contenção da deriva (TFOUNI, 2001, 2010) do sentido que o sujeito pode tentar estabelecer a coesão e a coerência, e essa busca tem relação com aspectos identitários. É o que Freud faz, ao dialogar com seu interlocutor e também ao elaborar as duas versões e a carta escrita a Fliess sobre o acontecimento.

O acesso ao nome recalcado/esquecido permitiu a Freud fragmentá-lo, via escuta significativa. É nesse momento que se dão a conhecer, pela análise retroativa, os deslizamentos metafóricos e metonímicos presentes no esquema. Vislumbra-se aí o engendramento da linguagem por ambos os mecanismos, que desmonta o sentido estático da imagem, o que só é possível pelo efeito de corte causado pelo simbólico.

Nessa perspectiva há a abertura para o *non-sense* e para sentidos não sedimentados, calcados em uma lógica da cadeia significativa. É a partir daí que Harari (2001) hipotetiza a relação entre (Sig)norelli – (Sig)mund, interrogando e problematizando a substituição heteronímica postulada por Freud entre Signor(elli) – Herr (“senhor” em alemão). Do ponto de vista da

psicanálise, o esquecimento, que causou um silenciamento na cadeia enunciativa de Freud, faz signo de sujeito, já que, como coloca Elia (2001), as formações do inconsciente são aparições pontuais do sujeito.

Podemos, portanto, relacionar as pistas linguístico-discursivas presentes no *corpus* ao eu imagético de Freud (Herr, como um honorífico para se referir a doutor, médico), e outra ao sujeito do inconsciente, marcado pelo segmento *sig*, o traço localizável e intraduzível de cada sujeito condensado no nome próprio.

Freud então afirma que tratou os nomes como um *rébus*, desenho figurativo pautado tanto na imagem acústica quanto na forma, o que promove a singularidade via imagem acústica e suas relações com a particularidade canalizada pelo modo como a perlaboração se desenvolve. Assim, torna-se possível entrever essa relação entre sujeito-sentido como constituída a partir de uma hiância na relação sujeito-Outro. O silêncio, como não dito, denota o posicionamento subjetivo do sujeito; no entanto, não denuncia a incompletude da linguagem; antes, corrobora com a ilusão de certo controle do sentido e da busca por coesão e coerência como índices identitários.

Diferentemente, o silêncio do impossível, do vazio, é aquele que denuncia a incompletude do Outro e da linguagem, constituinte do processo de separação e que, talvez, possa ser entrevisto no *non-sense* que evidencia as desarticulações enunciativas relacionadas à língua. Seriam processos enunciativos polissêmicos e parafrásticos que apontam para estabilização/

movimentação de sentidos inerentes à constituição de qualquer sujeito.

Nos movimentos parafrásticos empreendidos nas três versões do esquecimento de Signorelli, encontramos em Freud uma constante movimentação por distintas posições sujeito.

Propomos observar a captura de Freud nessas posições-sujeito via silêncio constitutivo (ORLANDI, 1992), para compreender como esses aspectos do silenciamento contribuem para posições discursivas e, além disso, produzem sinais de estranhamento no eu, sujeito do enunciado. O silêncio constitutivo, segundo Orlandi (1992) é aquele que evidencia que, ao escolher determinadas palavras, calamos outras, o que ratifica uma relação particular com o sentido. Esse conceito nos possibilita entrever que há uma constante atualização dos sentidos interdiscursivos na enunciação, sendo os movimentos parafrásticos realizados por Freud uma forma de evidenciar que esse não-dito do silêncio constitutivo, constitui o dito e, assim, a posição-sujeito. Um exemplo desse apontamento são as diferentes nomeações de seu interlocutor, que foram expostas acima.

Podemos observar, portanto, que, a partir dos processos metafóricos e metonímicos na cadeia significante, é possível entrever aspectos da materialidade linguística que são operados pelo silêncio e constituintes das posições-sujeito, o que permite uma outra relação entre silêncio e linguagem que não a que reduz um ao outro, mas sim como constituinte e inerente ao processo discursivo.

É nesse sentido que o silêncio corrobora com a constituição de aspectos identitários do sujeito: ao operar na cadeia significativa a partir de silenciamentos de sentidos específicos corrobora com a ilusão de coesão e coerência identitárias do eu. No entanto, simultaneamente, possibilita o aparecimento da divisão subjetiva já que juntamente com os sentidos omitidos outros são silenciados, o que faz com que o processo identitário do sujeito seja constituído por essa constante hiância ser – não ser, fundamental ao processo analítico.

Referências

- ELIA, L. *O conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- FREUD, S. [1898] Sobre o mecanismo psíquico do esquecimento (Primeiras Publicações Psicanalíticas). In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Vol. 3, pp. 275-282). Rio de Janeiro: Imago, 1987.
- _____. [1901] O esquecimento de nomes próprios (Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana). In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. 6, pp. 19-24). Rio de Janeiro: Imago, 1987.
- HARARI, R. *O que acontece no ato analítico? – A experiência da psicanálise*. Rio de Janeiro, Companhia de Freud, 2001.
- LACAN, J. [1961-62] *Seminário 9: A identificação*. (I. Correa, M. Bagno, trans.) Recife: Centro de Estudos Freudianos, 2003.
- _____. [1964-65] *Seminário 12: Problemas Cruciais para a psicanálise*. (C. Lemos, I. Correa et al, trans.) Recife: Centro de Estudos Freudianos, 2006.
- _____. [1957-58] *Seminário 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1999.

- MASSON, J. M. (Org.) *A Correspondência Completa de Sigmund Freud e Wilhelm Fliess: 1887-1904*. São Paulo: Ed Imago, 1986.
- MILNER, J. C. [1983] *Os nomes indistintos*. (A. Procópio, trad.) Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006.
- ORLANDI, E. *As formas de silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- PÊCHEUX, M. [1983] *O discurso: estrutura ou acontecimento*. (E, Orlandi trad.) Campinas: Ed. Pontes, 2008.
- _____. *Semântica e discurso – Uma crítica à afirmação do óbvio*. (E. Orlandi, trad.) Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. (C. Bally & A. Sechenaye, orgs.) São Paulo: Ed. Cultrix, 2006.
- TFOUNI, F. V. *O interdito como fundador do discurso*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1998
- _____. O interdito e o silêncio: duas abordagens do impossível na linguagem. *Linguagem em (Dis)curso*, 8 (2) 353-371, 2008.
- TFOUNI, L. V. *Letramento e Alfabetização*. (9 ed.) São Paulo: Ed. Cortez, 2010.
- _____. A dispersão e a deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria do letramento. In Signorini, I. (Org.). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas, SP: Mercado das Letras, pp. 77-94, 2001.

50 Anos do golpe militar: uma análise discursiva das capas das revistas Carta Capital, Época, IstoÉ e Veja

Ercília Ana Cazarin¹

Taiane de Oliveira Volcan²

UCPel

Considerações primeiras

No dia 1º de abril de 1964, o Brasil foi palco de um golpe de estado que culminou em uma ditadura militar de 21 anos. Nesse período, milhares de cidadãos foram sequestrados, torturados, mortos e/ou exilados. Em 2014, o golpe completou 50 anos e tornou-se pauta obrigatória de praticamente toda a mídia e da sociedade brasileira, que ainda hoje revive os horrores não solucionados do período. Os veículos de comunicação, mesmo tendo sido na época, em sua maioria, grandes apoiadores do golpe, diante da atual conjuntura sócio-política optaram por dedicar as edições da primeira semana de abril de 2014 aos fatos relacionados com a ditadura.

Porém, dentre as quatro revistas de maior circulação do país, uma se destacou por silenciar em sua capa o acontecimento - a Veja. Embora essa revista, em

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da UCPEL e membro dos grupos de pesquisa: LEAD (UCPEL) e GEPAD (UFRGS). E-mail: eacazarin@gmail.com

² Doutoranda no programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas. E-mail: taianevolcan@gmail.com

uma edição anterior, tenha se referido aos personagens que construíram o golpe, na data oficial, enquanto IstoÉ, Carta Capital e Época dedicaram suas edições para relembrar os cinquenta anos do "dia que não terminou", a Veja optou por, mais uma vez, disparar críticas ao governo de Dilma Rousseff, silenciando o golpe.

Considerando que o apagamento de um fato não é apenas um vazio, mas um discurso que significa, este texto analisa, através da perspectiva da análise de discurso pecheuxtiana, as quatro capas, destacando, no entanto, o referido silenciamento, na contramão das demais revistas. Nossa compreensão é a de que tal postura aponta para um lugar de inscrição, ou seja, uma posição marcada pelo conservadorismo que, ao longo do tempo, vem fortalecendo relações com forças também conservadoras.

Análise do discurso e mídia

A análise de discurso - AD, fundada por Michel Pêcheux, é um campo de estudo que oferece ferramentas conceituais para a análise de acontecimentos discursivos, na medida em que toma como objeto de estudos a produção de efeitos de sentido (GREGOLIN, 2007). Considerando nosso interesse em trabalhar a produção de efeitos de sentido que o silenciamento da revista Veja movimenta, em contrariedade com a discursivização das demais publicações, consideramos a AD como teoria de análise adequada ao estudo, levando em conta que as noções de interdiscurso e de

silenciamento são fundamentais para a compreensão do acontecimento em questão.

A análise de discurso, em outras ocasiões, se mostrou extremamente interessante para metodologias de análise do campo midiático. Gregolin (2007) concluiu em suas pesquisas que "A articulação entre os estudos da mídia e os de análise do discurso enriquece dois campos que são absolutamente complementares, pois ambos têm como objeto as produções sociais de sentidos" (Op. Cit, p.13).

Assim, compreendemos que a aplicação da abordagem de Pêcheux para a compreensão deste fato social, que movimenta diversos sentidos históricos e sociais, poderá contribuir para os estudos de compreensão do funcionamento discursivo da mídia.

No campo da análise de discurso, iremos sustentar este estudo nos dispositivos que dão conta do silenciamento/apagamento discursivo, considerando aqui não o silêncio místico, nem o silêncio empírico, mas o silêncio que tem sua materialidade definida pela relação estabelecida entre o dizer e o não dizer (ORLANDI, 2012). Talvez tenha sido isto que levou as revistas observadas a pautarem ou não os 50 anos do golpe.

Abordaremos também a questão do interdiscurso em relação as quatro formas de apresentação do tema e de seu silenciamento, como cada uma apresenta/discursiviza o tema e como determinadas posições-sujeito falam antes, em qualquer lugar, independentemente do sujeito do enunciado (PECHEUX, 1975).

Consideraremos, finalmente, as condições de produção que cercam o acontecimento e dialogam com o apresentado em cada uma das quatro revistas, ou seja, tratamos aqui das condições de produção que incluem o contexto sócio-histórico e ideológico [...] que, em contexto amplo, traz para a consideração dos efeitos de sentidos elementos derivados da forma de organização de nossa sociedade (ORLANDI, 2009).

Compreendemos aqui, que o discurso das revistas em pauta está inscrito no campo da mídia e que, em nosso ponto de vista, estamos diante de duas formações discursivas (FDs) - uma que abriga os saberes da mídia contrária ao golpe, a Carta Capital, e outra que se apresenta como uma FD conservadora, abrigando saberes da ISTOÉ, da Época e da Veja, as quais estamos tomando como posições-sujeito que se diferenciam e/ou divergem na relação que estabelecem com a forma-sujeito, ou seja, com o sujeito histórico da referida FD. A heterogeneidade de saberes que essas duas FDs abrigam faz emergir o político, entendido aqui como jogo de forças que discursivamente se materializa - o político não vem por acréscimo porque é constitutivo do próprio discurso (ORLANDI, 2011), daí nosso interesse de entender o discurso político que será tema do tópico a seguir.

Discurso político

Michel Foucault (2000) concebe, em seu livro *Arqueologia do Saber*, o discurso como um conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de

formação, o discurso político, por exemplo. Estes sistemas de formação não compreendem apenas a coexistência ou a interação de elementos heterogêneos (instituições, técnicas, grupos sociais, organizações perceptivas, relações entre discursos diversos), mas seu relacionamento - sob uma forma bem determinada - estabelecido pela prática discursiva (FOUCAULT, 2000, p.122). Deslocando o escrito por Foucault para o âmbito da Análise de Discurso, consideramos, a partir de Pêcheux, o discurso como se constituindo no gesto de interpretação - “é efeito de sentido entre locutores”, é processo discursivo, no qual o saber linguístico e o saber social se recobrem, é estrutura e acontecimento (PÊCHEUX, 1990), não como camadas superpostas, mas em uma relação de intrincamento - uma trama de fios na qual se entrecruzam os fios da história, da língua e do sujeito.

Abordamos, neste trabalho, discursos que se inserem na ordem do político, ou seja, saberes e fazeres no jogo de poder das relações sociais. Esse entendimento, embora relacionado à política partidária, não se reduz a ela. A análise de discurso tem, em seu marco fundador, uma profunda relação com o político. Jean-Jacques Courtine, contemporâneo de Pêcheux, afirma que “o discurso político se tornou muito rapidamente o principal, quero dizer, o único objeto da análise do discurso que subitamente se desenvolveu na França” (COURTINE, 2006) ³.

³ Na atualidade, a Análise de Discurso vem sendo trabalhada nos mais diferentes campus discursivos, não se limitando mais apenas ao discurso político.

Consideramos, assim, o marco temporal dos cinquenta anos do golpe militar brasileiro um acontecimento de ordem política que, ao ser discursivizado pela mídia, ou silenciado por ela, através das capas de revistas, por exemplo, passa a ser um discurso de ordem política, que iremos assim analisar.



Figura 1

Discurso político no *corpus*

Preocupamo-nos em analisar o funcionamento discursivo das capas das revistas IstoÉ, Carta Capital, Época e Veja publicadas na primeira semana de abril de 2014, período que compreende o 50º aniversário do golpe militar no Brasil. As quatro revistas analisadas têm em comum não apenas o fato de estarem entre as revistas de maior circulação no país, mas também o campo político, que perpassa a maioria do conteúdo veiculado. As quatro publicações abordam, principalmente, o cenário político atual do país, mas cada uma apresenta

este tema de uma posição-sujeito determinada, que iremos desenvolver mais adiante.

Na figura 1, temos uma fotografia das quatro publicações dispostas lado a lado em uma banca de jornais. Na primeira revista (Carta Capital) a imagem da capa apresenta o número 1964 com uma grande sombra por trás, que remete ao ano do golpe militar no Brasil e a manchete “Especial 50 anos do Golpe”. A segunda capa, da revista IstoÉ, apresenta a foto da viúva do presidente João Goulart, deposto pelos militares durante o golpe, e a manchete “O golpe de 1964 destruiu minha família” e na linha de apoio “Especial 50 anos do golpe: os 20 dias que mudaram o Brasil”. A terceira capa, da revista Época, mostra um fundo branco, como o de um cartaz, com as frases: “1964 o ano que não terminou” seguido de “Por que, 50 anos depois, o golpe militar ainda desperta paixões?”. Na última capa, da revista Veja, é apresentada uma caricatura da presidenta Dilma Rousseff, dividindo uma gangorra com um gráfico que indica um aumento e a manchete “Por que quando Dilma cai a bolsa sobe”.

Podemos observar que, nos quatro recortes, as capas das revistas remetem a acontecimentos políticos nacionais, de posições ideológicas diferentes - cada publicação apresenta como destaque da sua edição aquilo que considera politicamente mais importante na semana. Essas escolhas são aqui consideradas como silenciamento e exposição. Gregolin (2007, p.15) afirma que “Silenciamento e exposição são duas estratégias que controlam os sentidos e as verdades”. Desta forma, a partir do momento em que uma edição escolheu

destacar um fato, ela também está escolhendo não destacar outro e, como é possível observar nas quatro publicações, todas apresentaram, em suas capas, assuntos de ordem política, mas cada uma apontando para seu lugar de inscrição, aqui entendido como uma formação discursiva (FD) determinada, embora em posições-sujeito distintas. Essas escolhas estão relacionadas com elementos constitutivos do discurso, dentre eles as condições de produção e o interdiscurso.

Condições de produção e interdiscurso

Orlandi (1998) diz que, quando tratamos do político, é necessário ir além da situação imediata, dos conteúdos, da formulação. Ao retomarmos os quatro recortes que constituem o *corpus* deste trabalho, devemos observar que estas escolhas não representam apenas diretrizes editoriais dos veículos de comunicação, mas um recorte da realidade dentre todos os acontecimentos possíveis de serem destacados em uma edição, que parte de um contexto sócio-histórico, ideológico, ou seja, de condições de produção determinadas.

Compreendemos aqui por condições de produção dois posicionamentos, um coletivo, que se relaciona com a enunciação, ou seja, o contexto imediato das quatro publicações e outro que se relaciona com a memória discursiva, ou seja, com o contexto sócio-histórico constitutivo do discurso. Com relação ao primeiro contexto, o imediato, parece imprescindível ressaltar toda a movimentação social em torno do

acontecimento 50 anos do golpe. Durante os dias que antecederam e sucederam o 1º de abril de 2014, data que rememora o golpe, centenas de atividades em todo o território brasileiro debatiam a pauta - foram realizadas palestras, exposições, marchas públicas, distribuição de materiais informativos sobre o golpe e sobre a própria ditadura, além de o tema ter figurado no período como pauta praticamente obrigatória de uma maioria quase absoluta dos veículos de comunicação. Ou seja, a pauta estava colocada dentro do atual momento histórico como esperada, como óbvia, principalmente em se tratando das revistas de maior circulação nacional. De outro lado, ainda como um contexto imediato, se tem o cenário político atual, que, embalado pela proximidade do período eleitoral, sinaliza, cada vez mais, para a tensão entre governo e oposição, bem como para todo e qualquer movimento e situação que possa vir a influenciar no período eleitoral.

Além deste contexto imediato, temos a questão da memória, que, quando se relaciona com o discurso deve ser pensada enquanto interdiscurso, ou seja, o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído (ORLANDI, 2009). Essa memória sustenta os discursos e permite compreender a relação destes com a ideologia, pois é através de discursos que falam antes, que estes se sustentam.

Na figura 2, capa da revista Carta Capital, temos uma economia textual - o tema 50 anos do golpe é o destaque da publicação. A manchete se constrói em conjunto com a imagem de fundo, que apresenta o

número 1964, ano do golpe, com uma grande sombra negra por trás, essa sombra marca, se mistura, com o texto da manchete “Especial 50 anos do golpe” que é seguida pelos nomes dos autores da reportagem.



Figura 2

O dicionário Michaelis apresenta exatamente vinte definições⁴ para o substantivo feminino sombra,

⁴¹ Espaço privado de luz, ou tornado menos claro, pela interposição ou presença de corpo opaco; a falta de luz produzida pela presença de um corpo opaco. 2 Escuridão, trevas, noite. 3 *poét* Coisa que parece impalpável e imaterial como a sombra. 4 Mancha, nódoa. 5

sendo frequentemente relacionada com a falta de luz, de esperança, trevas, prisão entre outras. Todos estes dizeres aparecem nas narrativas relacionadas ao golpe militar brasileiro e à ditadura militar que o seguiu, indicando uma posição contrária ao golpe, com dizeres que sustentam uma posição de que este sim representa uma sombra, no sentido de falta de esperança, prisão, dentre outras barbáries na história do país.

Além da sombra que “cerca” o número 1964, referente ao ano, o uso da palavra golpe carrega também uma memória, pois o termo é utilizado pela corrente daqueles que consideram a tomada do poder pelos militares no dia 1º de abril de 1964 um golpe de estado, em oposição à filiação política militar de que o acontecimento teria sido, na verdade, uma revolução, posição esta que 50 anos depois ainda é defendida no interior do movimento militar brasileiro.

Defeito, mácula, senão. 6 Alma, espírito. 7 Espectro, fantasma, manes, visão. 8 Indivíduo que acompanha ou persegue constantemente outro. 9 Aparência, sinal, traço, vestígio. 10 Ligeira noção; tintura, visos. 11 Pessoa ou coisa que decaiu da sua antiga grandeza ou poder. 12 Poder, proteção, valor. 13 Imagem imperfeita, representação vaga. 14 A intercepção da luz, produzida pela folhagem das árvores. 15 O quebraluz ou bandeira dos candeeiros ou das velas. 16 *Pint* A tinta com que se faz o sombreado. 17 *Pint* Os lugares mais sombrios ou mais obscuros de um quadro e que servem para dar realce aos outros. 18 *poét* Tudo o que entristece a alma. 19 Ermo, retiro, solidão. 20 *gír* Cadeia, calabouço, prisão. Fonte: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=sombra> acessado em 05/05/2014.



Figura 3

Na segunda publicação analisada, temos como capa, a imagem de Maria Thereza Goulart, viúva do ex-presidente João Goulart - Jango, deposto pelos militares em 1964. O texto de maior destaque nesta capa é uma frase entre parênteses: “O golpe de 1964 destruiu minha família”. A afirmação não é um dizer direto da publicação, mas a citação do desabafo de uma personagem que fez parte do fato histórico aqui retratado, esta mediação do discurso afasta da publicação o tom opinativo, as aspas que cercam o texto

mostram que ele é um resgate da fala de outro. O discurso reproduzido apresenta a consequência do golpe para uma das personagens envolvidas, que pode remeter tanto ao período de exílio de sua família, como ao posterior falecimento de seu marido, morte que permanece cercada de mistérios até os dias atuais, inclusive teorias de que Jango teria sido assassinado. A tentativa de não posicionamento - favorável ou contrário - da revista pode ser observada novamente na manchete que acompanha o depoimento de Maria Thereza Goulart, logo abaixo: “Especial 50 anos do golpe: os 20 dias que mudaram o Brasil”. Observamos que a revista utiliza o verbo “mudar” que apresenta uma carga de sentidos mais neutra em relação à aprovação ou desaprovação de algo, mudar sempre pode ser bom ou ruim, a palavra não carrega um sentido de reprovação ou de exaltação, como o verbo utilizado no depoimento acima “destruir”. Retomando Pêcheux (1988), vale lembrar que a linguagem não é transparente e que “as palavras não significam *a priori*...” - para compreendê-las é necessário analisá-las a partir do processo discursivo em que ocorrem, observando como funcionam e que efeitos de sentido produzem. É a historicidade inscrita na língua que faz com que as palavras signifiquem, daí o efeito de sentido produzido pela forma verbal “mudar” – é a inscrição dos saberes desta revista em uma ou outra FD que nos leva à produção de um ou outro sentido. O modo como os dois enunciados são colocados pela publicação evidencia, assim como no caso anterior, uma posição da revista IstoÉ, diferente daquela apresentada pela revista Carta Capital, que se

colocava como opositora do golpe através da forma como o representava. A IstoÉ ocupa uma posição de quem prefere não se posicionar, afastando de si o discurso de negação, a Carta Capital afirma que o golpe “destruiu”, esta realiza uma escolha de palavras mais opacas.



Figura 4

A terceira capa analisada é a da revista Época, ela aborda o mesmo acontecimento histórico das duas primeiras, os 50 anos do golpe militar no Brasil. Ao

contrário das anteriores, esta não apresenta imagens ao fundo, apenas uma capa branca com um texto preto, semelhante a um cartaz. Sobre o fundo branco destaca-se a manchete “1964 o ano que não terminou”, seguida pela linha de apoio “Por que, 50 anos depois, o golpe militar ainda desperta paixões?”. Assim como a IstoÉ, embora com um funcionamento discursivo distinto, a revista Época retoma outras vozes, tanto daqueles que se declaram defensores do golpe (para eles, revolução) e por tudo que ele significou, como daqueles contrários ao golpe, que até hoje buscam por esclarecer fatos ainda pendentes. É importante observar que aqui existe uma escolha diferente da revista anterior, que optava por retomar a posição de quem sofreu com a ditadura. Ao retomar também o outro lado do acontecimento, o lado dos apoiadores, não da época, mas atuais, a revista o faz de uma posição determinada, que não é a mesma da revista IstoÉ.

Devemos observar que a escolha feita pela revista Época não é transparente, ela remete a uma opacidade da linguagem, ou seja, dizeres interpretáveis por determinações históricas que se apresentam como naturalizados. Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência (ORLANDI, 2009).



Figura 5

Um silenciamento

A quarta e última revista analisada neste trabalho apresenta um contexto bastante diferente das até aqui analisadas. Ela foi publicada exatamente no mesmo dia das anteriores, 2 de abril de 2014, ou seja, no mesmo contexto de mobilizações nacionais e atos que marcavam os 50 anos do golpe militar, mas diferente das três publicações anteriores, a sua capa é colorida, com uma caricatura da presidenta Dilma Rousseff. A manchete da edição é mais um alerta sobre a suposta crise do governo atual, que semanalmente a revista anuncia, “Por que

quando Dilma cai a bolsa sobe”, sem pontuação, sem fechamento. A ausência do sinal de interrogação no final da sequência produz um sentido de conclusão, de afirmação, que confronta a formulação da frase iniciada com a combinação da preposição “por” e do pronome interrogativo “que”, que pressupõe um questionamento. Esta afirmação/questionamento, colocada pela publicação, pode ser tomada como uma sugestão, um uso de artifícios estatísticos para desmoralizar a atual presidenta. O uso da caricatura em si a satiriza, deixa explícita uma posição de desdém, em um momento em que ela é também pré-candidata à reeleição, marcada por um período de intensa disputa política.

Embora a capa da edição apresente uma construção com unidade, o que é apontado nesta análise é justamente o discurso que não aparece nesta capa, que nos parece, foi recaldado, silenciado.

Ao colocar na capa de sua edição uma crítica ao governo federal, o que é feito frequentemente pela revista, houve o silenciamento de todo um momento histórico e social que o país estava vivenciando, os 50 anos do golpe⁵. Embora as publicações anteriores apresentassem diferentes posições-sujeito, inscritas em formações discursivas distintas⁶, todas consideraram o

⁵ Na edição 2366, de 25 de março de 2014, a revista publicou uma reportagem sobre os 50 anos do golpe com o título “Especial 1964” e “31 de março o dia que mudou o Brasil”. Embora esta chamada aparecesse em uma barra de chamada na capa da edição, sem utilizar a palavra “golpe”, ela não era o destaque que mais uma vez, foi a presidente em uma foto montagem afundamento em petróleo.

⁶ “No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que

momento social que estava sendo vivenciado pela sociedade e o pautaram, cada uma a seu modo.

Na análise de discurso pecheuxtiana, o apagamento do golpe militar pela revista *Veja* não seria apenas uma escolha diferente de fatos, ele não produz apenas uma ausência de sentido com relação ao contexto que foi apagado, mas um silenciamento que significa. Orlandi (2007) afirma que compreender o silêncio é explicitar o modo pelo qual ele significa. Compreender o silêncio não é, pois, atribuir-lhe um sentido metafórico em sua relação ao dizer, mas conhecer os processos de significação que ele põe em jogo.

A autora, recém-citada, classifica os silenciamentos em duas categorias, o primeiro é chamado de silêncio fundador, é aquele que existe nas palavras, que remete ao não-dito e produz as condições necessárias para significar, ele indica que o sentido sempre pode ser outro. A segunda forma de silêncio é chamada de política de silenciamento e se subdivide em:

a) silêncio constitutivo, indicando que os dizeres são escolhas, para dizer "golpe" eu deixo de dizer "revolução"⁷, ou seja, uma palavra apaga necessariamente outra.

entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva." (FOUCAULT, 1971, p.43).

⁷ A formação discursiva militar considera o golpe de 1964 uma revolução no país, o termo revolução também foi utilizado para inflamar o golpe no período que o antecedeu, afirmava-se que a revolução evitaria a tomada do poder pelos comunistas.

b) silêncio local, que se relaciona com as políticas de censura, ele apaga tudo aquilo que é proibido se dizer em uma determinada conjuntura, em uma ditadura, por exemplo, não se pode dizer que se está vivendo uma ditadura, não que os sujeitos desconheçam a situação, mas denominá-la é proibido.

Deste modo, é preciso não apenas observar os sentidos movimentados pela capa que é apresentada pela edição, a questão política, a disputa ideológica com o atual governo federal, as estratégias eleitorais, mas todos os sentidos que se movimentam também em relação ao que foi omitido, ou seja, ao que constitui este apagamento.

Considerando as condições de produção da revista *Veja*, bem como a sua formação ideológica conservadora⁸, podemos considerar que a capa da publicação do dia 2 de abril configura uma política de silêncio da publicação, em que se diz X para não (deixar) dizer Y [...]. É o não-dito necessariamente excluído (ORLANDI, 2009). Ao dizer “Por que quando Dilma cai a bolsa sobe”, a publicação deixa de dizer “golpe militar”; ao trazer uma charge da Presidenta da República, deixa de trazer todas as imagens que existem do golpe e da ditadura, entre elas imagens de violência, de autoritarismo, de vergonha, de sofrimento, que seriam, para qualquer publicação, muito mais significativas do que uma charge nestas determinadas

⁸ A revista *Veja* é simpatizante declarada de partidos e políticas econômicas e sociais de direita, grupo, por sua vez, com fortes resquícios do pensamento político militar que governou o país no período ditatorial.

condições de produção, ela apaga enunciados que não fazem parte da FD de sua base, os quais politicamente remeteriam a tantos outros sentidos que podem não lhe ser convenientes.

Considerações finais

Buscamos refletir sobre a questão dos discursos silenciados, principalmente na política e nos assuntos que a cercam. Consideramos como silenciamento não todas as formas de não-dito, uma vez que o silêncio é parte constituinte do processo discursivo, mas o não-dito censurado pelos saberes da FD em que cada revista está inscrita, que determina o que pode e deve ser dito e, consequentemente, o que não pode e não deve ser dito.

Considerando que entre o dizer e o não dizer desenrola-se todo um espaço de interpretação no qual o sujeito se move (ORLANDI, 2009, p.85), observamos que, nos dizeres das publicações *Época* e *IstoÉ*, diferentes condições de produção atuaram sobre a construção dos sentidos destes discursos que, mesmo falando sobre o mesmo assunto, significam de maneiras distintas, mas sem se desalinhar dos saberes da FD em que as mesmas estão inseridas. Em relação àquilo que não é dito, que é silenciado pela revista *Veja*, podemos produzir uma série de sentidos outros, bem como compreender sua posição política, não apenas quando apaga o golpe militar de sua capa, mas também quando enuncia do ataque ao governo; não se afasta assim da sua FD de oposição, que vem sucessivamente dedicando o seu espaço discursivo para a desconstrução do discurso

do governo, aqui representado pela imagem da presidenta em um momento pré-eleitoral. Em oposição a este não dizer, a abordagem da revista Carta Capital se diferencia desta outra FD e mostra uma posição claramente contrária ao Golpe e a toda a história que ele remete.

Orlandi (2009, p.105), em seu livro *as Formas do Silêncio*, coloca que em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação dos sentidos. Isso pode ser compreendido pela análise da edição de 2 de abril da revista *Veja* que é uma amostra destas condições, a revista "fala", mas, ao fazer isso, permanece fiel aos saberes de sua formação discursiva - não rompe com os saberes que sua FD abriga e com a formação ideológica que lhe subjaz.

Referências

- COURTINE, J.J. Linguagem, Discurso Político e Ideologia. In: *Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública*. Ed. Claraluz. 2006.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- GREGOLIN, M. R. F. V. . *Análise do Discurso e mídia: a (re)produção de identidades*. Comunicação, Mídia e Consumo (São Paulo), v. 04, p. 12-26, 2007.
- ORLANDI, E. L. P. Discurso e Argumentação: um observatório do político. In: *Fórum Linguístico*, Florianópolis, SC: nº 1 (73-81), jul-dez., 1998.

_____. *As Formas do Silêncio* (1a. edição: 1992, Ed. da Unicamp; Prêmio Jabuti 1993). 6. ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. *Silêncios: presença e ausência* (2008). Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=38&id=456>> (Acesso em: 3 maio de 2014).

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos* (1a. edição: 1990, Ed. Pontes). 2. ed. Campinas: Pontes, 2009

_____. Ler Michel Pêcheux Hoje. In: *Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos Seleccionados*: Eni Puccinelli Orlandi – 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso* (1975). Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi...[et.al.].Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1988.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento?* Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.

Interdito, silêncio e as modalidades da lógica aristotélica na linguagem

Fabio Elias Verdiani Tfouni¹

Introdução

O objetivo deste trabalho é tratar o silêncio e o interdito como estruturalmente necessários à existência da linguagem. Porém o interdito teria anterioridade sobre o silêncio. Nesse sentido, ele poderia ser visto como um trabalho que aborda a origem da linguagem, não numa perspectiva histórica, e sim lógica. Trata-se de uma questão epistemológica fundamental: “Por que existe linguagem ao invés de nada?”. Essa questão se assemelha à pergunta cosmológica: Por que existe universo em vez de nada? Alguns linguistas tratam o assunto de maneira um tanto utilitarista, ao afirmarem que a linguagem existe em virtude de nossa necessidade de comunicação. Não será essa a visão adotada aqui. Nossa filiação será a da análise do discurso francesa de linha pècheutiana (AD), juntamente com um tratamento epistemológico da questão. Lançaremos mão de diversas áreas do conhecimento como a psicanálise, a lógica, e a antropologia, todas elas numa vertente estrutural, pois é a estrutura que este trabalho aborda.

¹ Professor adjunto da Universidade Federal de Sergipe (UFS) - Campus Prof. Alberto Carvalho. Departamento de Letras. E-mail: fabiotfouni@hotmail.com

Retomamos aqui nossa tese do interdito como fundador do discurso, e outras publicações a respeito, que, em resumo, consistem em afirmar que, para que seja possível que se diga algo, outros dizeres devem permanecer não-ditos ou silenciados (TFOUNI, F. E V. - 1998, 2006, 2008a). Tratamos, então, do interdito e do silêncio como fundadores e constitutivos do dizer e do discurso.

Desenvolvimento

Tradicionalmente, nas ciências da linguagem, diz-se que o verbal recobre o não verbal, ou seja: tudo que é do reino da significação é do verbal. Nessas abordagens, o silêncio fica reduzido à falta de palavras entre palavras; ao silêncio é dado um estatuto negativo. Em resposta a essas abordagens, Orlandi (1995) dá ao silêncio um estatuto positivo, ao afirmar que ele não é apenas a falta de palavras, não é a sombra do verbal; para a autora, o silêncio é uma forma diferente de significar (diferente do verbal), mas não é o vazio: o silêncio significa.

Para Orlandi, o silêncio é constitutivo do dizer. A autora afirma que o silêncio é o espaço diferencial da linguagem; é o espaço que permite à linguagem significar. Para nós, ele é este espaço, mas o que cria tanto o silêncio quanto o discurso é uma interdição, que é uma operação linguística: é a entrada da linguagem que cria tanto o discurso quanto o silêncio. Conforme Orlandi, haveria uma flutuação entre silêncio e dizer. Para nós, é uma interdição que funda essa flutuação.

Orlandi afirma que “A hipótese de que partimos é que o silêncio é a condição da produção de sentido. Assim, ele aparece como o espaço ‘diferencial’ da significação: lugar que permite à linguagem significar.” (ORLANDI, 1995, p.70). Aqui Orlandi já aponta algo fundamental para a tese do interdito: o fato de que, para que a linguagem diga algo (para que se instaurem sentidos linguisticamente), é preciso considerar que a linguagem necessita de um lugar “outro”. Esse lugar “outro” ou “diferente”, é o silêncio, que por sua vez, é indistinto. Para que a linguagem signifique, ela precisa atualizar sentidos desse silêncio, e ao mesmo tempo, precisa recusar alguns sentidos, pois não é possível dizer dois ou mais enunciados ao mesmo tempo. É assim que lemos a definição do silêncio como espaço diferencial da linguagem. Portanto, a afirmação (de Orlandi) de que o silêncio seria o “lugar que permite à linguagem significar”, aponta para a necessidade estrutural de um excluído para que, a linguagem, possa, enfim, significar. Isto significa que a existência do não dito, e, portanto, de um impossível de dizer –do interdito- é estruturalmente necessário ao dizer, ao discurso e à enunciação. Então, diferentemente da posição de Orlandi, para nós, o que cria esse espaço diferencial da linguagem, esse “recuo” para que haja dizer, é o interdito. Portanto, o interdito é condição de produção, é condição de existência da linguagem.

A necessidade de um lugar outro para a linguagem é o fundamento da existência de uma flutuação entre o silêncio e a linguagem. Essa flutuação funciona do seguinte modo: Sempre que algo é

enunciado, algo também é silenciado, na medida em que não é possível a nenhum sujeito enunciar dois ou mais enunciados ao mesmo tempo. A lógica aqui seria a do 'dizer X para não dizer Y'. Ao mesmo tempo, justamente por não se dizer tudo é que sempre há ainda o que dizer. Nesse sentido, o não-dito sustenta o dito, permitindo seu movimento - um movimento entre o dizer e o não dizer. A ligação do conceito de enunciação com o não-dito e com o interdito pode ser vista no trecho seguinte de Pêcheux & Fuchs:

Diremos que os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que têm por característica colocar o "dito" e em consequência rejeitar o "não-dito". A enunciação equivale, pois a colocar fronteiras entre o que é "selecionado" e tornado preciso aos poucos (através do que se constitui o "universo do discurso"), e o que é rejeitado. (PÊCHEUX & FUCHS, 1993, p.176).

Antes da enunciação, todos os dizeres são possíveis. O que é dito é uma "escolha" contingente do enunciatário; segue-se que, uma vez dito X, esse X passa de contingente para impossível, pois não é possível que o sujeito não tenha dito X.

Porém antes da enunciação o campo dos sentidos se abre como um real da significação, posto que é exterior à linguagem, sendo, nestes termos, impossível. Após a enunciação, o silêncio se configura como o que deixou de ser dito, mas que poderia ter sido dito; em outras palavras, o silêncio também é contingente.

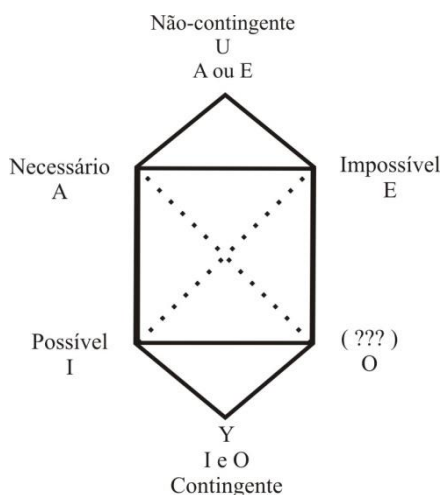
Em Orlandi (1995), o silêncio é a possibilidade de flutuação dos sentidos. Na nossa proposta, essa flutuação só seria possível a partir de um operador: a interdição ou o interdito. Essa operação seria o corte do interdito, que impede o dizer completo e que permite, por isso mesmo, a existência de algum dizer. Por isso, o corte do interdito pode ser interpretado como o lançador dos dados na metáfora abaixo.

Trata-se de uma necessidade estrutural e lógica da linguagem: é preciso que algo faça com que o silêncio deixe de ser apenas a possibilidade de significar, colocando-o em movimento e fazendo com que a significação se instaure. É o corte do interdito que põe a linguagem em movimento. Esse movimento consiste na seleção do enunciado X (ou do evento X, para dizer de modo mais abstrato) e da exclusão dos outros enunciados possíveis. A metáfora que melhor define essa “seleção” de X em detrimento de Y (ou Z e etc.) é a de um lance de dados, tal qual proposto por Milner (1996). Para o autor, devemos considerar

[...] os próprios dados enquanto estão em suspensão. Na vertigem desses possíveis mutuamente exclusivos, espoca enfim, no momento ulterior em que os dados caem, o *flash* do impossível: impossível, uma vez caídos, que eles tenham outro número sobre sua face lisível. De onde se vê que o impossível não está disjunto da contingência, mas dela constitui o núcleo real. (MILNER, 1996, p. 52)

Podemos então fazer uma leitura da enunciação a partir das citações (de Pêcheux e Fuchs, e Milner) acima. Enunciar é selecionar o que será dito e excluir

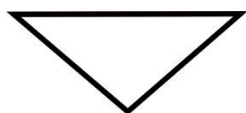
outros dizeres possíveis. Trata-se então de “possíveis mutuamente exclusivos” como afirma Milner no sentido em que a enunciação de X exclui a enunciação de Y. A seleção entre o que é dito e o que é excluído pode ser tratada pela metáfora do lance de dados. Isso também permite que coloquemos a questão no quadrado das oposições e no hexágono de Blanché (2012), que está abaixo:



Vamos preencher o canto O do hexágono com o *possível não* (a negação do possível (canto-I)), pois, como sabemos, o hexágono de Blanché guarda uma forte relação com o quadrado das oposições, cujo canto O pode ser modalizado pelo *possível não*. Para tratar a dinâmica do lançamento de dados, vamos tomar o triângulo inferior do hexágono, com os cantos I, O e Y.



O momento 1 é quando os dados estão em suspensão. Nesse momento qualquer resultado é possível; então, trata-se da modalidade do *contingente*. Porém, caso os dados não sejam lançados, permanecerão eternamente em suspensão. Nesse caso o *contingente* se torna *impossível*.



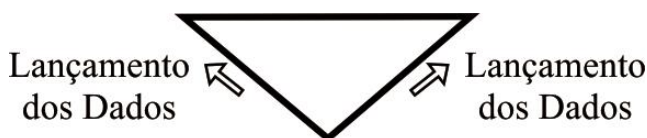
Dados em Suspensão
(Momento 1)

O momento 2 corresponde à queda dos dados e ao resultado obtido nessa queda. É aí que o contingente se transforma em impossível. Com a queda dos dados, temos um resultado. É Impossível que, depois de lançados os dados, o resultado não seja aquele. Temos, então, os *possíveis mutuamente exclusivos* apontados por Milner (1987), pois não podemos ter vários resultados ao mesmo tempo. Então um resultado exclui os outros. É o que acontece com a enunciação: antes dela, qualquer resultado é possível. Isso corresponde ao momento 1. Depois da enunciação, é impossível que o dito não seja aquele, e também é impossível que seja outro. Então o dizer implica em possíveis mutuamente exclusivos

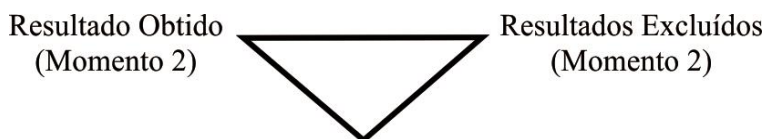
como o lance de dados. Um dizer é selecionado; os outros são excluídos. Isto está inteiramente de acordo com a citação (acima) de Pêcheux sobre a enunciação.

É possível que isso tenha alguma relação com a linearidade do signo (SAUSSURE, 1994), que se desdobra sempre em uma única dimensão, como uma reta, sempre para frente, um único ponto por vez. Nunca para os lados ou para trás.

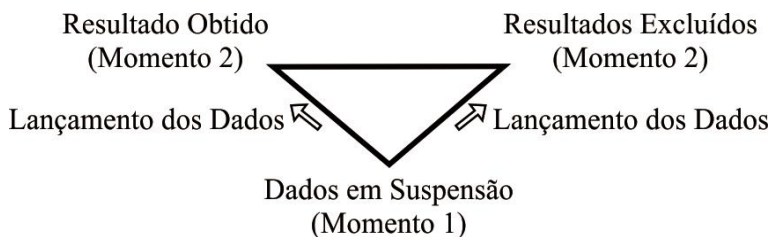
No quadrado abaixo, as flechas representam como - a partir do lançamento dos dados - o contingente se desdobra nos possíveis mutuamente exclusivos, tendendo, ou para o resultado obtido (possível), ou para o resultado excluído (possível não).



O quadrado a seguir mostra o momento da queda dos dados (momento 2), no qual o contingente se torna resultado obtido (possível) e outros resultados, que antes eram possíveis, se tornam excluídos.



Essa dinâmica toda pode ser sintetizada num único quadrado, que está abaixo:



Percebe-se que o tratamento estrutural proposto aqui deixa de lado a suposição de existência (ou não) de qualquer lançador (sujeito), pois este não importa. Importam, sim, os dados em suspenso, tal como o campo dos sentidos e da enunciação, os resultados, e suas modalizações lógicas.

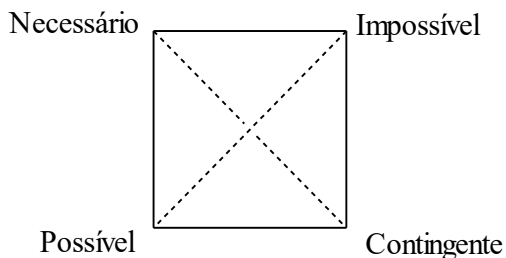
Como o contingente e o impossível formam os dois lados do real (conforme a citação de Milner acima), chegamos ao ponto em que a flutuação entre o dito, o interdito e o silêncio se encontra com o real.

Essa é uma leitura do dizer e da enunciação que exclui a história. Mas é possível fazê-la também considerando a história, as condições de produção, o interdiscurso e outros conceitos da AD. Sabemos que a história e as condições de produção determinam o dizer. Mas, se considerarmos que determinar não é prever, então mesmo dentro do determinado existe um espaço contingente, um espaço de possibilidades abertas. A história e as condições de produção podem excluir alguns dos resultados possíveis (algumas enunciações possíveis), permanecendo, contudo, diversas possibilidades em jogo. A história, as instituições, os Aparelhos de Estado podem restringir em graus variáveis (dependo das condições do momento), porém os dados continuariam a ser lançados. Poderíamos fazer

aqui a imagem de dados viciados, na medida em que as circunstâncias podem impedir o sujeito de dizer algumas coisas, mas provavelmente não impedem de dizer tudo.

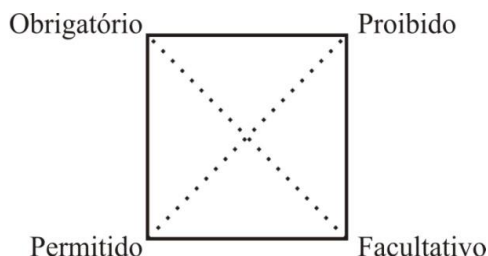
Cabe perguntar também se uma história que determinasse tudo de maneira absoluta não deixaria de fora aspectos constitutivos da linguagem como a falha, a falta, o equívoco e o *non-sense*.

Vale reforçar que não nos limitamos aqui a tratar a linguagem através contingente e do impossível. As quatro modalidades da lógica aristotélica, tanto alética como deôntica, são trabalhadas para fechamos essas duas versões do quadrado das oposições. Abaixo temos a versão alética do quadrado:



Fontes: Darrault, (1976); Da Costa, (1986) e Greimas, (1976).

O *quadrado deôntico*, abaixo, formaliza as relações entre as modalidades deônticas. Trabalharemos com essas modalidades mais adiante.



Fontes: Darrault (1976); e Greimas (1976).

É isso que acontece com o silêncio: no momento do dizer, algo é dito e, ao mesmo tempo, os outros sentidos se apagam. Assim, a partir da teorização de Orlandi, é possível pensar que tanto o dito como o silêncio correspondem ao real, mais precisamente, os dois lados do real. Uma leitura apressada e imaginária da questão trataria logo de colocar o silêncio como o impossível, e o dito, como a contingência.

Podemos dizer que, no momento anterior ao lançamento dos dados, o silêncio corresponde ao mesmo tempo às duas categorias: impossível e possível. Possível, porque qualquer coisa a partir desse momento pode se atualizar, e impossível, porque se os dados não forem lançados, o dizer será um possível eternamente aguardando seu devir.

Uma vez que algo foi dito (depois do lance de dados), algo fica não-dito, fica contingentemente silenciado. Isso que é contingentemente silenciado também é impossível, pois, não é possível que ele tenha sido enunciado, uma vez que o enunciado é outro.

Quanto ao dito, no momento anterior ao lançamento dos dados, ele é um conjunto de

possibilidades sem limites, correspondendo a um suposto “possível absoluto”, mas estas são possibilidades em suspenso. Com o inevitável lançar dos dados, o enunciado é contingente, já que o resultado do lance poderia ser outro, mas é também impossível, porque depois de lançados, não se apaga mais o resultado.

O silêncio possui as características fundamentais do real: é indistinto, é inatingível em sua completude. Quando submetemos o silêncio e o processo de constituição dos sentidos a uma leitura modal, notamos que eles são impossíveis e contingentes, ocupando na lógica os dois lados do real. Nesse sentido o processo pode ser comparado a um lançamento de dados.

Percebemos que o silêncio, como real, não pode se atualizar como um todo: tem que sobrar algo não atravessado pela linguagem, (um resto?). E, para haver dizer é preciso que não se diga tudo. O silêncio é o espaço do múltiplo, é a condição de vir-a-ser do discurso, porém, esse silêncio não se põe em movimento sem o corte do interdito.

A linguagem simboliza o real, o real da significação, mas sempre com uma perda, pois não é possível simbolizar o real como um todo. Por isso, para que exista linguagem (em vez de nada), pagamos um preço: uma parte do real da significação permanece para sempre excluída do campo do dizível, permanece impossível. Orlandi aponta para o silêncio como o real da significação afirmando que “O real da significação é o silêncio. E como o nosso objeto de reflexão é o discurso, chegamos a uma outra afirmação que sucede a essa: o

silêncio é o real do discurso.” (ORLANDI, 1995, p.31). Como não se alcança esse real por completo, o falar é sempre faltante, buscando dizer esse real, mas nunca o encontrando por completo.

Nossa leitura de Orlandi é a de que há uma necessidade de categorizar o silêncio para que haja linguagem, porque, se no silêncio, o sentido simplesmente “é”, ele se apresenta indistinto, como a massa amorfa de Saussure. O processo de simbolização, portanto, está fortemente relacionado à necessidade de uma distinção dos sentidos. Distinção essa que se realiza por um corte, pelo impossível, pelo interdito. Orlandi comenta: “A fala divide o silêncio. Organiza-o. O silêncio é disperso, e a fala é voltada para a unicidade e as entidades discretas.” (ORLANDI, 1995, p.34). Ainda sobre isso, a autora afirma: “falar do silêncio traz, em si, uma dificuldade maior, já que ele se apresenta como absoluto, contínuo, disperso.” (1995, p.34).

Para nós a definição de silêncio de Orlandi se aproxima bastante da massa amorfa de Saussure. O silêncio é indistinto; ele simplesmente é. Esse *ser* não inclui nenhuma outra categorização, pois o silêncio (aquele que supomos silêncio original) não existe como um enunciado presente que estaria silenciado ou censurado, ele é essa massa indistinta e sem forma.

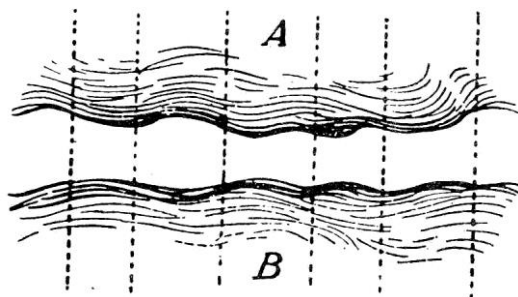
O silêncio, como o que fica fora do dito, é tudo o que seria possível ao sujeito dizer, mas não diz. Só que o silêncio que fica fora não está lá como um conjunto de frases prontas, mas não ditas. Ele permanece como o espaço do múltiplo não discretizado. Ele não se traduz em palavras. É assim que leio o trecho de Orlandi: “Na

perspectiva que assumimos, o silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio o sentido é.” (1995, p.32).

Saussure (1994) afirma que o pensamento humano, sem a entrada da linguagem é como uma massa amorfa, ou seja: o pensamento é indistinto e é justamente a nomeação dos conceitos, ou seja, a entrada dos significantes, que faz com que tanto a linguagem como pensamento existam tal como os conhecemos. Eis o autor:

Psicologicamente, abstração feita de sua expressão por meio das palavras, nosso pensamento não passa de uma massa amorfa e indistinta. Filósofos e linguistas sempre concordaram em reconhecer que, sem o recurso dos signos, seríamos incapazes de distinguir duas ideias de modo claro e constante. Tomado em si, o pensamento é como uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado. Não existem ideias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua. (SAUSSURE 1994, p. 130)

Na proposta da massa amorfa, podemos ver que Saussure concebe esses campos do significante e do significado como nuvens, como massas heteróclitas que precisam de um recorte. Essa necessidade do recorte talvez possa ser concebida como o interdito que opera separando sequências de sons que se combinam com partes de pensamento (de significado) para se tornarem signos. Somente assim o caótico se discretiza e ganha condições de significação e de enunciação.



A ilustração acima é a usada por Saussure (1994) para esquematizar, como seriam as massas amorfas relativas aos sons e aos significados (ou pensamentos). A postura de Saussure tem a vantagem epistemológica de não fazer nenhuma suposição sobre como seriam essas regiões escuras antes de sua entrada na linguagem (ou quase nenhuma). Assim, essa abordagem permite separar o que é pré-sínico, o que é pré-linguístico, da linguagem propriamente dita, e permite, portanto, separar o real do simbólico, de modo que, tudo aquilo que existe antes do signo é da ordem do real², e somente com a entrada do simbólico é possível recortá-lo, delimitá-lo, o que permite a linguagem, a enunciação.

Se há silêncio, é porque há mais a dizer, e enquanto houver silêncio, há ainda o que dizer. Por isso, a existência de um silêncio contínuo, que se alonga sempre, um real da significação, leva a pensar que algo desse contínuo sempre fica fora do dizer e possibilita que

² O esquema da massa amorfa teria a vantagem de não fazer quase nenhuma suposição sobre esse real anterior, mas acaba fazendo. Isto será abordado em um trabalho futuro.

sempre haja mais dizeres por impedir seu fechamento, impedir o fechamento do sentido. Isso quer dizer que há sempre algo do real que não se atualiza na linguagem. Esse algo seria o furo do real. Nas palavras de Orlandi “O silêncio é contínuo e há sempre ainda sentidos a dizer.” (ORLANDI, 1995, p. 73).

No momento em que Orlandi tipologiza os silêncios, vemos que o silêncio fundador (e o constitutivo também, em parte) apontado pela autora, fica de fora do que ela chama “a política do silêncio”, de modo que em sua concepção, já se encontra um silêncio para além de sua dimensão política. O silêncio vai além da política, na medida em que não se baseia apenas em proibições no nível da censura, ao contrário, a necessidade de silêncio e do interdito que o causa é estrutural.

Por isso distinguimos entre a) o silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar e b) a política do silêncio que se subdivide em b1) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não dizer (uma palavra apaga necessariamente as outras palavras) e b2) o silêncio local, que se refere à censura propriamente (aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura). (ORLANDI, 1995, p. 24).

Num certo sentido a partir de um ponto de vista do interdito, o silêncio fundador e o constitutivo aproximam-se bastante, na medida em que ambos seriam condição para haver linguagem. Desse modo, é

uma necessidade do discurso que ele não possa dizer tudo, ele precisa não dizer tudo. Daí, que a incompletude do discurso é, para este, algo necessário. O discurso, para que exista, precisa ser incompleto. Essa incompletude se manifesta na impossibilidade de dizer o tudo do silêncio original, um silêncio supostamente existente antes da linguagem, onde os sentidos todos existem, mas não se podem atualizar em linguagem por completo.

Ao mesmo temp, o esquema “dizer X para não dizer Y”, aponta para a necessidade da enunciação em se constituir a partir da exclusão de outros sentidos possíveis. Se fosse possível dizer tudo, não se diria nada. Assim, podemos ir além, e, até dizer que, paradoxalmente, se fosse possível dizer tudo seria impossível dizer qualquer coisa. Sobre o dizer completo, ou, em outras palavras, “muito cheio”, afirma Orlandi: “O silêncio, na constituição do sentido, é que impede o *non sense* pelo muito cheio, produzindo o espaço em que se move a materialidade significante (o não-dito necessário para o dito).” (ORLANDI, 1995, p. 51)

Daqui, depreendemos que, se fosse possível dizer tudo, nós estaríamos diante de um dizer virtualmente impossível, por ser “muito cheio”; havendo algo que fica não dito; no silêncio, portanto, o dizer deixa essa plenitude, e passa a ser possível. Daí a caracterização de Orlandi de que é havendo silêncio que pode haver discurso. Ele é o que permite a movência do discurso.

Portanto, o interdito é fundamental para a existência da linguagem. É ele que mantém o campo da enunciação aberto, justamente por impedir que se diga

tudo. Ele é, então, condição de possibilidade da linguagem, o que atesta seu estatuto fundador e constitutivo.

Como não é possível dizer mais de um enunciado por vez, o real ou a verdade (supondo que há uma) é meio dito, dito no meio, dito pela metade, interdito. Se o termo adotado for interdição, a comparação se faz com o termo “dicção”.

Pensamos numa complementação às idéias de Orlandi sobre o silêncio, que para a autora é condição necessária para que haja linguagem. Para nós ele é condição necessária, mas, não é condição suficiente, pois, sem um corte, que é o corte do interdito, não seria possível enunciar, daí que ambos são necessários e, portanto, constitutivos da linguagem.

De acordo com a proposta que estamos introduzindo aqui, teríamos um primeiro corte que é realizado pelo interdito, sendo este, um interdito fundador. Após esse primeiro movimento, o silêncio e os sentidos, que eram estáticos, entrariam numa dinâmica: a dinâmica do dizer e do não dizer, mobilizada pelo interdito, pelo impedimento do dizer pleno. O interdito e o silêncio continuam presentes, constituindo o dizer, sendo então constitutivos do dizer.

A partir de um ponto de vista do interdito, o silêncio fundador e o constitutivo aproximam-se bastante, na medida em que ambos seriam condições para haver linguagem. Desse modo, é uma necessidade do discurso que ele não possa dizer tudo, ele precisa não dizer tudo. Daí, que a incompletude do discurso é, para este, algo necessário. O discurso, para que exista, precisa

ser incompleto. Essa incompletude se manifesta na impossibilidade de dizer o tudo do silêncio original, um silêncio supostamente existente antes da linguagem, onde os sentidos todos existem, mas não se podem atualizar em linguagem por completo. A esse respeito, afirma Orlandi: “Quando atentamos para o silêncio, tematizando razões 'constitutivas', fazemos o percurso da relação silêncio/linguagem e estamos no domínio do silêncio fundante” (ORLANDI, 1995, p. 55).

Antes da linguagem já havia silêncio; é assim que lemos a afirmação de Orlandi de que “no início era o silêncio”. No entanto, esse silêncio, como estava em si mesmo, não precisava de mais nada, não havia a necessidade de haver dizer e nem se podia dizer nada, porque o silêncio enquanto real seria o lugar da plenitude de sentidos. Assim, para se dizer qualquer coisa, seria preciso a intervenção de uma interdição estrutural que, impossibilitando todo dizer, possibilitasse algum. No estágio inicial, haveria silêncio, mas não se poderia falar dele. Só um corte possibilita ao homem dizer que há silêncio.

Problematicando as colocações acima, cabe perguntar se não é a linguagem que cria o silêncio - uma vez que o corte instaurado pela linguagem permite que se signifique - então o que veio antes? É havendo linguagem que se supõe haver silêncio. Assim, substituímos aqui uma visão cronológica, na qual o silêncio viria antes e a linguagem depois, por uma concepção onde a anterioridade lógica prevalece. Nesta visão, o que (supostamente) veio depois causa o que veio antes. Então, a suposição de um silêncio anterior à

linguagem pode se constituir numa leitura imaginária da relação entre linguagem e significação.

Interdito, impossível e proibido

Em Orlandi, encontramos o silêncio fundador, o constitutivo e a censura. Em nossos trabalhos temos tentado abordar o silêncio em termos das modalidades aléticas e deônticas da lógica aristotélica. O silêncio que é estruturalmente necessário e que é constitutivo à existência da enunciação, seriam, para nós silêncios que correspondem à modalidade alética. Tfouni (1986) define a modalidade alética:

Os predicados aléticos formam o quarteto modal aristotélico, sendo eles, o impossível, o possível, o contingente e o necessário. “As proposições aleticamente necessárias são também verdadeiras e necessárias em todos os mundos possíveis”. (TFOUNI, L. V. 1986, p. 122).

Por ser um silêncio necessário e constitutivo, esse silêncio está em todo lugar e tempo - nos quais houver linguagem - como condição de existência da linguagem; então, ele preenche as condições para ser nomeado “alético”.

A censura seria diferente dos outros silêncios, pois a censura é a proibição de se dizer o formulável, o recuperável. Nesse sentido não estaríamos no campo do alético que é universal e não depende homem. A censura corresponderia então a um silêncio deôntico, pois ela é o proibido de dizer numa dada circunstância. Orlandi

aponta para a censura como um proibido: “Tomemos um exemplo desse silêncio local: a *censura*. Trata-se da produção do silêncio sob a forma fraca, isto é, é uma estratégia política circunstanciada em relação à política dos sentidos: é a produção do interdito, do proibido” (ORLANDI, 1995, p. 76-77). Para nós, esse tipo de silenciamento seria caracterizado pela modalidade deôntica, na medida em que a modalidade

[...] deôntica está relacionada com a necessidade ou possibilidade de atos realizados por agentes moralmente responsáveis. Sendo assim, a modalidade deôntica abrange uma escala que inclui a obrigação, a permissão a proibição e a isenção. Algumas lexicalizações desta modalidade são: ‘certo’, ‘errado’, ‘ilegal’, ‘impróprio’, ‘imoral’, ‘injusto’ etc. (TFOUNI, L.V., 1986, p. 125).

Em trabalhos anteriores levantamos a hipótese de que o proibido deôntico seria uma manifestação cultural do impossível alético. Uma das motivações para isso nós encontramos no trabalho de Magno. É assim que lemos o seguinte trecho do autor: “O incesto é o impossível, por isso é que ele é proibido, já falei zil vezes”. (MAGNO, 1986, p. 16).

Anteriormente (TFOUNI, 2008) fizemos a relação entre diversos tipos de proibido e impossível, como a proibição do incesto. Nesse momento notamos que um possível problema que essa leitura pode trazer seria o de realizar uma vinculação direta entre o alético e o deôntico sem respeitar as devidas especificidades de cada modalidade. Na modalidade alética, não existem

dúvidas, existem certezas; já a modalidade deôntica, por ser da ordem da moral, pode conter dúvidas e incertezas quanto ao que é moral ou não e em relação a qual a melhor forma de agir.

A questão, a ser trabalhada melhor no futuro, seria: “Se o incesto é impossível, como o homem regulamenta o impossível no seio da cultura?” Se pudermos dizer que o impossível comparece na cultura através de proibições que variam de cultura em cultura, diremos então que a proibição deôntica tem uma correspondência com o impossível alético, ao menos nesse caso, O que não significa que vamos relacionar um impossível alético a toda proibição deôntica.

Um caminho mais produtivo seria o de levar em conta a psicanálise, e afirmar que, com a metáfora paterna e com a perda do objeto primordial, o sujeito se torna sujeito da/na linguagem, mas paga um preço, que é o de nunca mais poder nomear ou simbolizar por completo o objeto “original” do desejo. Assim existe um furo na linguagem. Os desdobramentos linguísticos do sujeito seriam tentativas de preencher esse furo que nunca se fecha por completo. Essa leitura não está desvinculada da proibição do incesto, uma vez que é precisamente o Édipo - corolário psíquico da proibição do incesto - que está em jogo na metáfora paterna.

Considerações finais

Acreditamos que o que foi exposto é suficiente para corroborar nossa tese de que o interdito é fundador do discurso. Essa tese é a de que é preciso que não se

diga algo para que seja possível que se diga algo. Por isso, a interdição de parte do domínio do dizer e do discurso é fundadora e constitutiva. O interdito funciona como um operador que permite tanto a existência da linguagem quanto a do silêncio, bem como a flutuação entre eles. Haveria um suposto silêncio anterior à linguagem, mas esse silêncio original não existe, é imaginário. Nesse sentido a existência do silêncio é condição para o dizer, a enunciação e o discurso. Porém não é causa suficiente. Só a entrada do interdito reúne as condições necessárias e suficientes para a existência da linguagem.

Um dizer que diga tudo que há para se dizer não existe e, caso existisse seria a morte da linguagem, pois implicaria uma completude impossível de existir, uma vez que a linguagem é constituída pela falta. Então, não se pode dizer tudo. O dizer é meio-dito, dito no meio, dito pela metade: interdito.

Junto com o real da língua, apresentamos o real do discurso tratado aqui como o silêncio. O todo do silêncio não pode se atualizar como todo, então é preciso que restem enunciados não-ditos ou silenciados para que exista discurso. Se fosse possível dizer tudo, se existisse um enunciado completo, que dissesse tudo, esse enunciado seria a morte da linguagem.

O silêncio como real da língua se aproxima, dentro dos limites deste trabalho, à massa amorfa de Saussure, uma massa indistinta como o real da língua de Milner. Uma massa que, enquanto indistinta, assemelha-se às lalações da *lalangue*. Então, o todo da massa amorfa

não se diz, assim como o todo de *lalangue* não se manifesta em nenhum enunciado.

Realizamos um tratamento do silêncio e do interdito através das modalidades aléticas e deônticas da lógica aristotélica e tentamos mostrar isso comparando a enunciação com um lance de dados e colocando-a no hexágono de Blanché. Indicamos também que é possível fechar o quadrado das modalidades aléticas, utilizando as quatro modalidades no tratamento do silêncio e do interdito.

Exploramos brevemente a hipótese de que existe relação entre o impossível alético e o proibido deôntico, ao menos na questão da proibição do incesto e da enunciação. Porém precisamos aguardar o desdobramento de trabalhos futuros para chegarmos a uma conclusão segura em relação a isso.

Referências

- BLANCHÉ, R. *Estruturas Intelectuais: Ensaio Sobre a Organização Sistemática dos Conceitos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012.
- DA COSTA, N. Entrevista. In: *Isso - dispensa freudiana*. Belo Horizonte. Nº. 1, 1986.
- DARRAULT, I. Présentation. In: *Langages*, nº 43. pp. 3-9. 1976.
- FREUD, S. Totem e Tabu. In: *Obras psicológicas completas*: Vol. XIII. Tradução Órizon Carneiro Muniz. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- GREIMAS, A. J. (1976) Pour une théorie des modalités. In : *Langages* : 1976 nº 43, 1976, p. 47-63.
- JORGE, M. A. C. *Sexo e discurso em Freud e Lacan*. Rio De Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

- LEVI-STRAUSS, C. *As estruturas elementares do Parentesco*. Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2003. 538p.
- MILNER, J-CL. *O amor da língua*. Tradução de Ângela Cristina Jesuino. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- MILNER, J-CL. *A obra clara*. Tradução de Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio - no movimento dos sentidos*. Campinas: Ed. Unicamp, 3ª. Edição, 1995. 189p.
- PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: Gadet, F & HAK, T. *Por Uma Análise Automática do Discurso - Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Péricles CunhaCampinas. Ed Unicamp, 2ª. Edição, 1993, p.163-252.
- SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. Tradução de Antônio Chelini, Jose Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix. 19ª. Edição. 279p., 1994.
- TFOUNI, F. E. V. *O interdito como fundador do discurso*. Dissertação de mestrado (não publicada). IEL-UNICAMP, 1998.
- TFOUNI, F. E. V. O interdito como fundador do discurso. *Letras & Letras*, Uberlândia, MG: EDUFU. Vol 22, n. 1, p. 127-137, Jan./jun, 2006.
- TFOUNI, F. E. V. O interdito e o silêncio: duas abordagens do impossível na linguagem. *Linguagem em (Dis)curso*. V8 N° 2. Tubarão: Unisul. Maio/agosto, 2008.
- TFOUNI, L. V. *Adultos não-alfabetizados: o avesso do avesso*. Tese de doutorado (doutorado em linguística) não publicada. IEL-UNICAMP, 1986.

O silêncio na clínica dos distúrbios de linguagem

Luiza Milano¹

“É impossível expressar tudo
claramente , mas é necessário
falar” (F.Rella, *El silencio y las
palabras*)

A questão do silêncio na contemporaneidade é algo que tem sido objeto de reflexão de estudiosos de diferentes áreas. Na arte, na literatura, na religião, na história, na filosofia, na psicanálise, na linguística encontramos pensadores lançando importantes questionamentos acerca da instância do silêncio no mundo moderno.

González (1992) utiliza uma metáfora muito interessante, apontando que o dito não é mais do que o momentâneo cume do iceberg que emerge por cima da água, ocultando o resto. E que “resto” seria este? Justamente o que permite à linguagem ser tomada como aquilo que aparece, que vem à tona, é o que acaba remetendo o silêncio às profundezas em relação ao

¹ Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professora na mesma Universidade, onde atua na graduação em Fonoaudiologia e em Letras e no respectivo Programa de Pós-Graduação, na área de Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas. E-mail: luizamilanos@gmail.com

sentido no campo dos estudos da linguagem. A ele cabe o lugar de “resto” mesmo.

No entanto, é importante não tomar o caminho oposto, acreditando que o estudo do silêncio será a panacéia de tudo que ainda não foi esclarecido acerca da significação das palavras. Conforme muito bem adverte Fierro (1992), o silêncio não nos livra dos equívocos. Ao contrário, ele é ambíguo e dúbio.

A sociedade tecnológica fez do silêncio um inimigo virtual que deve ser confinado e suprimido. Os espaços públicos e privados se vêem invadidos totalmente pelo ruído, pelo som e pela palavra. Desde as ruas e os meios de transporte até a intimidade das casas.

O verbalismo de nossa sociedade, conforme Fierro (op.cit.), se ostenta em manifestações não só orais, mas também escritas. A cidade moderna se constitui pela escritura, pela abundância de signos escritos. O excesso de sinais acústicos, verbais ou musicais, assim como de sinais gráficos, de escrituras ou outros, chega a transformar-se em puro ruído. A palavra, a música, a escrita não desejada ou não reconhecida como tal, passa ao estatuto de puro e simples ruído. Conforme o autor, as formas de comunicação pública, de ensino, de transmissão de cultura, obedecem em nossa sociedade a pautas de intensa verbalização, que deixa escasso espaço ao silêncio. O silêncio se apresenta como a parte negativa de um campo de oposição binária cuja parte positiva é a palavra.

Partindo desse contexto no qual a contemporaneidade indica suportar mal o silêncio, deparamo-nos com a figura do fonoaudiólogo,

profissional procurado quando se pensa em "fazer alguém falar". O grande desafio desse escrito é ajudar a trazer luzes para a questão de como dar conta de uma demanda social que espera do fonoaudiólogo que ele auxilie o paciente a formular seu dizer, levando em consideração que a constituição desse dizer passa pela consideração da instância do silêncio.

Dizer a partir do impossível de se dizer (tudo)

Para que se possa dizer algo é necessário que se vislumbre de antemão a impossibilidade de se dizer tudo. Milner (1987, p. 18) afirma que o fato da língua consiste em que na língua há o impossível: impossível de dizer, impossível de não dizer de uma certa maneira. Segundo este autor, falar de língua, e de partição, é colocar que não se pode dizer tudo. Isso remete-nos à condição humana de sujeitos falantes e, portanto, submetidos ao não-todo da linguagem.

De fato, não suportamos conviver com esta falha, com esta falta, e a tendência é tentarmos revesti-la, disfarçá-la, de modo que as lacunas não evidenciem algo e corra-se assim o risco de cair no abismo do que pareça ser um não-sentido.

Vale a pena lembrar ainda a contribuição de M. Safuoan, no que se refere à relação entre sujeito e linguagem numa perspectiva de não-todo. O autor afirma que os efeitos da linguagem sobre a estruturação da subjetividade se resumem no fato de que a linguagem introduz uma falta, que é uma falta de ser (*apud* HAROCHE, 1992, p.172). Esta falta, que é constitutiva do

sujeito e da linguagem, muitas vezes está representada na clínica dos distúrbios de linguagem por um silêncio. A questão torna-se ainda mais significativa ao darmos conta de que o fonoaudiólogo trabalha justamente neste enlace entre sujeito, linguagem e falta. O trabalho fonoaudiológico envolve um sujeito em sofrimento com seu sintoma de linguagem.

Tfouni (1998, p. 98) afirma que é uma necessidade do discurso que ele não possa dizer tudo, ele precisa não dizer tudo. Por isso a incompletude do discurso é algo necessário. Assim, para que um discurso exista, precisa ser incompleto. Podemos afirmar que não dizer é condição do dizer. Essa condição fundante do silêncio é constitutiva para que uma fala se estabeleça.

No nosso ponto de vista, a tomada do silêncio como não-dito feita por Tfouni tem a função de articular a categoria do não-dito com a noção de impossível (de se dizer). Parece-nos de fundamental importância que no âmbito do trabalho clínico se possa perceber que o não-dito não se refere simplesmente àquilo que não foi falado porque o falante não quis ou não “conseguiu” dizer, mas que remete à instância do impossível mesmo. A tarefa do clínico, portanto, não é tentar “domesticar” este impossível, mas poder articular o silêncio como uma via significante. Nesse sentido, destacamos uma importante contribuição dos estudos de Orlandi: “Para falar, o sujeito tem necessidade de silêncio, um silêncio que é fundamento necessário ao sentido e que ele reinstaura falando” (ORLANDI, 1995, p. 71).

Considerar o silêncio como passível de significância requer, sem dúvida, uma revisão na relação do próprio fonoaudiólogo com a linguagem. A partir do momento em que o fonoaudiólogo se dá conta que não só o paciente, mas também ele – sujeito dotado de um pretense saber sobre a linguagem – está remetido à incompletude, ao não-todo da linguagem, temos um início de mudança no enfoque clínico fonoaudiológico.

Esse processo, que implica em também ele (terapeuta) sofrer os efeitos do golpe narcísico de não ser controlador de seu próprio dizer, necessariamente passaria por ser remetido a uma posição de alteridade frente à linguagem. E esse parece justamente o passo mais difícil para esse profissional que, assim como tantos outros, em nome das certezas da materialidade da língua, coloca-se no lugar de um sujeito suposto saber.

Trata-se de um suposto saber sobre a linguagem e sobre o silêncio. Cria-se, então, a tendência de remendar o silêncio através de muita fala. Há um imperativo: que os pacientes falem, que falem correto, que falem logo!

Parece-nos que o “vazio” a que o silêncio remete produz um efeito no fonoaudiólogo de não-garantias sobre o quê e o como se deve falar no âmbito clínico. A tendência é o apego à materialidade linguística, como se ela fosse apreensível: a materialidade daquilo que é dito dá a ilusão de garantia sobre o sentido. A questão mostra-se ainda mais delicada ao tangenciarmos a instância do silêncio. Se no terreno das palavras já há o risco do não domínio, mais imprevisíveis são as possibilidades de significação do silêncio.

Mas é preciso dizer

Como vimos, na clínica dos distúrbios de linguagem, percebe-se muitas vezes a necessidade e a urgência com que o fonoaudiólogo busca recursos fonéticos, fonológicos ou gramaticais palpáveis para suprir os sintomas de omissão, distorção e inversão na fala dos pacientes. Dessa forma, o espaço para o silêncio como elemento estruturante da significação fica suprimido em detrimento da necessidade do fonoaudiólogo prover o paciente de palavras. No entanto, muitas vezes, é justamente na possibilidade do fonoaudiólogo suportar o sintoma de linguagem de seu paciente que se estrutura uma possibilidade de evolução clínica.

Por outro lado, dizer que o silêncio seria uma solução para a questão da significação no trabalho junto a pacientes com distúrbios de linguagem seria de todo um equívoco. A clínica dos distúrbios de linguagem, a partir do momento em que puder lidar com as noções de sujeito e de linguagem referidas à instância da não-completude, tomando o silêncio como um elemento significante, vislumbrará um fazer clínico mais próximo daquilo que Milner chama de *atividade linguageira* do sujeito. Isso significa tomar o silêncio como uma opção (nem sempre consciente) entre dizer/falando e dizer/calando. Ou seja, estar em silêncio não deve ser necessária e antecipadamente lido como "patológico".

Refletir sobre a questão do silêncio na relação terapeuta-paciente não traz questões apenas para a fonoaudiologia. Buscando os primórdios da história da psicanálise, encontramos o depoimento de Freud (1895) de que foi justamente sua paciente Emmy von N. quem lhe intima a “se calar” em tempos em que Freud ainda utilizava hipnose e sugestão.

As importantes reflexões oriundas da psicanálise contribuem para nossa questão, no entanto devemos salientar a diferença de objeto em cena em cada um dos campos. Na fonoaudiologia, propomos pensar o silêncio em sua função estruturante do dizer, em suas possibilidades discursivas e/ou enquanto sintoma de um quadro de alteração no funcionamento da linguagem. Na prática terapêutica, não se trata de silenciar ao invés de preencher todos os espaços com fala. Trata-se de poder construir junto com o paciente uma possibilidade de dizer, tomando o silêncio como elemento constitutivo da linguagem.

Diferentemente, o analista silencia para não responder, para permitir que o próprio analisando busque seu saber inconsciente. Conforme destaca Lacan,

Pois é justamente isso o que ele faz [o analista] pela fala do sujeito, mesmo simplesmente ao acolhê-la /.../ no silêncio do ouvinte. É que o silêncio comporta a fala, como vemos pela expressão guardar silêncio, que, para falar do silêncio do analista, não significa apenas que ele não faz barulho, mas que ele se cala *em vez de* responder (1998, p. 353).

A partir da citação lacaniana fica bem clara a diferença entre o lugar que ocupa o silêncio na psicanálise, em relação à fonoaudiologia. Ao fonoaudiólogo, algumas vezes cabe silenciar, outras vezes cabe responder, preencher, porém sempre reavaliando que lugar toma seu dizer na cena terapêutica. É reconhecendo a importância de lidar com o silêncio como espaço para circulação de sentidos e (não como puro vazio expressivo) que o fonoaudiólogo poderá aprender a trabalhar com o silêncio como um elemento significativo.

Para detalharmos a noção de silêncio que repercute sobre o fazer fonoaudiológico, propomos lançar mão de uma categorização que considere diferentes instâncias que podem levar um paciente a estar em silêncio. Longe de querer instaurar uma tipologia – visto que isso vai totalmente na contramão do que pensamos como singular na abordagem de falas ditas desviantes – pretende-se aqui apontar diferentes formas que auxiliem o clínico a pensar nos desdobramentos da forma de "estar em silêncio" de cada paciente.

- Silêncio *funcional*: ocasionado por etiologia orgânica ou funcional que justifique o “não falar” de um sujeito, como, por exemplo, em uma deficiência mental muito grave, em uma paralisia cerebral, em alguns quadros afásicos.
- Silêncio *ligado a uma posição subjetiva*: ocasionado pela dificuldade subjetiva do sujeito dar conta de uma inscrição simbólica de seu dizer para o Outro, como no caso de alguns quadros de psicose e de autismo.

- Silêncio *de resistência*²: aparece como resposta à interlocução com a exigência que o sujeito fale. Justamente aí, ao estar em silêncio, o sujeito marca uma forma de estar na linguagem. Em certas situações, acreditamos que há uma injunção que leva o terapeuta a “fazer o paciente falar”. Este silêncio seria, então, uma resposta a uma imposição: o paciente cala porque dele exige-se que fale.
- Silêncio *como inibição*: trata-se de uma dificuldade ou impossibilidade do sujeito dizer algo para o outro. Este silêncio muitas vezes aparece como resposta a uma antecipação discursiva acerca de seu lugar enunciativo. No âmbito desse *silenciamento*, pode-se dizer que o sujeito não fala do lugar em que se *espera* que ele fale³.

Conforme alertado acima, não podemos querer uma padronização que cristalice uma leitura literal sobre o silêncio na clínica dos distúrbios de linguagem. Ao contrário, ao propormos esta categorização, desejamos apontar para a multiplicidade das formas com que o silêncio se apresenta no fazer fonoaudiológico.

Em situações clínicas, é a singularidade de cada ato de fala que está em jogo. E mais, a singularidade de cada encontro entre diferentes falantes. Portanto, lidar com o silêncio no âmbito de falas sintomáticas implica em

² Resistência aqui não tem necessariamente uma conotação consciente. Trata-se, muitas vezes, de uma resposta inconsciente do paciente ao fonoaudiólogo, à família, à situação.

³ Poderíamos pensar essa como uma forma de silenciamento antecipatório do filho no discurso dos pais.

poder analisar a construção de enunciados no contexto de cada enunciação (BENVENISTE, 1989, 1991). Assim, as ilustrações clínicas que serão aqui esboçadas têm como objetivo apenas tangenciar aquilo que se está a chamar de singularidade enunciativa.

Lembro, por exemplo, de um paciente que iniciou a produção do fonema /r/ em posição de final de sílaba na iminência de poder enunciar o palavrão “merda”. Esse menino, criado em um ambiente familiar extremamente rígido e controlador, encontrou no espaço clínico fonoaudiológico uma possibilidade de aceder a um dizer antes silenciado. Acreditamos que o “desvelamento” do tabu frente ao palavrão permitiu ao paciente experimentar a produção de um som até então inibido em seu sistema fonológico em determinada posição da palavra (coda medial e final).

A questão referente ao “tabu” tem também nos chamado atenção no que diz respeito à língua estrangeira. Em alguns casos de pacientes com alterações de fala, temos percebido que o uso de uma língua estrangeira de importante valor para a família do paciente (geralmente a ascendência), tem sido um significativo articulador clínico. A colocação em cena de alguns signos linguísticos da referida língua no âmbito clínico tem possibilitado a muitos pacientes superarem a dificuldade de fala que justificou o atendimento fonoaudiológico.

Se pensarmos no trabalho do fonoaudiólogo junto a pacientes com atraso muito severo na aquisição da linguagem, ou mesmo em um acompanhamento de uma criança nos inícios de sua aquisição, os efeitos da falta

(ou do silêncio exarcebado) marca uma lacuna no próprio processo de construção da linguagem dessa criança. Nesse caso, poderíamos dizer que o “peso” (ou a significação) do silêncio é outro. Trata-se justamente de poder oferecer o dizer do adulto – no caso, o do fonoaudiólogo – como alicerce para estruturação da linguagem dessa criança (o que, por algum motivo, não está podendo ocorrer na relação com as figuras parentais).

São estas situações enunciativas singulares cujas tramas não podem ser vislumbradas de antemão. No entanto, os sujeitos vivenciam muitas vezes um sofrimento em sua forma peculiar de falar em função dos efeitos de sentido causados por desarranjos entre forma e sentido de seu dizer. Isso muitas vezes é potencializado em função do estranhamento que falas sintomáticas causam na escuta do interlocutor.

Authier-Revuz (1994) nos coloca de frente com a inevitável resignação que a não-totalidade acerca dos efeitos de sentido da linguagem nos colocam, já que, segundo a autora, é impossível dar a cada singularidade seu próprio nome. Em alguns casos, no entanto, compõe o trabalho clínico fonoaudiológico lidar com neologismos como estruturantes de determinados momentos do acompanhamento de um paciente. Nos casos de afasia e de psicose e em alguns quadros de deficiência mental isso acontece com relativa frequência. É necessário que o fonoaudiólogo possa compreender a importância desta criação idiossincrática do paciente como um significante de valor clínico importante. Muitas vezes, ao silenciarmos os neologismos de nossos

pacientes (como é prescrito em alguns manuais acadêmicos), estamos também limitando a possibilidade desse sujeito se conceber como um falante. É da possibilidade do sujeito se constituir como enunciador que temos a matriz de um trabalho fonoaudiológico no campo da linguagem.

Rella (1992) igualmente adverte que não se trata da tentativa de construir novas palavras, para que nelas o que está mudo possa falar. Segundo esse autor, o que abre caminhos para esta questão é trabalhar um acesso possível pela via de uma escuta sempre original. É justamente desta escuta original que falávamos acima. Ao invés de silenciar, poder escutar certos dizeres “esquisitos”. Dessa forma, o fonoaudiólogo ou “ensurdece” para esses dizeres “esquisitos”, ou o trabalho se dá justamente com a valorização da escuta desses dizeres. Enfatizamos, portanto, que trabalhar com o silêncio no terreno fonoaudiológico não é sinônimo de silenciar sempre. Ao contrário, muitas vezes trata-se de pôr em circulação sentidos possíveis de um dizer com alterações ou de um dizer através do silêncio. O deslocamento está no fato de conceber o silêncio, assim como as formações ditas desviantes, como um elemento que produz valor⁴ no sistema.

Inspirado em Lacan, González (op. cit., p. 43) nos aponta que cada vez que queremos explicar com palavras o significado que dá sentido a um significante, o que fazemos é criar um novo significante - novas palavras - que automaticamente encerra um novo

⁴ Valor no sentido saussuriano do termo (SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*, 1974 – cap. IV da 2ª parte: O valor linguístico).

significado, que pode ser expressada por sua vez em novos termos, e assim indefinidamente. É nesse jogo de deslocamentos de formas e sentidos que um recuo – aqui lido como silêncio – pode permitir a um paciente, até então limitado em seus recursos linguísticos, experimentar novas formas de dizer.

Essa reflexão nos conduz também às ideias saussurianas, no que se refere ao “arbitrário” do signo. Saussure (1974), em suas indagações sobre o que havia de natural nas escolhas dos significantes da língua, mostrou-nos que as relações entre significados e significantes não são garantidas por uma imposição inerente à língua, mas fruto de uma relação de compromisso instaurada pelo funcionamento dessa na seio da massa de falantes. Ora, no momento em que nos deparamos com funcionamentos de linguagem inusitados, a língua será conseqüentemente abalada em sua rigidez constitutiva. É por isso que aquilo que nos surpreende na fala sintomática, na poesia ou numa formação neológica cotidiana retorna sobre a língua como um questionamento sobre as relações ditas arbitrárias entre formas e sentidos. A leitura sobre as diferentes formas de instauração do silêncio em falas sintomáticas é apenas uma decorrência dessa constatação.

Assim, podemos dizer que o silêncio deve ser tomado como signo em sua polissemia: se com o silêncio dizemos pouco ou muito, deixamos ao nosso interlocutor a tarefa de outorgar-lhe a significação, o que indica que quanto ao silêncio – assim como quanto às palavras – não pode haver univocidade semântica.

Remetendo à cena clínica, quando o fonoaudiólogo está em uma situação com pais ou com o paciente, e o

silêncio entra em cena, ele poderá significar, em diferentes momentos, coisas completamente diferentes. O sentido do silêncio varia, ou seja, é tão ambíguo quanto as palavras.

Por essa via, propomos pensar o silêncio, em fonoaudiologia, como elemento constitutivo da linguagem, não só em seu caráter estruturante, como em seu aspecto enunciativo, como elemento que aponta para uma rede de significações que só serão interpretáveis, de acordo com suas relações com outros dizeres.

Pensando a especificidade do silêncio na clínica fonoaudiológica, Baralo pergunta:

Qué lugar tiene para un niño el silencio como espacio desde donde produce significación, como lugar privilegiado en la producción de sentidos? Y no hablamos del estar callados. Y no hablamos del no hablar. Hablamos del silencio que se da en el encuentro de dos en un campo lingüístico. (1995, p. 41)

Conforme podemos ver em Baralo, há um início de trajetória de reflexões no campo fonoaudiológico sobre a questão da significação do silêncio. Concordamos com o autor, ao apontar as diferentes instâncias do silêncio na fonoaudiologia. Acreditamos que se faz necessário que a fonoaudiologia discuta as questões acerca do silêncio em um contexto lingüístico. Tanto em seu aspecto estruturante, como em seu aspecto significante – a possibilidade de significação do silêncio – há ainda

muito que refletir nessa relação do silêncio com a fonoaudiologia.

Ainda seguindo as reflexões de Baralo, destacamos:

El silencio del que intento hablar escapa a los tests, a las cuantificaciones. No está disponible para observarlo, su materialidad no admite descripciones estándar. Pasa entre las palabras, se lo sospecha y vislumbra, es efímero, perecedero, habita en la trama de los enunciados, en su revés va haciendo *surf* por el habla (op. cit., p. 41).

Frente ao silêncio resta-nos a interpretação. E a interpretação que se faz de um silêncio é sempre uma hipótese. Pode-se dizer que o significado do silêncio não é fixo. Eis o porquê do silêncio com frequência se tornar inquietante, angustiante. Trata-se da angústia do não saber, da imprecisão, do equívoco. E essa constatação é inevitável quando se trabalha em um terreno que lida simultaneamente com sujeito, linguagem e falta.

Encaminhamentos finais

Mais uma vez destacamos que lidar com o silêncio na terapêutica fonoaudiológica não implica passar a interpretar os silêncios emergentes na situação clínica apressada e antecipadamente: trata-se de poder inclusive suportar um não-saber; trata-se de lidar com um saber como hipótese; trata-se de apresentar uma interpretação possível para cada silêncio. No entanto, muitas vezes, a situação de silêncio é extremamente angustiante para o paciente, e cabe ao fonoaudiólogo auxiliar o sujeito a encontrar possibilidades de dizer.

Trata-se de oferecer alternativas de dizer, e não determinar o que *deve ser dito*. Fazemos esta ressalva para, mais uma vez, alertar que não se trata de tomar o silêncio como panacéia do trabalho fonoaudiológico⁵, mas como elemento constitutivo de suas reflexões teóricas e seu fazer clínico.

Podemos observar, portanto, que não se trata de “ter uma receita” de como lidar com o silêncio. Trata-se, em primeiro lugar, de reconhecer a instância do silêncio como constitutiva da linguagem. Trata-se também de poder interpretar *aquele* silêncio, *daquele* paciente, *naquele* momento. Poder *escutar* as possibilidades de significação do silêncio: trata-se de uma angústia, de uma impossibilidade, de uma resistência ou de uma necessidade? Passar a respeitar a possibilidade do paciente ficar em silêncio parece-nos outra consideração clínica importante.

Finalmente, cabe-nos apontar que a discussão da temática do silêncio talvez deva ter como objetivo maior convidar aquele que trabalha no campo da linguagem – seja ela deviante ou não – a pensar na função estruturante e significante que o silêncio tem no sistema linguístico. Os desdobramentos dessa reflexão irrompem no dia-a-dia daquele que acolhe em sua escuta sujeitos que apresentam falas sintomáticas. A questão passa a ser, então, a possibilidade de escutar o inusitado que brota em cada ato enunciativo. Mas essa é uma questão a ser detalhada em outro momento.

⁵ Algo como: “o fonoaudiólogo deve *sempre* ficar em silêncio”.

Referências

- AUTHIER-REVUZ, J. Falta do dizer, dizer da falta: as palavras do silêncio. In: ORLANDI, E. (org.), *Gestos de Leitura Leitura – da história no discurso*, Campinas, Editora da Unicamp, 1994.
- BARALO, F. Algunos silencios. In: *Escritos de la Infancia*, n. 5, p. 39-44, Buenos Aires, Ediciones FEPI, 1995.
- BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas, Pontes, 1991.
- _____. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, Pontes, 1989.
- BURKE, P. *A Arte da conversação*. São Paulo, Editora Unesp, 1995.
- COUDRY, M.I. *Diário de Narciso – Discurso e Afasia*. São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- DEL PINO, C.C. *El Silencio*. Madrid, Alianza Editorial, 1992.
- FEBRINON-PIGUET, J-C. O silêncio como figura do excesso. In: NASIO, J-D. (org.) *O silêncio em psicanálise*. Campinas, Papirus, 1989.
- FIERRO, A. La Conducta del silencio. In: DEL PINO, C.C. (org.). *El Silencio*, Madrid, Alianza Editorial, 1992.
- FREUD, S. (1895) La histeria – historiales clínicos. In: *Obras Completas* (trad. Lopez-Ballesteros). Espanha, Ed. Biblioteca Nueva, 1981.
- GONZÁLEZ, J. El significado del silencio y el silencio del significado. In: DEL PINO, C.C. (org.). *El Silencio*, Madrid, Alianza Editorial, 1992.
- HAROCHE, C. *Fazer Dizer, Querer Dizer*. São Paulo, Hucitec, 1992.
- HENRY, P. *A Ferramenta Imperfeita*. Campinas, Editora da Unicamp, 1992.
- LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.
- MILNER, J.-C. (1978) *O Amor da Língua*. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 1987.

NAVES, C. El Silencio enunciado la Literatura. In: DEL PINO, C.C. (org.). *El Silencio*, Madrid, Alianza Editorial, 1992.

NASIO, J-D. *O Silêncio em Psicanálise*. Campinas, Papirus, 1989.

NORMAND, C. Os termos da enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, S., PARLATO, E. & RABELLO, S. (Org.). *O Falar da Linguagem*. São Paulo, Lovise, n. 1, 127-152, 1996.

ORLANDI, E. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, M. (1983) *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. Campinas, Pontes, 1997.

PÊCHEUX, M. & GADET, F. (1981). *La Lengua de Nunca Acabar*. México, Fondo de Cultura Econômica, 1984.

RELLA, F. *El Silencio y las Palabras*. Barcelona, Paidós, 1992.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo, Cultrix, 1974.

STEINER, G. *Linguagem e Silêncio – Ensaio sobre a Crise da Palavra*. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1988.

TFOUNI, F. *O Interdito como Fundador do Discurso*. Campinas, IEL/UNICAMP, 1998. Dissertação de Mestrado.

THOMAS, M. As formas do silêncio no esquecimento de Signorelli. In: NASIO, J-D. (org.) *O silêncio em psicanálise*. Campinas, Papirus, 1989.

ZOLTY, L. O psicanalista à escuta do silêncio. In: NASIO, J-D. (org.) *O silêncio em psicanálise*. Campinas, Papirus, 1989.

A língua portuguesa na escola: imposição e silenciamento

Maria Emília de Rodat de Aguiar Barreto Barros*

Este artigo traz à baila um recorte de resultados de projetos PIBIC, realizados na Universidade Federal de Sergipe de 2008 a 2013, um *programa* de investigação científica acerca do ensino de Língua Portuguesa (doravante LP); está circunscrito à área da Análise do Discurso (AD). Pesquisamos a imposição do ensino da Gramática Normativa na escola, observando-a sob a perspectiva da interdição, no *domínio do historicamente não-dizível; o da constituição* (ORLANDI, 2007). Como referencial teórico, contamos com as contribuições de Foucault (1997; 2003), de Pêcheux (1997), de Orlandi (2001, 2002, 2007).

A metodologia da pesquisa (da qual surgiu este artigo) tem um caráter qualitativo fenomenológico, com a técnica da *entrevista narrativa*. Foram entrevistados dezoito professores das redes pública e particular; dos ensinos fundamental e médio, nos municípios de Aracaju e Itabaiana (SE). No âmbito deste artigo, trazemos à baila as entrevistas com professores de Aracaju, totalizando três (03) informantes. Como norte desta investigação, tentamos responder as seguintes

*Professora (Adjunto 4) de Língua Portuguesa e disciplina afins (Universidade Federal de Sergipe - UFS), doutora em Letras (UFBA). E-mail: mebarreto58@yahoo.com.br

perguntas: quais imagens que os professores de LP fazem de si? Para eles, o que é ensinar Língua Portuguesa? Como se percebem enquanto professores de LP para falantes de LP? Quais poderes esses profissionais atribuem à escola, no que concerne as suas práticas? As entrevistas são analisadas à luz de um dispositivo analítico, com bases na AD.

Desde a nossa tese de doutorado⁶, temos afirmado que o ensino de Língua Portuguesa (LP), tal como se encontra no âmbito do Estado de Sergipe, tem tentado promover uma homogeneidade linguística, silenciando as vozes dos estudantes sergipanos. Esses estudos nos têm revelado que, muito além de conhecimento ou de prática pedagógica, essa escolha de ensino advém de um processo discursivo que inculca nos professores a necessidade de adotarem a Gramática Normativa (mais adiante GN) como um objeto primordial de ensino.

Quanto à organização, este trabalho está dividido em duas partes, afora estas considerações iniciais e breves considerações finais: 1. Tecendo o ensino nas malhas do discurso; 2. As vozes dos professores sobre o ensino. Na primeira parte, expomos sucintamente as bases teóricas da pesquisa; na segunda, apresentamos a metodologia e algumas análises realizadas. Por conta da dimensão deste artigo, fazemos uma abordagem resumida tanto das teorias estudadas como das análises realizadas.

Tecendo o ensino nas malhas do discurso

⁶ As marcas da polifonia na produção escrita de estudantes universitários (UFBA, 2007).

Temos investigado o ensino de Língua Portuguesa, nos ensinos fundamental e médio, sob uma perspectiva discursiva, observando por que os professores de LP insistem numa prática voltada unicamente para o ensino de Gramática Normativa. Como um dos arcahouços teóricos, trazemos à baila os postulados de Foucault (1997; 2003), a partir dos quais tentamos compreender o ensino de LP, levantando as seguintes hipóteses: a língua portuguesa, quando se torna uma disciplina, já traz em seu bojo um conjunto de verdades socialmente reconhecido; o professor de LP é partícipe de uma sociedade de discurso (FOUCAULT, 2003); a escola, lugar onde se ensina a LP, é uma instituição cuja base se encontra pautada na sociedade disciplinar (FOUCAULT, 1997); os estudantes passam a repetir regras e discursos, preservando *o mesmo*.

Utilizamos as proposições de Foucault (2003) quanto aos procedimentos de controle dos discursos. Para esse filósofo, a disciplina consiste em um desses procedimentos, ao considerá-la um conjunto de verdades. Ainda segundo Foucault (2003), existe o controle da produção de discurso em toda sociedade, pois ocorre a determinação das condições de funcionamento desses discursos; a imposição aos indivíduos que pronunciam certo número de regras, não permitindo que todos tenham acesso a elas. Há, assim, o fechamento das regiões do discurso para alguns, com um preestabelecimento dos papéis dos indivíduos que falam. Em decorrência desse fechamento, surgem as sociedades de discurso, cuja função é preservar ou

produzir discursos, os quais circulam em espaço fechado, com uma distribuição de discursos segundo regras restritas. Constatamos ainda o papel do professor como partícipe de uma sociedade de discurso, permitindo ou não o acesso dos alunos à circulação dos discursos produzidos. Dessa forma, efetiva-se a perpetuação dos detentores desses mesmos discursos.

Analizamos também a escola, consoante Foucault (1997), como uma instituição que disciplina os sujeitos, a fim de torná-los *corpos dóceis*. Para isso, lança mão do controle do tempo, do espaço. Em relação ao primeiro, controla os estudantes a partir do quantitativo das tarefas, da duração das aulas, dos intervalos; através dos horários regulamentados, em que anulam a distração e a ociosidade, tratando de constituir um tempo integralmente útil. Há, então, uma hierarquização do valor de cada estudante. No que diz respeito ao espaço, há uma arquitetura universal das salas de aulas, disponibilizando as carteiras enfileiradas, direcionadas ao professor. Foucault (1997a) defende, então, que a escola é uma instituição que corrobora a formulação da *docilidade*. Segundo ele (p. 140): “A escola torna-se um aparelho de aprender onde cada aluno, cada nível e cada momento, se estão combinados como deve ser, são permanentemente utilizados no processo geral de ensino”.

Na medida em que a escola aplica esses mecanismos de transformação e de aperfeiçoamento, transforma o corpo num organismo mecânico, para que ele possa exercer sua função com maior eficácia e rapidez, operando movimentos num tempo

determinado. Isso é o que o autor denomina de "mecânica do poder". Esta mecânica transforma os corpos submissos e exercitados em corpos dóceis.

Além dos pressupostos teóricos elencados acima, para a investigação do objeto escolhido⁷, à luz da AD, defendemos a opacidade do sujeito, da língua e da história. Entendemos também que os sujeitos são interpelados pela *Formação Discursiva*, a partir da qual enunciam aquilo que podem e devem enunciar. Como bem defende Pêcheux (1997), as *Formações Discursivas* (FD) representam o lugar de constituição do sentido e de identificação do sujeito. Ainda consoante este linguista, as *formações ideológicas* interpelam as *formações discursivas* que são refletidas no *discurso* (*efeito de sentido*). Tal efeito revela a ideologia funcionando, a partir da materialidade linguística. É nesse contexto que Pêcheux postula a necessidade da (re)significação da ideologia, no âmbito do discurso.

Sabemos ainda que a posição ocupada pelo sujeito do discurso nas FDs projeta imagens deste em uma conjuntura sócio-histórica. Em relação a este estudo, entendemos que as posições ocupadas pelo professor e pelos alunos, respectivamente, formam um jogo de imagens em que o discurso do primeiro acerca do objeto em questão (a língua) está respaldado historicamente nas relações de poder. Consequentemente, seu discurso é institucionalmente reconhecido como verdade; enquanto o do discente sofre uma interdição, já que ele é

⁷ Uma análise do ensino de língua materna, a partir de entrevistas com professores.

aprendiz. Por conseguinte, a política do silêncio age imponentemente na formação discursiva escolar.

No que diz respeito a esse silêncio, Orlandi (2007) revela que há um processo de produção de sentidos silenciados. Esse silêncio de que trata Orlandi (2007) está ligado à ideologia e à história, significa por si só. Ela categoriza as formas do silêncio em duas perspectivas: o silêncio fundante e a política do silenciamento. O primeiro diz respeito à relação necessária entre o processo de significação e o silêncio: este é o lugar que permite a linguagem significar; indica que o sentido sempre pode ser outro. Já a segunda é definida pelo fato de que, ao dizer algo, o sujeito apaga outros sentidos possíveis.

A política do silêncio/silenciamento é ainda subdividida em duas perspectivas, quais sejam: silêncio constitutivo e silêncio local. O primeiro é determinado pelo caráter fundador do silêncio, mecanismo de funcionamento que apaga outros sentidos possíveis; o segundo diz respeito à interdição do dizer, ao proibido, à censura. Observamos o silêncio constitutivo a partir das “pistas” (conjecturas), considerando a historicidade, a materialidade histórica. E é justamente nas lacunas das FDs (cujas fronteiras não são categóricas) que o silêncio encontra espaço para significar. Ele atua no não-fechamento da FD, formando espaços para os deslocamentos.

Entendemos também a identidade como o resultado de processos de identificação que acontecem nas formações discursivas (FDs), nas quais os sujeitos se inscrevem. Esses processos discursivos acontecem via

sujeito, mas não são originados no sujeito. Essa relação demarca a alteridade, a relação entre o eu, o outro e a sua contradição constitutiva. Por conseguinte, as palavras que o locutor profere são também as dos outros.

Abaixo, esclarecemos as nossas opções metodológicas e as análises discursivas das entrevistas com professores.

As vozes dos professores sobre o ensino

Inicialmente, expomos o desafio de Foucault (2003, p. 51) a respeito de como nós devemos proceder diante de uma análise discursiva. Segundo ele, há três fatores condicionantes para realizarmos uma análise de discurso: “[...] questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante”. E, a fim de complementarmos essa perspectiva de análise, acrescentamos o ponto de vista desse filósofo, segundo o qual a análise do discurso não consiste em um desvelamento dos sentidos; ao contrário disso, ela aponta para o ‘jogo de rarefação imposta’.

Adotamos ainda a distinção entre inteligibilidade, interpretabilidade, compreensão, realizada por Orlandi (2007, p. 50): “a) intelegibilidade [unidade significativa discernível em nível de frase]; b) interpretabilidade [atribuição de sentido ao enunciado]; c) compreensão [apreensão dos processos de significação de um texto]”. A partir de tal distinção, reiteramos a necessidade de colocarmos o dito em relação ao *não-dito*, numa tentativa de compreendermos o discurso acerca do ensino de LP,

centralizado na GN como norte e eixo. Trazemos também à baila os ensinamentos dessa linguista sobre como pesquisar o silêncio / silenciamento. Para essa autora, não devemos nos fixar em *marcas*, mas em *pistas*, com um apelo à interdiscursividade, trabalhando com os entremeios, com os reflexos. No que diz respeito ao ensino de LP, buscamos, então, a relação de *subjetividade* e de *alteridade*.

Como afirmado anteriormente, caracterizamos a nossa investigação como qualitativa e, nesse âmbito (da pesquisa qualitativa) a situamos como fenomenológica, a qual transfere o pesquisador para o ambiente do pesquisado, fazendo-o experimentar as mesmas necessidades, sensações (DIAS, s/d). Dentre as técnicas de pesquisa qualitativa, optamos pela *entrevista narrativa*, cujo objetivo é considerar o ponto de vista subjetivo, focalizando a opinião do entrevistado. No contexto da pesquisa fenomenológica, com essa técnica, objetivamos, principalmente, apreender como os participantes compreendem a realidade, seus conhecimentos e experiências.

Para a composição do *corpus*, utilizamo-nos de três entrevistas narrativas de professores das redes pública e particular de ensino de Aracaju/SE. As narrativas foram direcionadas conforme as questões norteadoras elencadas na introdução deste trabalho. Para a análise aqui apresentada, retomamos a proposta de Marcuschi (1986) acerca da análise da conversação, já que esta atinge processos de ordem interpretativa. Listamos abaixo os símbolos propostos por Marcuschi (1986) e utilizados na transcrição das entrevistas narrativas:

[sobreposição de vozes, sem que a concomitância das vozes seja no início do turno;
 (+) pausas de aproximadamente 5 segundos;
 MAIÚSCULA- ênfase ou acento forte;
 : alongamento da vogal (pode ser repetido conforme a duração);
 (()) comentários do analista;
 ---- Silabação – marca-se a separação das sílabas com hífen;
 " corresponde mais ou menos ao ponto de interrogação;
 ' indica uma subida leve;
 , indica descida leve ou brusca;
 /.../ indicação de transcrição parcial;
 / truncamento brusco, seja pelo falante ou pelo entrevistador.

Consideramos estas três perguntas como constituintes de um bloco de análise: *quais as imagens que os professores de LP fazem de si? Para eles, o que é ensinar a Língua Portuguesa? Como se percebem enquanto professores de LP para falantes de LP? Analisamos, portanto, recortes de suas falas a seguir:*

/.../ não num tô querendo pesar mais assim, lógico que português é uma coisa que pesa mais né"
 então assim o impacto é maior entendeu" pros alunos
 então assim eu vejo assim, eu tento eu acho que o objetivo da disciplina é ensinar a ler e escrever principalmente só /.../
 aí assim eles já sabem que se eles não se comportarem eles vão perder' entendeu" e:: essas atividades também eles

fazem porque eles sabem que eles vão perder /.../
(informante 1).

/.../ eu não estou aqui pra ensinar a você o que você aprende
na esquina,
você aprende na esquina é lá na esquina,
eu tô aqui: pra dar nome às coisas,
pra sintetizar o seu conhecimento e até elaborar,
você fazer uma elaboração melhor daquilo que você:
já conhece /.../ (informante 3)

Pudemos perceber, a partir das entrevistas narrativas que, na FD escolar, o professor assume a posição de detentor do saber. Consequentemente, na relação professor-aluno, há uma dependência por parte do discente, principalmente no que concerne à disciplina e ao saber-poder (“os alunos vão perder”).

Os professores se colocam ainda no lugar de formadores de futuros trabalhadores para o mercado de trabalho, confirmando a relação saber/poder. Trazemos, então, à baila os argumentos de Foucault (1997, p. 27) acerca do poder/saber. Para ele “o poder produz saber” (p. 27), poder e saber estão diretamente implicados. Ele pensava o poder como efeito das ações de sujeito atuando sobre outros sujeitos:

[...] não é a atividade do sujeito do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento.

/.../por que você vai precisar desenvolver conteúdo que já o prepare para o mercado de trabalho, a gente tem que conversar muito sobre mercado de trabalho, sobre entrevista no caso, da da da postura deles numa entrevista a gente que é de portuguesa que trata desse tipo de de de problema na sala de aula/.../ (Informante 3).

Constatamos também que os professores de LP consideram o seu objeto de ensino/estudo importante. No entanto, essa importância pauta-se na preparação do aluno para o já citado mercado de trabalho. A partir dessa relação entre a produção do saber e a preparação para o trabalho, remetemos a Foucault (1997), no tocante ao saber produzido na escola. Esse é um saber produzido a partir uma ideologia capitalista / neoliberal que visa ao treinamento do aluno para o exercício de uma profissão futura. Percebemos ainda que, segundo os informantes desta pesquisa, o ensino de LP refere-se, principalmente, na aprendizagem da leitura e da escrita:

/.../ então assim eu vejo assim, eu tento eu acho que o objetivo da disciplina é ensinar a ler e escrever principalmente só eu não gosto muito assim dessa parte de ficar dando gramática demais, só-dô-ler-e escrever entendeu” então assim basicamente é eu acho que o objetivo é esse /.../ (informante 1).

E, apesar de esse informante reiterar o valor da leitura e da escrita, questionamo-nos em relação a como ele utiliza o texto, haja vista os professores, geralmente, utilizarem-no como *pretexto* do ensino da gramática. Além disso, retomamos os fragmentos de fala

anteriormente analisado, em que o mesmo informante marca a importância dos exercícios e a consequente perda dos estudantes se não o realizarem: “aí assim eles já sabem que se eles não se comportarem eles vão perder” entendeu” e:: essas atividades também eles fazem porque eles sabem que eles vão perder /.../” (informante 1). Daí questionamos o seu entendimento acerca da leitura. Percebemos que, ao contrário de possibilitar múltiplas produções de sentido, esse informante está pautado na disciplina e no exercício e, consequentemente, na “perda”. Se observarmos, em sua fala, há uma ameaça sub-repticiamente colocada, transvestida de conselho. Como bem afirma Foucault, com o capitalismo (1997, p. 180):

As disciplinas substituem o velho princípio ‘retirada-violência’ que reagia a economia do poder pelo princípio ‘suavidade-produção-lucro’. Devem ser tomadas como técnicas que permitem ajustar, segundo esse princípio, a multiplicidade dos homens e a multiplicação dos aparelhos de produção [e como tal deve-se entender não só ‘produção’ propriamente dita, mas a produção de saber e de aptidões na escola, a produção de saúde nos hospitais, a produção de força destrutiva com o exército] (p. 180).

Segundo essa acepção, entendemos a escola como uma instituição disciplinar, normalizadora. E, portanto, apresenta um caráter controlador do comportamento, do saber, com o fim de “ajustar a multiplicação dos aparelhos de produção”.

Nos recortes seguintes, percebemos que os informantes assumem a prática do ensino tradicional, utilizando-se de técnicas que redundam na retomada da gramática como foco do estudo de língua:

/.../ porque eu sabia que eu tinha que seguir regras que a escola me me coloca:va
eu tinha que trabalhar com o conteúdo que era proposto:
então às vezes eu enchia o quadro de assunto
às vezes eu trabalhava mais conteúdo do que deveria com aqueles meninos
de acordo com a faixa etária
de acordo com a maturidade deles
pra pra aprender aquele conteúdo/.../ (Informante 2)

/.../ aí, vai rolando a gramática né"
com certeza, MUITA interpretação de texto,
é o que eu foco mais
por que eles estão assim,
muito defasado nessa questão de interpretação de texto,
e: a gramática entra junto né"
entra aí nesse foco da interpretação
a gente claro, segue um esquemazinho de: é sexto ano,
de tal matéria sétimo,
isso aí a gente não tem pra onde fugir /.../ (informante 3).

Como podemos observar, os informantes revelam ainda que, mesmo com enfoque na leitura e na escrita, os alunos têm muita dificuldade de interpretação de textos. Reiteram ainda o ensino de gramática, ora como uma necessidade imposta pela escola ("eu tinha que trabalhar com o conteúdo que era proposto: então às vezes eu enchia o quadro de assunto"); ora por julgar necessário

estudar gramática como subsídio para ‘interpretar’ o texto (e: a gramática entra junto né” / entra aí nesse foco da interpretação). Quanto ao “foco da interpretação”, retomamos o conceito de interpretar para Orlandi (2007): “atribuição de sentido ao enunciado”. Quanto a *essa atribuição de sentido*, entendemos que há igualmente uma relação de poder sobre como *interpretar* um texto. Nesse caso, essa atribuição corresponde ora ao entendimento do professor, ora ao do autor do livro didático, impondo ao aluno uma única visão de interpretação: a dos partícipes da sociedade de discurso (professor/autor do livro didático).

Ainda em relação ao estudo da Gramática, de interpretação, em sala de aula, eis alguns dos pontos de vistas dos informantes:

/.../ se você ficar nessa só de passar exercício sabe de gramática e num sei que até interpretação que bem que interpretação também muitas vezes quem acaba respondendo é vo-cê sabe” junto com o aluno’
que em poucas vezes o aluno consegue responder só entendeu” (informante 1).

/.../o aluno vai pro ensino médio e o aluno não APRENDE língua portuguesa qual é o problema”/.../ hoje poucos são os livros que não trabalham com o texto,
a maioria deles trabalha a maioria das gramáticas já trazem textos
e tentam trabalhar o conteúdo gramatical baseado, no texto uns conseguem melhor e outros nem tanto né”(Informante 2).

/.../ então eu vivo assim catando nos meus livros didáticos

até de mil novecentos e antigamente,
 textos pequenos ou quando o texto é grande pego
 trechinho
 e naquele trechinho eu faço interpretação
 ou pego as interpretações que têm do próprio livro
 mas aquelas perguntas que dizem respeito àqueles
 parágrafos
 e dali eu puxo a gramática
 porque não tem como você trabalhar aquele livro
 /.../ aí na hora que chega na prova
 ou a interpretação no qual eles olham e ficam parados
 olhando
 /.../ quem se exercita sou eu,
 quem se exercita sou eu, porque eles ficam MUDOS E
 CALADOS INCAPAZES
 é assim muito difícil dá uma opinião eu tenho que,
 eu perco muito tempo quer dizer eu ganho tempo,
 mas eu ganho tempo, mas' ao mesmo tempo eu perco horas,
 por que eu fico puxando puxando puxando,
 quando eu vejo tão,
 com impaciência porque não saiu daquilo ali,
 eu dou minha resposta mas eles ficam mudos/.../
 com vergonha com medo de errar
 por que tem as críticas na sala (informante 3).

Diante do depoimento dos profissionais analisados, acreditamos que eles entendem a interpretação como inteligibilidade e decifração/decodificação das informações do texto. Assim, o estudo do texto fica restrito às marcas do contexto, sem haver reflexão acerca dos processos de significação, o que configuraria a compreensão do texto,

segundo Orlandi (2002). Além disso, observamos a prática constante dos exercícios modelares, aos quais os estudantes devem responder, segundo uma perspectiva preconcebida de produção de sentido. Como observamos em trabalhos anteriores, nas próprias perguntas, já existem as respostas, com as quais os estudantes devem interagir. Como bem afirma o professor: “quem se exercita sou eu, porque eles ficam MUDOS E CALADOS INCAPAZES”.

A partir desses depoimentos, entendemos a relevância de trazermos à baila as noções de texto e de interpretação defendidas por Orlandi (2003), para quem o texto é compreendido como um conjunto de relações significativas que mudam de leitor para leitor a partir de sua historicidade. Consequentemente, a interpretação é resultado de um trabalho histórico-social com regras de funcionamento que desfazem a noção de prova imposta pela escola. Percebemos ainda a interpretação como ideologia (ORLANDI, 2003), aquela se modificará ao longo da história, uma vez que o papel dos sujeitos na constituição dos sentidos e a própria concepção de mundo se definirão diferentemente com o passar do tempo. Nesses termos, é negado ao aluno o espaço para reflexão sobre o que foi lido em sala de aula, provocando o silenciamento de sentidos. Com isso se cria uma situação mnemônica para o aluno e também para o professor. Este, por sua vez, fala do lugar da escola, repetindo o discurso desta. Com efeito, proporciona um ciclo de repetições de um mesmo discurso, reiterando o postulado de Foucault (2003) acerca de sociedade de discurso.

Destarte, questionamos a perspectiva a partir da qual o professor em questão menciona a importância do ensino de língua, a fim de o estudante interpretar perguntas, textos, uma vez que sabemos que tais questionamentos já pressupõem uma resposta predeterminada. Logo, não percebemos uma relação entre leitura e interpretação levando em conta o dialogismo inerente à língua.

Resumindo, os professores se sentem impotentes em relação ao objeto que ensinam, como o ensinam. Consequentemente, culpam o estudante por não *aprender* a língua, por não *interpretar* textos. Para eles, ensinar a Língua Portuguesa para falantes de LP relaciona-se a treiná-los para utilizá-la no contexto do trabalho. Ou seja, a língua é minimizada em um instrumento que capacita os sujeitos para o mercado de trabalho, numa perspectiva de normalização da escola. Nesses termos, retomamos os argumentos de Foucault (1997), acerca da disciplina (enquanto normas de comportamento). E, como mencionado, por a escola ser uma instituição disciplinar, traz em seu bojo uma prática voltada para o controle dos corpos, tornando-os dóceis e obedientes ao sistema:

Em uma palavra, as disciplinas são o conjunto das minúsculas invenções técnicas que permitiram fazer crescer a extensão útil das multiplicidades fazendo diminuir os inconvenientes do poder que, justamente para torná-las úteis, deve regê-las (FOUCAULT, 1997, p. 180).

Abaixo, analisamos o discurso dos professores entrevistados, conforme a seguinte questão: *quais poderes esses profissionais atribuem à escola, no que concerne as suas práticas?*

Ao tratarmos da influência da instituição escolar, no que concerne às práticas dos professores de Língua Portuguesa, observamos que, atualmente, não há uma intervenção rígida da direção da escola. Mas, na realização empírica das práticas, os informantes deixam perpassar a imagem da escola controladora, que exige bom comportamento e disciplinarização, tanto do aluno quanto do professor, tal como abordado nas análises anteriores. Vejamos alguns recortes de suas entrevistas:

/.../ assim até hoje eles nunca vieram pra dizer assim tipo a: faça isso faça aquilo entendeu”
isso não’ assim nunca não vejo isso não, da escola intervir muito não

assim a escola é boa, assim tem problemas de falta de professor né”

/.../ não gosto de me estressar não

aí eu faço assim eu atribuo ponto de comportamento também

a metade de minha nota é assim

a metade é prova e a outra metade são todas as atividades que eu faço exercícios em sala eu sempre dou visto dou o visto pra tudo (informante 1).

/.../aí a gente pensa que é só aquilo,

aquele conteúdo que você tem que domina:r

que você tem que passar pro aluno

mas não é só isso::

você pode dominar o conteú::do o tanto que fo:r

mas se você não tiver HABILIDADE
de segurar né"
trinta quarenta ou até cinquenta alunos durante cinquenta
minutos pra falar sobre língua portuguesa
se você não tiver uma habilida:de um jogo de cintu:ra você
não consegue/.../ você quer resultado a escola quer
resultado os pais querem resultado
e a gente não chega lá,/.../ (Informante 2).

A partir das falas dos informantes, compreendemos que há uma cobrança da instituição escolar para que o professor “domine” a turma, consiga “passar o conteúdo” e “trazer resultados” (aprovação do aluno). Direccionamos, mais uma vez, para as reflexões de Foucault (1997) acerca da disciplinarização do corpo. Entendemos, então, que na escola há uma sociedade disciplinar em que o corpo, o espaço e o tempo são controlados através de uma rede complexa de poder, o que promove o quadriculamento do sujeito, o seu *treinamento* a partir da observação do comportamento e dos exercícios realizados, haja vista a necessidade apontada pelo professor: *habilidade de segurar a turma durante quarenta, cinquenta minutos*. Para a escola e, consequentemente, para os professores, uma necessidade precípua de controle dos corpos dos estudantes para a efetivação de um *saber*, a fim de que se tornem *úteis ao sistema*. Ainda consoante Foucault (1997, p. 26):

[...] o corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. [...] Quer dizer que pode haver um ‘saber’ do corpo que não é exatamente a

ciência de seu funcionamento, e um controle de suas forças que é mais que a capacidade de vencê-las: esse saber e esse controle constituem o que se poderia chamar de tecnologia política do corpo”.

Breves considerações finais

A partir das discussões teóricas e das análises dos dados, podemos considerar que há um lugar preenchido pelo silêncio entre a FD universitária e a FD escolar. Neste espaço, a teoria trabalhada no contexto universitário é suprimida pela prática tradicional de ensino, em que o controle, a mecanização e o poder-saber capitalista são reiterados. Decorre daí o fato de a Língua Portuguesa assumir o *status* de disciplina que, segundo Foucault (1997), corresponde a processos e procedimentos que podem ser utilizados em diferentes instâncias da sociedade e, na escola, destaca-se pelo controle mecânico do tempo e do espaço dos estudantes, que resultam na docilidade do corpo.

Consideramos, então, que a produção do discurso no âmbito escolar é controlada, na medida em que as FDs existentes nessas instituições têm as suas fronteiras delimitadas, segundo os procedimentos de exclusão, a vontade de verdade (FOUCAULT, 2003). Este procedimento diz respeito ao modo como o saber é valorizado, distribuído e reconduzido em determinada sociedade. Assim, consideramos que o discurso docente, corroborado pela instituição escolar, está embasado em verdades fundamentais que delimitam o “certo” e o “errado”, valorizando a norma gramatical e desprezando a norma vigente entre os usuários da língua. Assim, há a

formação de uma sociedade discursiva, em que o docente detém o saber, determinando o fechamento do discurso. Por fim, destacamos que o saber produzido na escola está sendo cerceado pelo poder-saber imposto pelo capitalismo. Com isso, os discentes estão sendo transformados em *corpos dóceis*, para serem preparados para o mercado de trabalho.

Consequentemente, há uma supressão do ideal de *produção do conhecimento*, uma vez que este está sendo *reproduzido, conduzido*, segundo a necessidade do *mercado de trabalho*. Consideramos, portanto, que essa supressão provoca o silenciamento dos sujeitos estudantes, na medida em que não são capazes de interferir no processo ensino/aprendizagem, uma vez que as *regras já são dadas*; as *normas*, ditadas. Tudo, enfim, preexiste ao sujeito estudante. Questionamos, então, como nossos alunos podem se tornar efetivamente sujeitos de seu aprendizado acerca da língua, se continuam a ser expostos a um ensino segundo a perspectiva da Gramática Normativa?

Referências

- BARROS, M. E. de R. de A. B. *O professor de Língua Materna e as imagens de si*. Relatório final do PAIRD- COPES / UFS, 2010.
- BARROS, M. E. de R. de A. B. A língua portuguesa na escola: percurso e perspectiva. *Revista Interdisciplinar*, v. 6, n. 6, p. 35 – 56, 2008.
- BARROS, M. E. de R. de A. B. *As marcas da polifonia na produção escrita de estudantes universitários*. Tese (doutorado em Letras).

Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia, 2007.

BARROS, M. E. de R. de A. B. A língua portuguesa: um instrumento disciplinador?. *Revista Signum: Estudos Linguísticos*, n. 14/2, p. 117-134, 2011.

BAUER, M. & JOVCHELOVITCH, S. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. & GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90-113

DIAS, C. A. *Grupo Focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas*. In: <http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/DIAS%20Grupo%20Focal.pdf> (acessado em 20/4/12, às 2h), s/d.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ.: Vozes, 1997.

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MARCUSCHI, L. A. *Análise da Conversação*. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1986.

ORLANDI, E. P. Segmentar ou recortar. in *Linguística: questões e controvérsias*. Série Estudos 10. Uberaba, Minas Gerais, 1984. p. 9 - 26

ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos*. Campinas, SP.: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP.: Pontes, 2002.

ORLANDI, E. P. *A leitura e os leitores*. Campinas, SP: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 2007.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi (et al.). Campinas, São Paulo: Pontes, Editora da UNICAMP, 1997b.

A prática do calar como modo de subversão¹

Maurício Beck*

No presente artigo me proponho a desenvolver, sob novos enfoques, uma ideia primeiramente investigada em minha tese (BECK, 2010): a de que o calar, quando dado sujeito ou determinado porta-voz político é interpelado a falar, tem efeitos políticos corrosivos e subversivos. Tomando como objeto de análise a luta dos zapatistas do sudeste mexicano desde seu levante armado em 1994, busquei analisar os efeitos políticos não somente os enunciados zapatistas, mas também de seus silêncios inusitados frente a acontecimentos sangrentos nos vilarejos indígenas, por exemplo.

Diante do calar-se zapatista, tanto seus aliados, quanto seus antagonistas sofrem certa injunção a interpretar aquele inesperado silêncio. Uma das interpretações que emergiram foi a de Luis Hernández Navarro, jornalista e editor de opinião de *La Jornada*:²

¹ O presente artigo apresenta um momento do desenvolvimento das ideias acerca do silenciar como forma de resistência revolta. Este foi um dos tópicos de minha tese de doutorado e produziu outros desdobramentos, para além do presente artigo.

* Professor visitante vinculado ao DLA da UESC- Ilhéus-BA. Doutor em Letras pela UFSM-RS. E-mail: pardalbeck@gmail.com

² *La Jornada*, é um periódico que abrange América Latina e Espanha, hospedada pelo servidor da Universidad Nacional Autónoma de México. Acesso em: <http://www.jornada.unam.mx>

O Silêncio tem sido uma das repostas dos zapatistas à estratégia de guerra do governo. [...] Ironicamente, o silêncio do comando se ouve com a mesma força que sua palavra de ontem. Longe de ter perdido espaço na vida política nacional, o zapatismo se mantém, sem publicar uma só frase, no centro da tormenta. “Quem permanece em silêncio é ingovernável”, disse Ivan Illich.³

Era junho de 1998, poucos dias após um ataque da infantaria do exército mexicano (com a ajuda de tanques, aviões e helicópteros) ao município de *San Juan de la Libertad* ou *el Bosque* – Chiapas, no território autônomo rebelde. A consequência mais dramática foram as execuções de rebeldes civis.

Em março do mesmo ano, ocorreram espancamentos de crianças e encarceramento de mulheres e homens no município autônomo de *Tierra y Libertad*, em Chiapas, após um ataque do exército mexicano. Também naquele mês, observadores internacionais presentes na região do conflito armado foram expulsos do país. Essa ofensiva bélica do governo obstaculizou qualquer diálogo pacífico com os insurgentes zapatistas, ao mesmo tempo em que foi um retrocesso na luta pelos direitos constitucionais dos povos indígenas.

Apesar de, ou justamente porque, os zapatistas se tornaram mundialmente conhecidos por meio de declarações, comunicados e cartas, numa franca guerrilha de palavras (difundidas, sobretudo, na rede

³ NAVARRO, [1998] 2002.

mundial dos computadores), seus inesperados momentos de silêncio foram capazes produzir efeitos de grande alcance político.

Considerações sobre o silêncio

Antes de avançar na investigação para compreendermos os efeitos do silenciar zapatista, cabem algumas considerações teóricas. Tomo como um oportuno ponto de partida uma citação do filósofo esloveno Slavoj Žižek (2008, p. 209-210):

O fato primordial não é o Silêncio (à espera de ser quebrado pela Palavra divina), mas o Ruído, o murmúrio confuso do Real, no qual ainda não há nenhuma distinção entre figura e fundo. O primeiro ato criativo, portanto, é *criar silêncio* – não que o silêncio seja quebrado, mas o próprio silêncio quebra, interrompe, o murmúrio do Real, abrindo assim uma clareira em que as palavras podem ser ditas. Não há discurso propriamente dito sem esse fundo de silêncio: como sabia Heidegger, todo discurso responde ao “som do silêncio”. É preciso muito trabalho para criar silêncio, para cercar seu lugar do mesmo modo que um vaso cria seu vazio central.

Dentro da perspectiva do filósofo, o silêncio é entendido como produto de um trabalho (humano). Ele é resultado de práticas sociais que constituem um espaço de silêncio delimitado pelo incessante ruído do Real. Parafraseando Churchill, diríamos que o silêncio resulta de muito *sangue, suor e lágrimas*. Em outras palavras, é

fruto de muita disciplina, de muito trabalho (tripalium). Para Žižek, a possibilidade do discurso se abre com o “som do silêncio”, sem este só teríamos uma infundável algazarra indisciplinada, um perene murmúrio indistinto.

Não há, por conseguinte, um silêncio *in natura*. Sendo fruto do trabalho humano, o silêncio, para existir, necessita do que Freud chamava cultura ou civilização. Ou seja, o silêncio emerge no estado desnaturado (artificial) que o homem instaura com suas práticas socialmente coordenadas. O silêncio seria algo como um artefato produzido pelos homens, como o vaso da analogia žižekiana.

Talvez se possa dizer que entre as práticas que engendram o silêncio esteja a do interdito. A perspectiva de Žižek permitiria, desse modo, avançar, em uma abordagem histórica, a tese, empreendida pelo viés da lógica, de Tfouni (2008) de que o interdito, como “um operador fundante, constitutivo estruturante e universal da linguagem” (2008, p. 368), tem primazia em relação ao silêncio. Ou, seja, para Tfouni, a interdição é que cria as condições para que haja silêncio, enquanto espaço diferencial, e possibilita o dizer (justamente porque impede o tudo dizer).

Antes de avançar mais nessa questão, é preciso mobilizar as elaborações teóricas de autores historicamente distantes, mas que, de acordo com Auroux (1998), desenvolveram estudos acerca do domínio do silêncio. Estes autores são o abade Dinouart ([1771] (2001)) e Eni Orlandi (2007). Dinouart é autor de um tratado acerca da *Arte de Calar*, livro de retórica

cristã. Entretanto, para Haroche e Courtine (2001), ainda que aborde o silêncio na ótica religiosa católica, Dinouart não discorre sobre o silêncio contemplativo ou sobre o inefável, mas sim sobre a “arte de fazer alguma coisa ao outro pelo silêncio”. (HAROCHE; COURTINE, 2001, p. VIII, grifo dos autores) Essa espécie de semiótica do silêncio, na definição de Haroche e Courtine, é permeada por uma ética da prudência atenta às circunstâncias “conforme o tempo e o lugar em que se está no mundo” (Ibid. p. XXX) e que faz do sujeito calado um engenheiro da ocasião ao conter sua língua (uma vez que há na palavra o perigo de uma desposseção de si). Ainda segundo Haroche e Courtine (2001, p. XXX), esta arte da *tacita significatio* é menos uma arte de governar o outro do que uma forma de resistir a seu domínio.

O discurso cristão de Dinouart postula um sujeito dotado de livre arbítrio capaz de fazer escolhas efetivas e conscientes entre o bem e o mal. Há, ainda assim, em sua concepção de silêncio algo que ressoa as teorizações da Análise de Discurso. Dinouart não define o silêncio como um vazio de sentidos, como um negativo da linguagem verbal. O silêncio é dotado de potência para afetar os outros sujeitos, afetar a relação (de forças) entre os sujeitos de modo acarretar efeitos políticos. Orlandi (2007), que discorreu sobre o silêncio na perspectiva materialista do discurso, também formula uma concepção positiva do silêncio e dos efeitos não negligenciáveis que ele produz.

Silenciar político

Na perspectiva aberta por Dinouart (2001, p. 15-16), poder-se-ia interpretar o silenciar zapatista como uma cautela, “o silêncio é prudente quando se sabe calar oportunamente, conforme o tempo e o lugar que se está no mundo”. Uma forma de silêncio artificioso (tático) com efeitos de surpresa e desconcerto. Um silêncio político porque prudente, “que se poupa, que se conduz com circunspeção, que não diz tudo o que pensa, que nem sempre explica sua conduta e seus desígnios”. De todo modo, o silenciar não é intrinsecamente negativo, não constitui um vazio sem significado; pelo contrário, está prenhe de sentidos e de efeitos políticos:

O desgaste governamental tem sido produto tanto das incongruências internas [...] como do choque desta com os povos em resistência pacífica e com amplas franjas da sociedade civil nacional e internacional. O silêncio zapatista tem incrementado os custos da estratégia oficial. Ao fazer-se invisível ao comando do EZLN, tem evidenciado a verdadeira natureza da ofensiva governamental. (NAVARRO, [1998] 2002)

O silenciar zapatista permitiu que todos ouvissem a estrondosa ofensiva bélica do governo mexicano. Este “silêncio corrosivo” (ORLANDI, 2007, p.13), significou, para todos os sujeitos atentos ao seu repentino mutismo, a violência do antagonista. Por outro lado, para os próprios zapatistas, seu silenciar funcionou como um tempo para “a 'respiração' (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido” (Ibid.). Não esquecendo que o EZLN (Exército

Zapatista de Libertação Nacional) regularmente se retira de cena para consultar as comunidades autônomas chiapanecas por meio de assembleias e conselhos. Além disso, a temporalidade, própria aos indígenas da Selva Lacandona (área de atuação dos zapatistas), possui um ritmo próprio de se significar “que supõe o movimento entre o silêncio e linguagem” (Ibid. p. 25).

Para Orlandi, se na linguagem há certa estabilização do movimento de sentidos, no silêncio “sentido e sujeito se movem largamente” (Ibid. p. 27). Nessa perspectiva, o silêncio é compreendido como “a matéria significante por excelência, um continuum significante” (Ibid. p. 29). Em outras palavras, “o silêncio é. Ele *significa*. Ou melhor, no silêncio, o sentido é.” (Ibid. Grifos da autora)

Orlandi (2007) confere um estatuto positivo ao silêncio, uma instância antes relegada ao negativo e às margens do verbal (não dito). Definido como instância em que os sentidos e os sujeitos estão em movimento (em que os sentidos *são*), o silêncio possui consistência ontológica, ou melhor, consistência material. É possível afirmar que no silêncio os direcionamentos ideológicos de sentido se encontram suspensos em suas possibilidades de realização:

Aí intervém o silêncio, pois é ele que permite o trânsito do sujeito pelos limites. Desse modo, no silêncio, o sujeito trabalha a sua contradição constitutiva (sua relação com o Outro) que o produz na confluência do Um com o Múltiplo. No jogo entre uma formação discursiva e o conjunto delas. É essa relação com a exterioridade (o Real), tornada possível

pela mediação do silêncio, que pode nos esclarecer mais um dos aspectos do processo fundamental de constituição da linguagem, que é a polissemia. A polissemia, nessa perspectiva, é função do silêncio, pois permite a relação – ainda que indireta e sempre mediada – do sujeito com o interdiscurso (a exterioridade). Relação que produz indistinção, instabilidade e dispersão. (Ibid, p. 158)

Esse efeito de indistinção ou suspensão parece atuante no silenciar zapatista. Acontecimentos violentos concretos e traumáticos exigem inelutavelmente uma tomada de posição e um trabalho simbólico dos sujeitos (tanto à esquerda, quanto à direita do espectro político mexicano). Contudo, se a ideologia dominante oblitera o antagonismo, então a ideologia antagônica deveria, em contraste, ressaltar tal antagonismo, questionar as evidências da matriz de sentidos hegemônica. Contudo, e se a crítica ideológica não necessariamente acarretar um efeito político de fortalecimento das posições antagônicas? E se esse efeito já for esperado, se for parte do ritual ideológico? E se essa crítica reconhecida fosse um modo de subtrair a possibilidade de as massas, ousarem pensar por si mesmas⁴? Talvez, a injunção por um posicionamento dos zapatistas naquele momento fosse a demanda por uma posição de vanguarda “esclarecida”, supostamente portadora de um saber

⁴ “Ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso 'ousar pensar por si mesmo'” (PÊCHEUX, [1978], 1997, p. 304)

régio⁵ sobre o real do antagonismo social. Demanda essa semelhante àquela, criticada por Althusser (1978), dos militantes infantilizados pelo Partido Comunista Francês que antes liam a posição da “linha justa do partido”, no jornal do partido, para somente então se posicionarem acerca de dado assunto.

Antes de prosseguir na interpretação, cabe uma digressão teórica. Se na acepção de Orlandi (2007), a linguagem estabiliza os sentidos, talvez seja porque como afirma Barthes (1978), a língua é fascista, uma vez que ela obriga a dizer. A língua é, na tradição estruturalista, um princípio de classificação, ela organiza o mundo como o conhecemos. Remontando aos céticos pirrônicos (cuja filosofia foi registrada por Sexto Empírico no séc. II) poderíamos dizer que a língua é assertiva. Justamente esse caráter assertivo da língua era problemático para os céticos clássicos - que propunham a suspensão do juízo: Entre duas ou mais teorias ou explicações opostas de mundo, os céticos consideravam que não havia como decidir pela verdade. Restava suspender o juízo e esperar por melhores condições de discernibilidade.

Os céticos se posicionavam a favor da ataraxia (imperturbabilidade), da apraxia e da afasia (não predicação). Nesse último caso, não se tratava exatamente de nada falar, mais de falar sem pregar. A contradição com que se depararam, segundo El-Jaick

⁵ *Simile à ciência régia*, criticada por Pêcheux (2002), que funcionaria na certeza de que “os proletários, as massas, o povo... teriam tal necessidade vital de universos logicamente estabilizados que os jogos da ordem simbólica não os concerniriam!” (ibid, p. 53)

(2009) foi de que a “língua da vida comum” (que os cétricos preferiam à língua especializada dos teóricos dogmáticos ou acadêmicos) é assertiva, é predicativa. Sendo que toda modalização acaba recaindo na contradição sintetizada no seguinte oximoro: “não afirmo que afirmo” (EL-JAICK, 2009, p. 162). Para os pirrônicos, haveria a necessidade de outra língua:

Acreditamos que Sexto [Empírico] use a linguagem comum também quando explica a seus leitores o que é o pirronismo. Por isso, mescla exemplos cotidianos com exemplos filosóficos. Mas como o dogmático existe, o cétrico precisa retirar toda assertividade do discurso comum. O ideal seria que o cétrico, como certamente enxergou Montaigne, tivesse uma linguagem negativa, de modo que a linguagem do cétrico fosse oca de assertividade – assertividade que comparece na linguagem comum. (Idem, p. 161)

Ressalte-se que a posição dos cétricos clássicos não é a de moderação, que escolheria o “melhor de cada lado”. É, antes, uma posição de suspensão do “martelo do juiz”. Acredito que, na perspectiva que tratávamos anteriormente (Dinouart e Orlandi), o modo mais apropriado de suspender o juízo, (suspender a categorização da linguagem ou o direcionamento ideológico dos sentidos) é por meio do calar, do silenciar. “O homem nunca é tão dono de si mesmo quanto no silêncio: fora dele, parece derramar-se, por assim dizer, para fora de si e dissipar-se pelo discurso; de modo que ele pertence menos a si mesmo do que aos outros” (DINOUART, [1771] 2001, p. 13). Em contraste,

no silenciar, a movência dos sentidos e a polissemia permanecem possíveis para outros sujeitos, fora do circuito reconhecido de porta-vozes (sujeito suposto saber político). O lance de dados se mantém momentaneamente em suspensão, para usar a imagem de Milner, retomada por Tfouni:

Quanto ao dito, no momento anterior ao lançamento dos dados, ele é um conjunto de possibilidades sem limites, correspondendo a um suposto “possível absoluto”, mas que seriam possibilidades em suspenso, ou seja, antes do lançamento dizer nenhum pode ser atualizado (vemos aqui a categoria do impossível). No entanto, para que haja enunciação, o corte é necessário, ou seja, é preciso lançar os dados. Com o inevitável (ou necessário) lançar dos dados, o enunciado passa a ser contingente, já que o resultado do lance poderia ser outro, mas é também impossível, porque depois de lançados, não se apaga mais o resultado. (2008, p. 359)

Ainda que seja inevitável lançar os dados, ou ainda que diante dos fatos os sujeitos sofram a injunção a interpretar, a suspensão momentânea do ritual pelo silenciar (como uma forma de auto-interdição?) permite que outros se incumbam de interpretar o lançamento de dados. O silenciar potencializa – pela movência dos sentidos e dos sujeitos confrontados com o Real histórico, antagonismos sociais – interpretações outras, não atreladas a uma referência de vanguarda “esclarecida” que, em termos psicanalíticos, seria algo como “o sujeito suposto saber”. Não responder à

demanda e furtar-se à injunção a significar no momento em que o Real do acontecimento ainda não foi submetido à tentativas de simbolização, é um modo de desestabilizar o ritual que rege o direcionamento dos sentidos.

Ainda que os sujeitos e os sentidos não se alcem para além da ideologia (estão sempre imersos no lodo ideológico), há a abertura de fissuras no funcionamento do imaginário. Dessa forma, a tensão entre o imaginário (ideológico) e o real (antagonismo) se deflagra em pontos de possível (impossível). (ORLANDI, 2007, p. 161).

Orlandi (2007) define o silêncio político com base no silenciamento (censura). Os sujeitos sofrem uma interdição, são impedidos de se significarem a partir de dadas formações discursivas. “Como, no discurso, o sujeito e o sentido se constituem ao mesmo tempo, ao proceder desse modo se proíbe ao sujeito ocupar certos 'lugares', ou melhor, proíbem-se certas 'posições' do sujeito.” (Ibid. p. 76) Em relação aos zapatistas não se trata de um silenciamento imposto por uma instância política exterior ao EZLN. Pelo contrário, trata-se de um *silenciar* – no sentido de uma prática de recusa (à demanda ou à injunção a se posicionar publicamente).

É preciso não esquecer um aspecto singular na história do levante zapatista. Sua organização campesino militar se engendrou na clandestinidade e, portanto, no silencioso e discreto trabalho de formação militar e articulação política com as comunidades indígenas. Durante a década de 1980, os zapatistas organizaram-se e movimentaram-se discretamente,

sigilosamente. É com o levante de 1994 que o Comitê Clandestino Revolucionário Indígena – Comando Geral do Exército Zapatista de Libertação Nacional se constituirá como o suposto porta-voz dos “sem voz” - segregados do espaço político mexicano. Acredito que algo daquele silêncio histórico de centenária resistência indígena – que não falava “do lugar que se ‘espera’ que ele fale” (ORLANDI, 2007, p. 58) –, parece ressoar, prenhe de sentidos, na atual prática do silenciar zapatista.

Cabe ainda indagar: é o silenciar zapatista, essa espécie de suspensão do falatório (esse entendido no sentido que Heidegger lhe confere), uma eficaz prática política? Para começar a responder essa questão, caberia precisar o termo: ao invés de caracterizar o calar como prática, poderíamos definir o silenciar como apraxia (remetendo aos céticos clássicos), como uma forma de recusa em praticar/predicar. Desse modo, podemos trazer novamente Žižek, ainda que o filósofo mantenha um distanciamento crítico em relação ao zapatismo:

o perigo não é passividade, mas pseudoatividade, ânsia de ser ativo e participar. As pessoas intervêm o tempo todo, tentando “fazer alguma coisa”, acadêmicos participam de debates sem sentido; a coisa realmente difícil é dar um passo atrás e retirar-se daquilo. Os que estão no poder muitas vezes preferem até uma participação crítica em vez do silêncio – só para nos envolver num diálogo, para se assegurar de que nossa passividade ameaçadora seja rompida. Contra esse modo interpassivo, em que somos ativos o tempo todo para assegurar que nada

mudará realmente, o primeiro passo verdadeiramente decisivo é retirar-se para a passividade e recusar-se a participar. Esse primeiro passo limpa o terreno para uma atividade verdadeira, para um ato que mudará efetivamente as coordenadas da cena. (ŽIŽEK, 2010, p. 37)

Para além dos zapatistas, o calar ou o gesto de recusa em participar remete a dois outros personagens subversivos: o primeiro deles é um filósofo do século XIX que foi alvo da crítica de Marx em *A Ideologia Alemã*. Trata-se de Max Stirner (2009), o egoísta lúcido, que criticou radicalmente os ideais abstratos e transcendentais do cristianismo e da modernidade. Para o autor, o melhor era abandonar a cena. Deixar a sociedade (enquanto valor abstrato) morrer para que laços associativos singulares emergissem em seu lugar. Subtração como resistência. Stirner foi autor de alguns artigos e de apenas um livro: *O Único e sua Propriedade*. Depois, calou-se, retirou-se de cena. Nessa subtração, Stirner se aproxima de outros personagens reais e fictícios: *Bartleby e companhia*, livro do espanhol Enrique Vila-Matas, narra a trajetória de literatos que, subitamente, cessaram sua escrita (Rimbaud, Kafka, etc.). Todos eles tomados pela síndrome Bartleby.

Bartleby é justamente o nosso segundo personagem subversivo. Escriturário inventado por Melville, Barterbly sintetiza a recusa em participar no enunciado *Preferia não fazer* com o qual responde suave negativamente às ordens e demandas de seu chefe. Esse enunciado lembra o já oxímoro pirrônico *não afirmo que afirmo*, pois funciona como recusa (de pregar/de

praticar) ou “potência de não escrever”[...] “impotência que se vira para si própria” (AGAMBEN, 1993). Algo fica em suspenso por meio de uma subtração subjetiva. Novamente Žižek (2010, p. 484), é “a ' política de Bartleby': mais do que resistir ativamente ao poder, o gesto de Bartleby, que 'prefere não fazer', suspende o investimento libidinal do sujeito no poder – o sujeito deixa de sonhar com o poder.”. Subtração subjetiva, afasia e apraxia, nessa ótica, seriam formas corrosivas de desobediência civil.

Referências

- AGAMBEN, G. *A comunidade que vem*. Tradução de António Guerreiro. Lisboa: Editorial presença, 1993.
- AUROUX, S. *Filosofia da linguagem*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Unicamp, 1998.
- BARTHES, R. *Aula*. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1978.
- BECK, M. *Aurora Mexicana – Processos de resistência-revolta-revolução em lutas populares da América Latina: o exemplo do discurso zapatista*. 175 f. Tese (Doutorado em Letras) - UFSM, Santa Maria, 2010.
- DINOUART, A. *A Arte de Calar*. [1771] Apresentação de Jean-Jacques Courtine e Claudine Haroche. Tradução de Luis Felipe Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 80 p.
- EL-JAICK, A. P. *O ceticismo nos estudos da linguagem: sobre Contra os gramáticos, de Sexto Empírico*. 197 f. Tese (Doutorado em Letras)– PUC do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- NAVARRO, L. H. “A Força do silêncio” [1998] In: BUENROSTRO Y ARELLANO; OLIVEIRA, A. U. de. (org.)

Chiapas: Construindo a Esperança. Tradução de Maria José Rinaldo Barboza et al. São Paulo: Paz e Terra/ México: La Jornada, 2002.

HAROCHE, C.; COURTINE, J.-J. Apresentação: Os Paradoxos do Silêncio. (2001) In: DINOUART, A. *A Arte de Calar*. Apresentação de Jean-Jacques Courtine e Claudine Haroche. Tradução de Luis Felipe Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 80 p.

MELVILLE, H. *Bartleby, o escrivão*. Tradução de A. B. Pinhérios Lemos. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

ORLANDI, E. P. *As Formas do Silêncio*: No movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2007. 182 p.

PÊCHEUX, M. *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. [1983] Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 3.ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. [1978] In: *Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana Mabel Serrani. 3. ed. Campinas. Ed. Unicamp, 1997.

STIRNER, M. *O Único e sua Propriedade*. Tradução de João Barrento. São Paulo, Martins Fontes, 2009.

TFOUNI, F. E. V. O Interdito e o Silêncio: duas abordagens do impossível na linguagem. In: *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, v. 8, n. 2, p. 353-371, maio/ago, 2008.

VILA-MATAS, E. *Barterbly e companhia*. Tradução de Maria Carolina de Araújo e Josely Vianna Baptista. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

ŽIŽEK, S. *A Visão em Paralaxe*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo Boitempo, 2008a. 507 p.

_____. *Bem-vindo ao Deserto do Real!* Cinco Ensaios sobre 11 de Setembro e Datas Relacionadas. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003. 191 p.

_____. *Viver no Fim dos Tempos*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2010.

O silêncio como resistência à banalização da linguagem¹

Noeli Tejera Lisboa²

*Os céus proclamam a glória de Deus e o
firmamento anuncia as obras das suas mãos.
Um dia discursa a outro dia, e uma
noite revela conhecimento a outra noite.
Não há linguagem, nem há palavras,
E deles não se ouve nenhum som;
no entanto, por toda a terra se faz ouvir
a sua voz; e as suas palavras até os confins do
mundo". Salmo 19: 1- 4*

Haja luz. Com este enunciado, a Bíblia inaugura, na fala divina, a primeira manifestação da linguagem sobre a Terra; para acrescentar logo em seguida: *e viu Deus que a luz era boa; e fez separação entre a luz e as trevas.* O surgimento da luz dá, assim, visibilidade às trevas. A palavra, ao surgir, portanto, faz a separação entre luz e trevas e, ao mesmo tempo, traz à luz o que antes era só silêncio. Com o surgimento da palavra, surge, juntamente, a consciência do silêncio.

Contrariando a visão corrente baseada no evangelho do apóstolo João, onde se lê que, *no princípio,*

¹ Este trabalho é parte de uma reflexão desenvolvida na dissertação de mestrado *A pontuação do silêncio — uma análise discursiva da obra da escritora Clarice Lispector, sob orientação da Professora Freda Indursky, no PPG Letras/Instituto de Letras/ UFRGS - 2008*

² Jornalista, Mestre em Letras_PPG/UFRGS. E-mail: noelisboa@gmail.com

era o verbo, a teórica e discursivista da Unicamp, Eni Orlandi diz: *No início é o silêncio*. E inicia ela própria, com isto, uma mudança nos rumos das reflexões sobre a linguagem, desenvolvidas até então nos estudos linguísticos. Mudança fundamental porque, ao provocar um deslocamento da noção negativa de silêncio como o nada, o vazio, para fundante da linguagem, Orlandi dá ao silêncio uma dimensão que remete ao caráter de incompletude do dizer, essencial ao movimento dos sentidos. “Não se pode pensar o sentido sem silêncio”. (ORLANDI, 1997, p.173)

É, portanto, este espaço de silêncio, que atravessa as palavras e as constitui, que possibilita o movimento dos sentidos. Não fosse o silêncio, observa Orlandi, e os sentidos seriam fixos. No silêncio, diz ela, o sentido é. E, podemos acrescentar: na linguagem, o sentido está. Está a partir de determinadas condições de produção e de acordo com a formação discursiva do sujeito que fala. Está, portanto, sujeito a deslizamentos, a efeitos de sentido e a gestos de interpretação.

O silêncio passa, assim, nesta reflexão, do lugar do vazio ou nada, para o fator fundamental do movimento dos sentidos e do próprio sujeito na sua ilusão de fonte do seu saber e da sua unicidade.

Assim é que vemos a relação entre palavra e silêncio: a palavra imprime-se no contínuo significativo do silêncio e ela o marca, o segmenta e o distingue em sentidos discretos, constituindo um tempo (*tempus*) no movimento contínuo (*aevum*) dos sentidos no silêncio. Podemos enfim dizer que há um ritmo no

significar que supõe o movimento entre silêncio e linguagem (Ibidem, p.25).

Das dificuldades peculiares de se compreender o funcionamento do silêncio, destaca Orlandi, a principal é que ele não tem marcas. Ele é fugaz, acrescenta: é contínuo e disperso. Sendo assim, não deixa marcas, mas pistas. Algumas destas pistas, apontadas por Orlandi, são a elipse, a reticência, a descontinuidade temática, a subdeterminação semântica e a preterição, isto é, o silêncio que é projetado para o futuro discursivo. Ou seja, o silêncio abarca o já-dito (interdiscurso), o não-dito, e o vir-a-ser, comandando, no movimento que estabelece com as palavras, o ritmo da significação.

Embora a manifestação do silêncio na linguagem, segundo Orlandi, normalmente, apenas possa ser percebido através de pistas, acreditamos que, no corpus que vamos examinar, a obra de Clarice Lispector, o silêncio é marcado através da pontuação, deixando antever claramente a reflexão da escritora a respeito da linguagem. A pontuação em Clarice é marca do silêncio e não pista, funcionando como uma marca gráfica do impossível de dizer, da descontinuidade temática, da infinitude do discurso.

Silêncio: o real do discurso

Embora vivamos no interior do ato do discurso, diz o pensador George Steiner, não devemos pressupor que uma matriz verbal seja a única em que as articulações e o comportamento da mente são

concebíveis, como o ícone ou a nota musical. “E existem atividades do espírito enraizadas no silêncio. É difícil falar delas, pois como poderia a fala transmitir adequadamente a forma e a vitalidade do silêncio?” (STEINER, 1988, p.30)

Steiner observa, ainda, que a atual filosofia analítica francesa atribui grande autoridade ao silêncio.

Para Brice Parain, a linguagem é o limiar do silêncio. Para Henri Lefebvre, o silêncio **está ao mesmo tempo no interior da linguagem e em seus lados próximos e distantes**. A maior parte de sua teoria da linguagem está subordinada a padrões organizados de silêncio do código linguístico, que, sob outros aspectos, **é contínuo e, por conseguinte, indecifrável. O silêncio “tem um outro discurso que não o comum”**(um autre dire que le dire ordinaire), sendo, no entanto, linguagem significativa. (Ibidem, p.73) (grifos nossos).

É desta concepção filosófica de silêncio como um contínuo que significa, mas de um outro modo, que parte Eni Orlandi. “O silêncio é matéria significante por excelência, um continuum significante”. Mais do que um contínuo, o silêncio é o *real da significação*. Ou seja, o impossível de dizer ou o impossível de ser dito de outro modo. “O silêncio é o real do discurso” (ORLANDI, 1997, p.31). Impossível de ser dito, o silêncio é, assim, o espaço que, permitindo o movimento dos sentidos, nos mostra que o próprio da linguagem é a incompletude.

Numa outra perspectiva, mas, em muitos pontos, coincidente com a Análise do Discurso, Steiner nos diz

que, na linguagem, estão explicitadas de modo singular a identidade e a presença histórica do homem.

Aquilo que chamamos de fato pode muito bem ser um véu tecido pela linguagem para ocultar da mente a realidade. Wittgenstein obriga-nos a indagar se a realidade pode ser expressa pela fala, já que a fala é apenas uma espécie de regressão infinita, palavras ditas sobre outras palavras (...) Para Wittgenstein a linguagem só pode ligar, de modo significativo, com um segmento especial e restrito da realidade. O resto, e é provável que seja a maior parte, é silêncio. (Ibidem, p. 39-40)

A este silêncio, Orlandi apõe ainda o silenciamento da censura, ou o interdito, que diz para evitar dizer. Um exemplo claro disto temos na divulgação pela mídia do seqüestro dos uruguaiois Lilian e Universindo Diaz, em fins de 78, em Porto Alegre, pela repressão uruguaia em aliança com a polícia civil gaúcha. Durante o longo tempo em que este seqüestro foi divulgado, ele foi denominado, por parte da mídia, como desaparecimento, forma de isentar os governos brasileiro e uruguaio de sua evidente responsabilidade pelo ocorrido.

Nomeação e silêncio, destaca Orlandi, fazem parte do mesmo processo. “Toda fala instala espaços de silêncio e o ato de nomear recorta esses espaços definindo-os”. (ORLANDI, 1989, p. 42). É a isto que ela chama de forclusão do sentido, ou silêncio constitutivo: é preciso não dizer para poder dizer.

Podemos dizer, generalizando, que toda denominação apaga necessariamente outros sentidos possíveis, o que mostra que o dizer e o silenciamento são inseparáveis: contradição inscrita nas próprias palavras. (ORLANDI, 1997, p. 76).

Cabe aqui destacar que o real do discurso é o silêncio fundante, pois há outras formas de silêncio, ou melhor dito, de silenciamento. O real não é o interdito. Ele é da ordem do impossível. Estes dizeres (o interdito) são dizeres silenciados que podem desaparecer ou reaparecer, conforme a formação discursiva do sujeito ou de acordo com as condições de produção do seu discurso. Há, porém, o silêncio do real do discurso que, embora da ordem do indizível só nós é dado pela linguagem. É aquilo da experiência do sujeito que não pode ser alcançado pelo simbólico. Significa que entre nós e o mundo há uma cisão que se dá pela linguagem. Clarice trabalha exatamente no espaço desta cisão, questionando os sentidos já postos a partir do silêncio.

O não dito tem, muitas vezes, mais força que o dito. Um dos exemplos disto é o ritual de um minuto de silêncio feito, em muitas partes do mundo, em homenagem, normalmente, a mortos. Ou como diz Wittgenstein: “Acerca daquilo de que não se pode falar, tem que se ficar em silêncio”. (1995, p.142). Ou ainda Steiner: “O inefável encontra-se além das fronteiras das palavras” (1988, p.30).

Enquanto continuum significante, o silêncio, ao ser recortado, inunda a palavra com sua presença: ele habita o seu interior e traça os seus limites. O silêncio é, assim, conforme Audouard, o núcleo ativo da palavra.

“A palavra verdadeira, essa palavra plena de que falava Lacan, procede do silêncio e volta a ele” (AUDOUARD, 1989, p.121). Psicanálise e Análise de discurso se encontram, aí, em muitos pontos, como vemos, para dizer que o silêncio é fundante e constitutivo, possibilitando o movimento dos sentidos. Ou como diz ainda Audouard: “o silêncio é um limite que, no coração, da palavra, em seu seio, a todo momento introduz esta palavra num “porvir” imprevisível”. (op.cit., p.121)

A crise da linguagem

Aqui jaz um grande poeta.

Nada deixou escrito.

*Este silêncio, acredito, são suas obras
completas. (Paulo Leminski)*

A cultura de massas levou a uma banalização da palavra que terminou por devalorizá-la e brutalizá-la. Da mesma forma, as atrocidades cometidas pelo homem levaram a um esvaziamento dos sentidos, provocando uma crise da linguagem. A tal ponto que, segundo o ensaísta e crítico literário George Steiner, o mais expressivo poema, talvez, seja aquele mesmo que o poeta não escreveu.

Questionando a perenidade da palavra como base da comunicação humana, George Steiner destaca a importância dos significados do silêncio em contraponto ao vazio alcançado pela linguagem. “Como aquilo que é inovador e penetrante o suficiente para ser dito poderá ser ouvido em meio ao clamor da inflação verbal?” (STEINER, 1988, p. 65-6). “Em meio a tudo o que se

imprime aos borbotões, que palavras se converterão em expressão? — e onde está o silêncio necessário para que se possa ouvir essa metamorfose?” (op.cit., p.74). O silêncio faria, assim, aí, sua entrada, como forma de chamar atenção para o dito. O que vem ao encontro das reflexões da análise de discurso de que o silêncio, assim como a linguagem, tem suas condições de produção.

Steiner considera que, no século XX, houve um desgaste da linguagem.

Quais são as relações da linguagem com as falsidades homicidas que ela foi forçada a expressar de modo inteligível e consagrar em alguns regimes totalitários? Ou com o grande fardo de vulgaridade, de imprecisão e de ganância que ela carrega em uma democracia de consumo de massa? (op.cit., p.13)

É preciso se ter clareza, diz ele, de que a língua não é inocente dos horrores cometidos por seu intermédio: *Não foi só que tenha acontecido de um Hitler, de um Goebbels, de um Himmler falarem alemão. O nazismo encontrou na língua exatamente o que precisava para expressar sua selvageria. Hitler ouviu, dentro do idioma pátrio, a histeria latente, a confusão, a qualidade do transe hipnótico. Durante o Reich, acrescenta Steiner, o que se ouviu não foi silêncio ou evasão, mas um imenso despejar de palavras precisas e serviçais (...)*

Os homens que despejaram cal viva pelas aberturas dos esgotos de Varsóvia para matar os vivos e disfarçar o fedor dos mortos escreveram cartas para casa, contando isso. Falaram de ter de “liquidar os insetos”. Em cartas pedindo fotos de familiares ou enviando votos de boas festas. Noite feliz, noite de

paz. Gemütlichkeit. Uma língua usada para administrar o inferno, incorporando os hábitos do inferno a sua sintaxe. (Ibidem, p.138)

Aos poucos, destaca Steiner, as palavras perderam seu significado original e adquiriram definições de pesadelo. “‘Solução final’, endgültige Lösung, passou a significar a morte de seis milhões de seres humanos em câmaras de gás”. (ibidem, p. 138) A língua de uma comunidade, diz ele, chega a uma situação perigosa quando um estudo da precipitação radioativa pode ser intitulado “Operação Brilho do Sol”. (Ibidem, p.45).

Seria interessante, talvez, pensar no que diz respeito à literatura de Clarice Lispector, que promove um esfacelamento do sujeito e da linguagem, que Clarice era judia. Nascida com o nome de Haia, na Ucrânia, a escritora imigrou para o Brasil, com poucos meses de vida, junto com os pais que fugiam dos *pogroms* e das dificuldades econômicas decorrentes da primeira guerra mundial. Como praticamente toda sua família, trocou de nome ao ingressar no território nacional. No Brasil, Clarice Lispector conviveu com a ditadura Vargas, no Estado Novo, — 1937 a 1945 — que teve uma relação dúbia com os nazistas. Parte do governo Vargas, representado por Filinto Muller e o General Dutra, era claramente pró-nazista. Vai para a Europa em 1944 acompanhando o marido diplomata, onde pega a segunda grande guerra. Durante algum tempo, presta ajuda num hospital de soldados brasileiros em Nápoles, Itália. Separada do marido em 1959, retorna ao Brasil,

onde se dá, poucos anos depois, o golpe militar. Viveria, daí para a frente, sob o regime ditatorial até 1977, ano de sua morte.

Com base nas reflexões de Steiner, podemos dizer que Clarice vivenciou duplamente o desgaste da linguagem promovido por um regime totalitário: tanto o dos nazistas como o da ditadura militar. Disfarçada de democracia, a ditadura militar nunca se assumiu como tal e inventou expressões como *revolução redentora* para se referir ao *golpe militar*; *operação limpeza* para denominar uma operação de extermínio de opositores do regime que promoveu o “desaparecimento” de 80 presos políticos entre 1973 e 1975; determinadas instituições como o Departamento de Ordem Política e Social — DOPS ficaram conhecidas pela prática costumeira da tortura, em nada condizente com o seu nome. *Paraíso* era como os torturadores se referiam a um centro de torturas do exército no Rio de Janeiro.

Apesar das línguas terem grandes reservas de vida, o que lhes permite absorver grandes quantidades de histeria, analfabetismo e vulgaridade, há um ponto de ruptura, acrescenta Steiner:

Uma língua ser usada para conceber, organizar e justificar Belsen; ser usada para compor especificações para câmaras de gás; ser usada para desumanizar o homem durante doze anos de calculada bestialidade. Algo acontecerá com ela. (1988, p. 139).

Desgaste pelo uso da mídia, desgaste pelo uso brutal e distorcido que dela é feito, ou, ainda, limites que lhe são inerentes pelo seu próprio caráter de

incompletude, é na linguagem e através da linguagem que percebemos que nem tudo pode ser dito. E percebemos pelo tanto de silêncio que, nela, se manifesta. Nesse trabalho, entre palavra e silêncio, a literatura é um espaço singular, onde o escritor, ciente das limitações da linguagem, trabalha as suas fronteiras, exatamente a partir do silêncio que lhe é próprio. Clarice Lispector expressou de muitos modos esta impossibilidade da linguagem de dar conta da experiência humana. “Viver não é relatável”, diria ela na *Paixão Segundo GH*, romance lançado em 1964. (PSGH, p.15). Ou, ainda, em *Sopro de vida*, obra póstuma: “Não sei expressar-me por palavras. O que sinto não é traduzível. Eu me expresso melhor pelo silêncio”. (SV, p.35).

O silêncio como resistência

Este livro é um silêncio
Clarice Lispector

O escritor Juan Jose Saer, no artigo *A arte de dizer menos* (Caderno Mais, 1999), defende o silêncio na literatura como uma forma de se contrapor à tagarelice da mídia. O silêncio em seus livros, diz, é, em certa medida, a tradução da opacidade do mundo. E acrescenta que, em sua obra, *o verdadeiro da trama fica em silêncio*.

Estes espaços de silêncio, destaca Saer, são fundamentais na literatura porque dão o caráter subjetivo ao texto e são como uma reação à

comunicabilidade ruidosa da imprensa que não comunica nada.

O silêncio que busco em meus livros se relaciona com uma espécie de reserva de subjetividade. Mas não aquela subjetividade romântica, que partia da psicologia dos personagens. Não se trata de criar um tipo, um caráter, mas de conferir uma existência subjetiva a partir do que é silenciado.

O silêncio dá, assim, maior densidade ao que é dito: *É como se as coisas que não são ditas, mas que estão subjacentes ao texto, lhe conferissem uma outra dimensão.*

Para Steiner, uma vez que a linguagem perdeu a vitalidade pelo seu uso político distorcido, “o instrumento à disposição do escritor moderno está ameaçado por restrição a partir do exterior e por decadência a partir do interior” (1988, p.46). Em decorrência, observa, o silêncio tem crescido na literatura: “na maior parte da poesia moderna, o silêncio representa as exigências do ideal: falar é dizer menos.” (op.cit., p.68)

O fato da língua alemã ter servido nos campos de concentração fez com que muitos escritores alemães exilados, ou sobreviventes do nazismo, perdessem a esperança em seu instrumento, destaca ele: “Em sua **Canção de exílio**, Karl Wofskehl declarou que a verdadeira palavra, a língua do espírito vivo, estava morta: E se mil palavras tivésseis: A palavra, a palavra está morta.” (STEINER, ibidem, p.111)

Para Ionesco, contudo, destaca o próprio Steiner, esta insuficiência está na própria linguagem: “[...] Inexistem palavras para a experiência mais profunda.

Quanto mais tento me explicar, menos me entendo. Evidentemente, nem tudo é indizível em palavras, apenas a verdade viva.” (IONESCO, apud STEINER, p.72) Esta é também a concepção que encontramos em Clarice Lispector: *O que não sei dizer é mais importante do que o que digo*.

“A arte não pode estancar a barbárie nem transmitir a experiência quando esta se torna indizível”, complementa Steiner. Temos, aí, duas coisas distintas e, igualmente, importantes na literatura: uma insuficiência própria da linguagem e um desgaste das palavras pela banalização do seu uso. Clarice tem uma reflexão sobre a primeira e uma escritura transgressiva que opera na contramão da segunda, ambas pelo funcionamento do silêncio.

Sempre que se aproxima dos limites da forma expressiva, a literatura, diz Steiner, chega à praia do silêncio:

Nada há de místico nisso. Somente a constatação de que o poeta e o filósofo ao investirem a linguagem de máxima precisão e iluminação, tornam-se cômicos, e também ao leitor, de outras dimensões que não podem ser circunscritas por palavras. (STEINER, *ibidem*, p. 112).

Este lugar de falha da linguagem é para Authier-Revuz o lugar mesmo de inscrição da literatura (1997, p. 258). Neste mesmo sentido, Mônica Zoppi-Fontana, reportando-se à tipologia de Orlandi sobre o funcionamento do discurso, classifica o discurso literário como lúdico:

nele, o non-sense, o equívoco e o silêncio irrompem sem prévio aviso e sem dar satisfação. O lúdico se constitui, assim, na sua relação necessária com o imprevisto, com o imprevisível, com o não dito, com o indizível. Em função disto, acrescenta ela, o lúdico faz acontecimento, produzindo deslocamentos em processos já legitimados e sedimentados de produção de sentido e configurando novos espaços de significação. (ZOPPI-FONTANA, 1998, p. 60).

Na escritura de Clarice, nós encontramos diversos exemplos disto na utilização inusitada da pontuação em início e final de romances, como a vírgula que abre o romance *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*, ou os dois pontos que encerram esta mesma obra. Lispector configura aí novos espaços, inclusive, de concepção da própria obra literária uma vez que não há fechamento. Como exemplo, temos, ainda, o final de *Sopro de vida*:

E agora sou obrigado a me interromper porque Ângela interrompeu a vida indo para a terra. Mas não a terra em que se é enterrado e sim a terra em que se revive. Com chuva abundante nas florestas e o sussurro das ventanias.

Quanto a mim, estou. Sim.

“Eu...eu...não. Não posso acabar”.

Eu acho que... (SV, p. 159)

Insuficiência da língua ou desgaste devido a sua banalização, o escritor tem que lidar com seu instrumento. E diante dele se colocam dois caminhos,

segundo Steiner: ele pode tentar tornar seu próprio idioma representativo da crise geral, tentando transmitir por meio dele a precariedade e vulnerabilidade do ato comunicativo; ou pode optar pela retórica suicida do silêncio. (STEINER, op.cit., p. 70)

Clarice optou por se aventurar nos limites da linguagem que, para ela se apresentavam tão coercitivos que melhor seria escrever sem palavras:

(...) o que atrapalha ao escrever é ter de usar palavras. É incômodo. Se eu pudesse escrever por intermédio de desenhar na madeira ou de alisar uma cabeça de menino ou de passear pelo campo, jamais teria entrado pelo caminho da palavra. Faria o que tanta gente que não escreve faz, e exatamente com a mesma alegria e o mesmo tormento de quem escreve, e com as mesmas profundas decepções inconsoláveis: não usaria palavras. O que pode vir a ser a minha solução. Se for, bem-vinda.

Ciente das limitações da palavra, Clarice, ao trabalhar o silêncio de forma expressiva em sua obra, torna evidente a incompletude própria da linguagem, fazendo da prática literária uma expressão do que vamos encontrar formulado teoricamente em Orlandi como: o silêncio é o real do discurso.

O silêncio em Clarice

Escrever é difícil porque toca nas raias do impossível.

O enunciado de Clarice Lispector expressa bem a percepção de uma escritora que sondou em todas as suas possibilidades os limites da linguagem. Ou seja, que chegou até onde a linguagem não vai. E, neste percurso, nos deu o indizível. Este impossível de ser dito, ou real da língua, Clarice nos dá, evidentemente, não pela linguagem, mas através do silêncio, marcado de forma expressiva nos textos da escritora através da pontuação. O indizível, portanto, nas palavras da própria Clarice, nos é dado pelo fracasso da linguagem.

A presença do silêncio como fundante da linguagem e constituinte do sentido está na base da teoria da Escola francesa de Análise do Discurso. Embora esta formulação não esteja expressa na teoria da AD, tal como fundada por Pêcheux — o silêncio só veio a ser teorizado como fundante da linguagem por Eni Orlandi — está subjacente a todas as noções com que a AD trabalha: sujeito, sentido, gesto de interpretação, interdiscurso, memória, efeito de sentido, posição sujeito, formação discursiva, heterogeneidade; todas elas são noções que se fundam e operam a partir do funcionamento do silêncio.

Definido como o real do discurso por Orlandi (1997), o silêncio é o cerne da teoria da AD, pois é exatamente aquilo que a linguagem não alcança e que, ao mesmo tempo, permite a movência dos sujeitos e dos sentidos, determinados pelos processos de ordem histórica e inconsciente. E, neste ponto do real do discurso, ou no silêncio, a escritura de Clarice Lispector e a Análise do Discurso se encontram.

Uma vez que a Análise do Discurso se pretenda uma teoria crítica da linguagem, o percurso desenvolvido pelo analista do discurso no desenvolvimento do seu trabalho, tanto do ponto de vista teórico quanto analítico, deve estar direcionado exatamente para a elaboração desta crítica a partir da exposição ao olhar do leitor da forma como se constituem os processos discursivos, e de que forma é criada a ilusão de unidade do texto. Esta desconstrução do tecido textual de forma a se perceber o processo de textualização do discurso é também encontrada na obra de Clarice Lispector, embora por outro viés. A escritora simplesmente discursiviza seu texto evitando fechá-lo de algum modo, denunciando, nesta falta de unidade do texto, a sua dispersão, a sua descontinuidade, e o fato de que tanto o início como o final de um texto são apenas efeitos, pois o discurso é contínuo.

A obra *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*, de Lispector, por exemplo, inicia com uma vírgula, seguida de gerúndio: *estando tão ocupada viera das compras de casa que a empregada fizera às pressas (...)* O mesmo romance Clarice encerra com dois pontos: — *Em penso, interrompeu o homem e sua voz estava lenta e abafada porque ele estava sufocado de vida e de amor, eu penso o seguinte:*

Já em seu primeiro romance, *Perto do Coração Selvagem*, a autora chama atenção pelo inusitado da pontuação quando utiliza, por exemplo, reticências nos seguintes títulos: *O pai... ; ... A Mãe.. ; ... A tia... ; ...O banho...*

Embora, nos três exemplos, a pontuação marque espaços de silêncio, podemos afirmar que, nos dois primeiros, tanto a vírgula no início, quanto os dois

pontos ao final, jogam o leitor para o interdiscurso, marcando a continuidade do discurso; ou seja, deixam claro que todo discurso é um recorte numa rede discursiva, sem início e sem fim. Já no terceiro exemplo, o silêncio obtido com a presença das reticências nos títulos nos remete para o real do discurso, ressaltando sentidos que não encontraram palavras no dizer. De acordo com a psicanalista Maria Claude Thomas o silêncio de “calar-se” é completamente diferente do silêncio da palavra que falta. Enquanto o primeiro vela, o outro desvela; o primeiro pára, o outro recoloca em movimento; um é profundamente obscuro, o outro interpreta. (THOMAS, 1989, p.77). Esta colocação em movimento, deixando em aberto outras possibilidades de sentido, é o que vemos nos títulos de Clarice que, por sua simplicidade, passariam completamente batidos não fossem as reticências a nos revelarem o silêncio ali presente.

Temos aí duas coisas distintas e, igualmente, importantes na literatura: uma insuficiência própria da linguagem e um desgaste das palavras pela banalização do seu uso. Clarice tem uma reflexão sobre a primeira e uma escritura transgressiva que opera na contramão da segunda, ambas pelo funcionamento do silêncio.

É assim pela linguagem que nós percebemos o real do discurso, ou mais precisamente, como diz também Clarice Lispector, pelo fracasso da linguagem: “Eu tenho a medida que designo — e este é o esplendor de se ter uma linguagem. Mas eu tenho muito mais à medida que não consigo designar. A realidade é a

matéria-prima, a linguagem é o modo como vou buscá-la — e como não acho.” (PSGH, p.113).

É este indizível que Clarice nos dá em sua obra, através do trabalho sobre/na abertura do simbólico, mostrando que os sentidos sempre podem ser outros e que há um impossível que insiste: “Sim, que estava compreendendo as palavras, tudo que elas continham. Mas apesar de tudo a sensação de que elas tinham uma porta falsa, disfarçada, por onde se ia encontrar seu verdadeiro sentido” (PSGH, p.55).

O silêncio em Clarice Lispector trabalha no sentido contrário ao do silenciamento ou interdito. Enquanto este busca a evidência de um sentido único num trabalho da ideologia, através da repetição incessante do mesmo, Clarice trabalha, através do silêncio, com a reverberação dos sentidos em muitas direções até o ponto do sentido não traduzível em palavras, mostrando que a linguagem sempre nos limita numa rede de já dito e que a experiência humana ultrapassa estes limites. *Viver não é relatável* e esta impossibilidade de dizer está também ligada às dificuldades de se romper a estrutura da língua.

A língua é fascista. Com esta afirmação, no texto *A aula*, palestra inaugural de seu ingresso no *Collège de France*, Roland Barthes introduz uma das mais contundentes críticas à linguagem na modernidade. O fascismo, diz ele, ao discorrer sobre a língua, *não é impedir de dizer é obrigar a dizer*. (BARTHES, 1989, p.14). Este fascismo, inerente à própria língua e, por extensão, à linguagem é, por excelência, a sustentação de todo poder. Como diz Leyla Perrone-Moisés, estudiosa de Barthes e sua tradutora para

o Brasil, no prefácio de *O Rumor da língua*, a lição de Barthes poderia ser resumida assim:

A linguagem não é mero instrumento do homem; é ela que constitui o homem. As línguas carregam uma história, trazem nelas as marcas de usos anteriores, e essa carga de passado entrava a renovação do homem e as mudanças em sua história. (PERRONE-MOISÉS, 1988, p.14).

Sendo a linguagem exatamente aquilo que impede a renovação do homem e a transformação de sua história, onde estaria então o espaço de resistência, ou melhor dito, o espaço de transgressão? Na própria crítica da linguagem, esta é a resposta de Barthes. E, para isto, não basta a tentativa de comunicar novos sentidos, mas é preciso trabalhar as formas da linguagem, libertá-la do que tem de estereotipado. É, então, sobre as formas e não sobre os conteúdos que Barthes centra seu foco no que considera o trabalho fundamental da escritura. Revolucionária, portanto, seria a forma e não o conteúdo.

Cunhada por Barthes, nos anos 60-70, a noção de *escritura* — a tradução literal seria escrita, mas, no Brasil, convencionou-se usar escritura devido ao uso já corrente da expressão escrita para qualquer texto escrito — vem sendo largamente utilizada pela teoria literária e, no nosso entender, encontra uma manifestação plena na obra de Clarice Lispector.

É ao professar e ilustrar que nenhuma linguagem é inocente (...), segundo Barthes, que a literatura é revolucionária. É, portanto, ao fazer a crítica da

linguagem que a literatura se torna escritura. Deste ponto de vista alguns escritores como Proust e Flaubert, considerados pelo filósofo Jean-Paul Sartre como burgueses, são citados por Barthes, junto com Mallarmé e Joyce, como responsáveis por uma exploração radical da linguagem. Fato semelhante ocorreu com Clarice Lispector, no Brasil. Duramente criticada, durante o período da ditadura militar, como uma escritora alienada, pela ausência de crítica social em sua literatura, a escritora chegou a ser colocada no cemitério dos mortos-vivos, criação do cartunista Henfil, no jornal *O Pasquim*, para onde eram enviadas as figuras públicas consideradas coniventes com o regime militar.

À medida em que se inicia a abertura política, a partir do governo Geisel, meados dos anos 70 portanto, Clarice passa a receber reconhecimento unânime da crítica, especialmente, por sua inovação no campo da linguagem. *O que mudou?* perguntaria ela numa entrevista. E acrescenta: *Eu nunca cedi*.

Estabelece-se, aí, uma separação entre atuação política e atuação crítica. Colocar o estereótipo à distância, não é uma tarefa política, segundo Barthes, pois a própria linguagem política é feita de estereótipos. Está implícita, nesta posição, uma crítica à literatura engajada que busca uma transformação do mundo através de uma linguagem que, presa a sentidos desgastados pela historicidade que carregam, impede a própria transformação a que esta literatura se propõe. O vocábulo revolução é um exemplo deste desgaste. Depois de ter sido amplamente utilizado pela ditadura militar brasileira que denominou o golpe de revolução

redentora, o que de revolucionário resta, ainda, numa proposta de revolução, é a pergunta que se coloca.

Colocar o estereótipo à distância é, assim, para Barthes, uma tarefa crítica; tarefa que visa colocar em crise a própria linguagem, já que criticar é exatamente “por em crise” (BARTHES, 1988, p. 320-21). Deste modo, no entender de Barthes, escritura não se confunde nem com estilo e nem com literatura. “Onde se transgride a norma aparece a escritura.” (BARTHES, 1988, p.170).

Mediada pela linguagem, a realidade sofre a injunção da interpretação dada por uma língua historicamente gasta, com suas cargas de passado. Somente a escritura, como uma crítica da linguagem, pode frustrar o jogo de qualquer retórica, qualquer lei de gênero, qualquer arrogância do sistema, defende Barthes, pois é atópica. Nela, acrescenta, é o desejo que circula e não a dominação (BARTHES, 1988, p.127).

Esta passagem da escrita para a escritura, promovendo uma crítica da linguagem é o que acreditamos que Clarice Lispector faz em sua obra, levando o leitor até as bordas da linguagem até a percepção do indizível. Na contramão do trabalho da ideologia, que simula a evidência de um sentido só, Clarice abre os sentidos, chamando o leitor a participar, quase que obrigatoriamente de sua escritura.

Embora, do ponto de vista da AD, toda leitura, ao ser um gesto de interpretação, promove também uma escritura, sendo o sujeito-leitor, junto com o sujeito-autor, decorrentes do efeito-texto (INDURSKY, 2001), a escritura de Clarice promove um desacomodamento nos lugares de autor e leitor. Como se dá este

desacomodamento? Por uma transgressão das normas textuais. O efeito-texto, diz ainda Indursky, é um espaço simbolicamente fechado, ilusoriamente dotado da homogeneidade e de completude. É com este fechamento exatamente que Clarice promove a ruptura escancarando, nessa ruptura, o processo mesmo de textualização do discurso.

SDR 1 _ _ _ _ _ estou procurando, estou procurando. Estou tentando entender. Tentando dar a alguém o que vivi e não sei a quem, mas não quero ficar com o que vivi. Não sei o que fazer do que vivi, tenho medo dessa desorganização profunda. Não confio no que me aconteceu. Aconteceu-me alguma coisa que eu, pelo fato de não a saber como viver, vivi uma outra? A isso quereria chamar desorganização, e teria a segurança de me aventurar, porque saberia depois para onde voltar: para a organização anterior. A isso prefiro chamar desorganização pois não quero me confirmar no que vivi — na confirmação de mim eu perderia o mundo como eu o tinha, e sei que não tenho capacidade para outro. (PSGH, p. 9)

SDR 2 O mundo independia de mim — esta era a confiança a que eu tinha chegado: o mundo independia de mim, e não estou entendendo o que estou dizendo: nunca! Nunca mais compreenderei o que eu disser. Pois como poderia eu dizer sem que a palavra mentisse por mim? Como poderei dizer senão timidamente assim: a vida se me é. A vida se me é, e eu não entendo o que digo. E então adoro — — — — — (PSGH, p. 116)

Nas seqüências discursivas de referência 1 e 2, temos dois exemplos da transgressão obtida por esta ruptura. As seqüências 1 e 2 são, respectivamente, o início e o final do romance *A paixão segundo GH*, de Clarice Lispector. Na **SDR 1**, a personagem GH sai de uma experiência da ordem do indizível. Experiência de identificação, a partir do encontro com uma barata no quarto da empregada, com o núcleo da vida: o ser. A experiência é marcada, no texto, por seis travessões que dão início à obra. Esta experiência não existe possibilidade de ser contada porque não há palavras para exprimi-la.

GH prefere, então, denominar esta experiência como *desorganização* para, através da nomeação, poder retornar à organização anterior, ou seja, ao universo conhecido, a saber, aquele já historicizado pelas palavras. Reconhecer a experiência como vida, como vivida, significaria perder todo o mundo contido no campo do simbólico. Assim sendo o retorno para o campo do simbólico é precedido por seis travessões que separam o dito do impossível de dizer.

Já na **SDR 2**, contudo, ela retoma a experiência e sua consequência, ou seja, a de que há um mundo não nomeado e independente de interpretação, um mundo inumano, por assim dizer, ao qual o homem só tem acesso através da linguagem. É onde falha a construção, diz a própria Clarice, que temos o indizível. Falar significa, nessa medida, mentir, uma vez que as palavras não dão conta de expressar este Universo impessoal e nem tampouco da relação do homem com o mundo. O final do parágrafo, também final do romance *A paixão*

segundo GH marca, novamente, esta falta de palavras para esta experiência do fora da linguagem através de seis travessões. Em ambas as seqüências discursivas, nós vemos o que Barthes chama de crítica da linguagem pelo uso de travessões tanto no início quanto no final de *A paixão segundo GH*, numa clara transgressão da sintaxe.

Do ponto de vista gramatical, o travessão é uma pausa rítmica que não quebra a continuidade do discurso, indicativa de que a frase ainda não foi concluída. (ROCHA LIMA, 1972, p. 422). Lispector faz aí, neste uso inusitado do travessão, aquilo que Barthes chama de crítica da linguagem. Mais, ao nos remeter, aparentemente, para o interdiscurso, ela nos lança, efetivamente, no silêncio, no real do discurso.

Clarice Lispector, ao transgredir as normas da sintaxe, discursivizando o texto passa, então, da escrita para o que Barthes chama de escritura: “a escritura pode fazer tudo de uma língua e, em primeiro lugar, devolver-lhe a liberdade” (BARTHES, 1988, p. 245), “pois apenas ela tem o condão de abolir a má-fé que se liga a toda linguagem que se ignora” (1988, p. 27). O estereótipo, diz Barthes, é triste, porque é constituído por uma necrose da linguagem. A ação social do escritor, para Barthes, portanto, não é, ao modo de Sartre, uma ação de denúncia ou de representação da realidade, mas é através de um exercício subversivo sobre a própria língua, onde o dizer encontra outras possibilidades ainda não exploradas pelas palavras “já contaminadas pelo uso” (FOUCAULT, 2000).

A literatura para Barthes é a possibilidade de se subverter a língua. Esta subversão é que acreditamos

encontrar na obra de Clarice. Ao desconstruir o texto no próprio texto, Clarice faz um percurso próximo ao da AD: denuncia a presença do discurso na textualização e mostra que a linguagem não é transparente. Jogando o leitor constantemente do eixo da formulação para um ponto indefinido do eixo da constituição, ela faz com que ele busque seus próprios sentidos, participando ativamente do processo de escritura a tal ponto que é a escritora mesmo quem diz em *A Hora da Estrela: este livro está sendo escrito na hora mesma em que é lido*.

Fragmentação do sujeito, fracasso da linguagem, desestruturação do gênero narrativo, rompimento com as estruturas sintáticas, são diversas as inovações introduzidas por Clarice no romance brasileiro. A linguagem está sempre em primeiro plano. É ela que é, constantemente, questionada na sua transparência e nas suas possibilidades de expressar a verdade do sujeito. Apagando toda e qualquer evidência do sentido, Clarice joga o próprio leitor na dúvida, num trabalho oposto a todo trabalho da ideologia. Este processo se dá exatamente através da expansão dos espaços de silêncio num movimento, portanto, exatamente na contramão do interdito.

A dúvida, segundo a psicanalista Maria Rita Kehl, tem um papel fundamental de abrir brechas na fortaleza das certezas imaginárias. Estas certezas imaginárias, da ordem do ideológico, se materializam no linguístico. Por isto, destaca Barthes, as línguas não são inocentes: “As línguas carregam uma história, trazem nelas as marcas de usos anteriores, e essa carga de

passado entrava a renovação do homem e as mudanças em sua história.” (BARTHES, 1988, p.14)

Sendo a linguagem, neste sentido, um empecilho para as transformações históricas, onde estaria então o espaço de resistência? Na própria crítica da linguagem, esta a resposta de Barthes, função que, segundo ele, cabe à literatura, mais propriamente dito, à escritura. É ao professor e ilustrar que nenhuma linguagem é inocente (...), diz Barthes, que a literatura é revolucionária (BARTHES, 1988, p. 320-21). Esta literatura revolucionária, responsável por colocar em crise a linguagem, é o que ele denomina de escritura: “Onde se transgride a norma aparece a escritura.” (BARTHES, op. cit., p. 170). Cunhada por Barthes nos anos 60-70, a noção de escritura vem sendo largamente utilizada pela teoria literária e, no nosso entender, encontra uma manifestação plena na obra de Clarice Lispector.

Mediada pela linguagem, a realidade sofre a injunção da interpretação dada por uma língua historicamente gasta, com suas cargas do passado. Em vista disto, para Roland Barthes “a realidade é ficção, a escritura é verdade. Essa a manha da linguagem.” (BARTHES, ibidem, p. 296). Ao que nos reportamos a própria Clarice Lispector, ela também com uma reflexão sobre a linguagem expressa não só através da singularidade de sua escritura, mas de forma explícita e disseminada por toda sua obra: “Criar não é imaginação; é correr o grande risco de se ter a realidade.” Ou, ainda: “Eu queria que me dessem licença para eu escrever ao som harpejado e agreste a sucata da palavra. E prescindir de ser discursivo” (SV, p. 14).

Referências

- AUDOUARD, X. O silêncio: um mais-de-palavra. In NASIO, J-D. (org.). O silêncio em psicanálise. Campinas : Papirus Editora, 1989.
- AUTHIER-REVUZ, J. Falta do dizer, dizer da falta: as palavras do silêncio. In: ORLANDI, E. (org.) *Gestos de Leitura*. Campinas : UNICAMP, 1997.
- BARTHES, R. *Aula*. São Paulo : Cultrix, 1989.
- _____. *Rumor da língua*. São Paulo : Brasiliense, 1988.
- FOUCAULT, M. Linguagem e literatura. In: MACHADO, R. *Foucault, a filosofia e a Literatura*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 2000.
- INDURSKY, F. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo de leitura. In: ERNEST-PEREIRA, A. & FUNCK, S.B. (orgs.). *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas : EDUCAT, 2001.
- ORLANDI, E.P. Silêncio e implícito. In: GUIMARÃES, E. *História e sentido na Linguagem*. Campinas : Pontes, 1989.
- _____. *As formas do silêncio*. Campinas : UNICAMP, 1997.
- _____. *Discurso e Texto*. Campinas : Pontes, 2001.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso*. Campinas : Pontes, 1995.
- _____. *O Discurso: Estrutura ou acontecimento*. Campinas : Pontes, 1997.
- ROCHA LIMA, C.H. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro : José Olympio Editora, 1988.
- SAER, J.J. A arte de dizer menos. In: *Caderno Mais*, Folha de são Paulo, 1999, p.5-6.
- STEINER, G. *Linguagem e silêncio*. São Paulo : Companhia das Letras, 1988.

THOMAS, M-C. As formas do silêncio no esquecimento de Signorelli. In: NASIO, J-D. (org.) *O silêncio em psicanálise*. Campinas : Papirus Editora, 1989.

WITTGENSTEIN, L. *Tratado Lógico Filosófico*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

ZOPPI-FONTANA, M. Limiares de silêncio: a leitura intervalar. In: ORLANDI, E. (org.). *A leitura e os leitores*, Campinas : Pontes, 1998.

Da Clarice Lispector (com abreviaturas utilizadas):

HE — *A Hora da Estrela*. Rio de Janeiro, Rocco, 1998

LP — *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1990

PCS — *Perto do coração selvagem*. Rio de Janeiro, Rocco, 1998.

SV — *Um Sopro de Vida — Pulsações*. Rio de Janeiro, Rocco, 1999

PSGH — *A Paixão segundo GH*, Edição Crítica, Ed. da UFSC, 1988

A interdição discursiva na cassação do PCB em 1947

Rodrigo Oliveira Fonseca*

Introdução

A interdição não é tarefa secundária nas formações sociais. Entendemos o seu estudo enquanto oportunidade para compreender como o Estado, ao contrário do que pensava o jovem Marx, não é um sujeito autônomo exterior à sociedade¹, mas está sempre

* Professor adjunto da UFSB. E-mail: rodrigoroflin@gmail.com

¹ Influenciado pela crítica de Feuerbach da alienação, o jovem Marx dissociava “vida civil” e “vida política”, e caracterizava o Estado como “fim universal usurpado da sociedade civil, fora do seu controle, agindo como um falso sujeito autônomo oposto à sociedade civil” (SAMPAIO, B.A. & FREDERICO, C., *Dialética e materialismo: Marx entre Hegel e Feuerbach*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006, p. 100). Esse jovem de vinte e poucos anos era, enfim, um defensor da democracia direta/radical enquanto meio de supressão do Estado – o que depois, na maturidade teórica, seria projetado como fator condicionado à supressão das classes. Cf. FREDERICO, C. Nas trilhas da emancipação – prefácio à MARX, Karl. [1844] *Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel: introdução*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 18. No mais, Armando Boito Jr. recentemente publicou um artigo esclarecedor sobre algumas discrepâncias da compreensão sociológica e política do jovem Marx e a compreensão de sua maturidade teórica, especialmente no que toca aos conceitos de Estado, sociedade e revolução. “Emancipação e revolução: crítica à leitura lukacsiana do jovem Marx”, em *Crítica Marxista*, n. 36, pp. 43-53, 2013.

presente nas relações sociais. Através d'O *Capital* e de obras como as de Antonio Gramsci e Louis Althusser, avançamos na compreensão dos mecanismos de hegemonia e da “proximidade invisível do Estado no cotidiano” (PÊCHEUX, [1982] 2011, p. 115). No entanto, entendemos que essa proximidade não é exatamente invisível, mas invisibilizada (e viabilizada) pelo Estado e(m) suas práticas e lógica administrativa-policial. Frente a tais práticas e lógica, dispersas em aparelhos e animadas por gestores, instauram-se sobre o tecido social uma infinidade de fraturas, choques e resistências, cotidianas ou extraordinárias, representando um lugar essencial à reflexão acerca da interdição das (e sobre as) práticas políticas. Esta interdição torna invisíveis tanto os processos de dominação quanto os de resistência, atuando assim em prol de uma cristalização das assimetrias inscritas no estado das lutas sociais e na conformação de uma “ordem dos corpos que define as divisões entre os modos de fazer, os modos de ser e os modos de dizer” (RANCIÈRE, 1996, p. 42).

Trabalhando conjuntamente com os Estudos Históricos e a Análise Materialista do Discurso, neste artigo retomamos algumas considerações quanto à interdição discursiva em processos históricos (FONSECA, 2012), agora analisando alguns dizeres do processo de cassação do PCB em 1947, que interditou a presença no cenário político institucional da mais significativa representação das classes trabalhadoras brasileiras à época. Antes, porém, cabe teorizar acerca do que chamamos de *interdição discursiva*, de modo a

dimensionarmos a amplitude das questões postas e o seu teor crítico e investigativo.

Interdição e processos enunciativos

Para pensar o aspecto propriamente discursivo das interdições no cotidiano, uma das nossas referências é a contribuição de Suzy Lagazzi (1988) em seu estudo do *juridismo* – administração das desigualdades, hierarquias e tensões constitutivas das relações interpessoais, de modelos feitos obrigatórios de conduta e do sentimento de dever, de modo a não se explicitar demasiadamente as relações de força e as assimetrias, dificultando a sua racionalização e refutação. É por meio de tal administração que se pode, por exemplo, naturalizar o lugar de trabalho – e de apropriação dos seus frutos – como um espaço e um assunto privados, antes mesmo e independentemente de qualquer normalização jurídica, o que nos ajuda a perceber a existência e a insistência de vínculos contraditórios entre estrutura e superestrutura social, momentos inseparáveis de uma mesma ordem, como o Marx da maturidade buscou demonstrar:

Marx salienta que, das entranhas das relações econômicas, delineiam-se os contornos de “relações de direito”, ainda não estatuídas pelo médium estatal. Assim, a corriqueira alocação marxista das relações jurídico-políticas no patamar meramente superestrutural mostra-se fragorosamente insuficiente. (BRITO, 2005, p. 15)

Com essas considerações reforçamos a posição – no interior da teoria materialista do discurso – pela qual, se a matéria-prima de um discurso são outros discursos (PÊCHEUX & FUCHS, [1975] 1997, p. 168), não chegamos à justa compreensão dos efeitos de sentido sem a recuperação de traços do processo social e linguageiro tendencialmente apagado nas práticas discursivas, único meio de superar os efeitos de evidência, circularidade e cristalização de seus produtos.

O funcionamento das interdições na discursividade tem relação com aquilo que Michel Pêcheux e Catherine Fuchs desenvolveram a propósito de uma compreensão dos processos enunciativos do interior da teoria materialista do discurso:

Diremos que os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que têm por característica colocar o “dito” e em consequência rejeitar o “não-dito”. A enunciação equivale pois a colocar fronteiras entre o que é “selecionado” e tornado preciso aos poucos (...), e o que é rejeitado. Desse modo se acha, pois, desenhado num espaço vazio o campo de “tudo o que teria sido possível ao sujeito dizer (mas que não diz)” ou o campo de “tudo a que se opõe o que o sujeito disse”. Essa “zona do rejeitado” pode estar mais ou menos próxima da consciência e há questões do interlocutor – visando a fazer, por exemplo, com que o sujeito indique com precisão “o que ele queria dizer” – que o fazem reformular as fronteiras e re-investigar essa zona. (PÊCHEUX & FUCHS [1975] 1997, p. 175-176)

Ressaltamos que não se tratam de duas operações, dizer e não dizer, pois *ao* colocar o dito rejeita-se o não dito, e é *mediante esta relação* que se trabalha o sentido num processo enunciativo e discursivo. Chegamos assim a outra referência teórica em nossa abordagem das interdições, a proposta de Fabio Tfouni (2006; 2008) quanto a considerar o interdito/interdição elemento fundante do discurso. Em todo dito/dicção há interdito/interdição, estando o real (do sentido) dito no meio, pela metade, inter-dito. A interdição não está somente do lado daquilo que nos faz calar, mas também do que nos faz falar – para que outros dizeres não se instaurem no nosso dizer ou no nosso não dizer. Isso faz da interdição condição para a produção de um discurso.

Do mesmo modo que o recalque não elimina o real da castração, o elemento de dizer interditado permanece produzindo efeitos. Desse modo, Tfouni desenvolve e avança sobre as propostas pioneiras de Eni Orlandi (1995) acerca do silêncio e sua relação com a linguagem. Para Fabio, o silêncio é causa necessária, mas não suficiente do dizer. É o interdito que cumpre esse papel mais determinante, atuando enquanto operador que impede ou corta o “tudo dizer”, fazendo com que o silêncio deixe de ser apenas possibilidade de significar, o vir-a-ser de um discurso em suspensão. É somente a partir desse movimento (da interdição, movido por ela), a partir desse gesto que retira os dizeres do silêncio, que se pode instaurar um processo de significação.

Outra reflexão desenvolvida por Tfouni (2008), pertinente à nossa proposta de investigação, é o que ele aponta enquanto um problema na concepção de *real*

trabalhada nas obras de Pêcheux, Milner e Lacan, sua restrição a duas modalidades, o impossível e o contingente. Caberia trazermos outras duas figuras da lógica aristotélica, o possível e o necessário. Mediante estas quatro modalidades, o processo enunciativo pode ser exposto sob a seguinte forma lógica: para que haja enunciação, há de haver um corte *necessário* (a interdição, atuante sobre o silêncio que precede o dizer); feita a enunciação, temos um enunciado *contingente* (que *poderia* ter sido outro, mas agora é *impossível* que seja outro). Dizendo de outro modo, saímos do campo das possibilidades (determinadas pelo interdiscurso, pelo todo dizível) mediante um corte ou impedimento necessário para que se instaure, por uma contingência, uma significação impossível de ser X. Esse corte ou impedimento é a interdição.

Retomando a conceituação de Pêcheux e Fuchs, esse trabalho de instauração e atualização de fronteiras entre o que se diz e o que é rejeitado/interditado no dizer, trabalho que conforma uma zona mais ou menos próxima da consciência dos sujeitos, refere-se, a nosso ver, à própria constituição subjetiva dos agentes históricos enquanto agentes, no agenciamento de seus interesses e desejos sob determinadas condições e interdições. Tais interdições são também de natureza discursiva na medida em que incidem sobre dizeres que poderiam ser ditos, mas não são, e mesmo do interior de uma formação discursiva, como nos casos de *determinação interdiscursiva* analisados por Freda Indursky: efeitos de um “*silêncio que determina internamente o recalcamento de um dizer autorizado, mas não*

desejável: o que pode, mas não deve [em determinadas condições de produção] ser dito” (INDURSKY, 1997, p. 187. Grifo original)

Subjetivação e prática política

Por certo aqui não nos referimos ao *efeito-sujeito*, resultado da captura pelas redes de memória. Remetemos a uma região teórica que nos parece ainda pouco desenvolvida diante do que representa, e que toca, conjuntamente: a) ao *deslocamento tendencial do sujeito enunciator* (PÊCHEUX, 1981); b) à prática política enquanto resistência e subjetivação, deslocamento e interrupção dos efeitos de uma dominação, numa processualidade que constitui uma instância enunciativa (RANCIÈRE, 1996); e c) à partilha do sensível trabalhada pelos sujeitos históricos em sua práxis, por gestos que traçam fronteiras entre o visível e o invisível, entre o que é palavra e o que é ruído, o que se dá a sentir e a quem – “a política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo” (RANCIÈRE, 2005, p. 17).

A produção de uma instância enunciativa é pensada por Jacques Rancière em sua contingência desvirtuadora de um determinado ordenamento, fazendo-se de tal modo que não são distinguíveis os objetos e os sujeitos desse processo. A forma de identificar-se (de se subjetivar) não é assim o descortinamento ou reconhecimento de um lugar prévio, não é uma readequação do corpo, da fala e dos

dizeres para esse lugar, nem o acionamento de um aparelho formal inscrito na língua. É mesmo o oposto. Subjetivar-se é reagir a um dano instaurando um litígio, o que Rancière sintetiza na imagem da instituição do partido/parcela dos sem-parcela.

Não há política simplesmente porque os pobres se opõem aos ricos. Melhor dizendo, é a política – ou seja, a interrupção dos simples efeitos da dominação dos ricos – que faz os pobres existirem enquanto entidade. (...) A política existe quando a ordem natural da dominação é interrompida pela instituição de uma parcela dos sem-parcela. (...) Fora dessa instituição, não há política. Há apenas ordem da dominação ou desordem da revolta. (RANCIÈRE, 1996, p. 26-27).

Apropriamo-nos aqui das contribuições de Jacques Rancière para sublinhar o aspecto conflitivo, dinâmico e necessariamente político que incide sobre a discursividade, sobretudo quando esta é pensada para além dos efeitos de filiação e dos deslocamentos no interior do que já está semântica e subjetivamente estabilizado. Com isso, visamos dar trabalho ao historiador, investigando fenômenos contingentes que nos obrigam a olhar não apenas para a estrutura do todo com dominante das formações discursivas no interdiscurso, mas também para a dinâmica desta dominância e suas resistências, para os danos e os litígios da história que promovem as transformações.

Nessa abordagem, a política não é o lugar, por excelência, da reprodução social do modo de produção. Trata-se aqui de buscar ver o seu oposto, ainda que a

nosso ver Rancière (1996, p. 29) erra a mão ao afirmar que “o partido dos ricos encarna nada mais que o antipolítico” – ou seja, somente haveria política enquanto negação da dominação. Mantemos a perspectiva rancieriana de ver a prática política enquanto “interrupção de simples efeitos”, mas não a de que ela seja exclusividade das classes dominadas. Preferimos aqui a compreensão sugerida em Pêcheux ([1982] 1990, p. 12; e especialmente em [1975] 1997, p. 120-121, 203) de que a burguesia efetivamente faz política, mas a faz de modo dissimulado, sob as formas da ficção e do jogo eleitoral-parlamentar (fingindo que *tudo* pode acontecer) ou da denegação de viés “científico” e jurídico (fingindo que *apenas aquilo* que acontece pode acontecer). Nas análises a seguir, estaremos lidando com as formas pelas quais as classes dominantes (também elas) fazem política, interrompendo efeitos de filiação – no caso, a impossibilidade de que os comunistas pudessem tomar parte na democracia brasileira em suas contingências e possibilidades.

A conjuntura do início da Guerra Fria

A despeito de toda tragédia humana desencadeada, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) produziu efeitos políticos imediatos notáveis, como a oportunidade em vários países para que os partidos comunistas pudessem sair da clandestinidade. É que na luta contra o fascismo, verdadeira “guerra civil ideológica internacional” (HOBSBAWM, 1995, p. 146),

desde o início os comunistas ocupam o lugar de maior destaque, pela disputa realizada no mesmo espectro de classes, e pelo antagonismo ideológico entre a perspectiva da luta de classes contra o Estado capitalista e aquela outra de colaboração de classes dirigida e tutelada pelo mesmo Estado.

No Brasil, por mais engajados que estivessem numa discursividade de “pacificação da família brasileira” em prol da entrada do Brasil na luta internacional contra o nazi-fascismo, ainda assim os comunistas não são sujeitos de enunciação confiável para os poderes estabelecidos. Se os EUA restabelecem relações diplomáticas com a URSS e libertam os comunistas presos no país em 1939, no Brasil este processo só começa em 1942 (ano de declaração de guerra à Alemanha e Itália), e lentamente, visto que Luís Carlos Prestes e outros presos políticos só serão libertados em 1945. Os comunistas continuam ocupando um lugar destacado de inimigos internos no imaginário político dominante brasileiro, lugar este consolidado e/ou reconfigurado nos anos 1930 (MARIANI, 1998; MOTTA, 2002; RODEGHERO, 2003).

Ainda assim, os comunistas dos países do “bloco capitalista” em geral se dedicam à constituição de um *palanque enunciativo* (FONSECA, 2012) afeito aos valores hegemônicos no imaginário político do pós-guerra – paz, desenvolvimento e democracia². O Partido

² Numa contradição evidente entre a defesa da democracia em casa e do stalinismo na URSS. Na raiz dessa contradição estão os embaraços do marxismo soviético, hegemônico em todo o mundo, em relação à prática política e ao lugar do Estado nas sociedades

Comunista Italiano, por exemplo, ajuda a desmontar as guerrilhas do norte da Itália, que, tendo derrotado os fascistas, têm sob controle as principais cidades da região; montado em seu patrimônio político, força a resistência armada a entregar suas armas ao exército estadunidense, a devolver as terras confiscadas pelos camponeses aos latifundiários e as fábricas ocupadas por operários aos seus antigos donos (MAZZEO, 1999, p. 92). O fato é que em diversos países, a esquerda em geral, e os comunistas em particular, viam abrir-se no horizonte a perspectiva de coalizões políticas heterogêneas, mas comprometidas com reformas sociais e democracia política (SILVA & SANTANA, 2007, p. 104).

Este horizonte chegou a ser vislumbrado no Brasil. Além de reorganizar o movimento sindical em bases autônomas e liderar uma ascensão de lutas em diversas categorias, o PCB chega ao aparelho de Estado brasileiro. Nas eleições de 1945 elege catorze deputados federais (dentre eles Jorge Amado, Carlos Marighela e Gregório Bezerra) e um senador (Prestes). Nas eleições estaduais e municipais realizadas em janeiro 1947, o PCB elege 46 deputados em quinze estados (SKIDMORE, 1969, p. 93) e cerca de 250 vereadores no país, formando as maiores bancadas das Câmaras Municipais do Rio de Janeiro, ainda Distrito Federal, e também de São Paulo, Santos e Recife (BRANDÃO, 1997). A grande maioria destes parlamentares é formada de operários, como os

“pós-revolucionárias”. Ver Rodrigo Oliveira Fonseca, “De uma concepção instrumental do Estado ao marxismo contra-revolucionário”, Passa Palavra, 20 e 26 de novembro de 2013. Disponível em <http://passapalavra.info/2013/11/88710>

deputados federais Abílio Fernandes (metalúrgico), Alcides Sabença (da construção civil e carpinteiro), Claudino José da Silva (único parlamentar negro da Constituinte de 1946, ferroviário), Agostinho Dias Ferreira (também ferroviário), Osvaldo Pacheco da Silva (estivador) e outros. A tradição política oligárquica suportaria estas presenças?

Na Constituinte de 1946 essa bancada do PCB é a mais atuante, se destacando pelo caráter modernizador de suas propostas: parlamentarismo, independência das casas legislativas, fim dos decretos-leis do Executivo³, fim do Senado, redução do tempo dos mandatos no Executivo e Legislativo, gratuidade da justiça, eleição popular de parte dos juízes, reforma agrária, autonomia dos estados e municípios, liberdade de culto, voto dos analfabetos, combate à discriminação racial, fim das polícias políticas e da censura, liberdade de imprensa, autonomia sindical, direito de greve, representação sindical dos trabalhadores nas empresas, fiscalização das leis trabalhistas pelos sindicatos, participação dos trabalhadores nos lucros e gestão das empresas, e outras.

Mas essa permissividade pós-guerra das classes dominantes durou pouco. Vários países do “bloco capitalista” iniciam processos de cassação dos direitos políticos dos comunistas, numa série histórica cujo primeiro passo pode ser contraditoriamente identificado

³ Que no Governo do general Dutra (1946-1951) atingiram a impressionante marca de 1457, enviadas diretamente pelo poder executivo, sobre os mais variados assuntos. Ver Evaristo Giovanetti Netto, *O PCB na Assembléia Constituinte de 1946*. São Paulo: Novos Rumos, 1986, p. 63.

na própria autossupressão da *Internacional Comunista* em 1943, sob a liderança de Stálin. Países com tradição comunista mais arraigada que o Brasil, como Itália e França, onde os PCs atuaram de armas em punho para derrotar os fascistas, também passam por processos de marginalização política dos comunistas⁴. Os EUA chegam a planejar uma intervenção militar na Itália para o caso de os comunistas vencerem as eleições de 1948 (HOBSBAWM, 1995, p. 235). Nesse mesmo ano é fundada no Brasil a ESG, Escola Superior de Guerra, braço de cooperação técnica e ideológica dos militares anticomunistas com os seus pares dos EUA, que em 1947 haviam criado a Comissão Nacional de Segurança e a mais famosa das agências de investigação política, a CIA (Agência Central de Inteligência, na tradução da sigla em inglês). Neste período, leis e agências estatais anticomunistas também são criadas na Inglaterra, Chile, Portugal, Bolívia, Austrália, África do Sul e Canadá (REZNIK, 2004, 20) Este é, enfim, o quadro da Guerra Fria, no qual se insere a interdição discursiva que passamos agora a analisar.

A análise dos votos da cassação do PCB

⁴ O PCB, entretanto, parece ter representado um caso limite na história de restrições aos PCs. Foi, por exemplo, o partido americano que mais tempo passou na ilegalidade. De sua fundação em 1922 até 1985 teve apenas 5% do tempo na legalidade. Ver Gildo Marçal Brandão. “A ilegalidade mata – o Partido Comunista e o sistema partidário (1945/64)”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, número 33, ano 12, fev. de 1997, p. 23.

Nosso *corpus* de análise (*corpus* empírico, das formulações de referência), foi montado com recortes textuais (r1, r2, etc., na ordem sequencial dos recortes sobre o *corpus* empírico, e não na ordem da análise aqui apresentada) de uma mesma sequência discursiva de referência, SDR: *o cancelamento do registro do Partido Comunista do Brasil*⁵. São formulações extraídas dos três votos que decidiram pela cassação no Superior Tribunal Eleitoral. Outro *corpus*, de apoio à análise, contém redes de formulações, com dizeres que povoam a conjuntura em tela – formulações do domínio de atualidade (*e DAT*) – e/ou dizeres que constituem os saberes discursivos presentes no processo – formulações do domínio de memória (*e DMem*).

Os critérios para a seleção de formulações foram: a) a tematização de *comunismo/comunistas*; b) a hipótese das interdições na superfície linguística sobre a discursividade própria dos comunistas quanto a *pátria, democracia e progresso*; c) critérios linguísticos diversos, como certa presença de determinantes e de formas negativas que, no modo como são mobilizados, apontam para aquilo que faz sentido pelo fato de não ser dito; d) presença de um termo-pivô à cassação, *democracia*, que organiza a tematização de muitos momentos dos votos dos ministros. A seguir, os resultados das análises.

⁵ Assim o PCB se chamou de 1922 até 1961, quando passou a denominar-se Partido Comunista Brasileiro, nome que preserva até hoje. A íntegra dos votos está publicada em *PCB – processo de cassação do registro (1947)*. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1980.

Quando as determinações preservam um lugar negativo

O discurso de cassação alude a uma tradição democrática brasileira vinda desde o Império e já consolidada pela República – ou seja, pronta, preconstruída. Esta democracia (na verdade, *aquela democracia*, como consta nas formulações) é tramada em identidade com a cultura democrática dos EUA, apontando para a mesma cultura política do Brasil e dos brasileiros.

(r11) a Democracia **de Roosevelt, aquela que** vem de Lincoln, **aquela que** recebemos dos nossos antepassados, **aquela que** o Brasil Império nos legou, **aquela que** o Brasil República consolidou, **aquela que** hoje cumpre defender e aplicar, **aquela que** justificou a carnificina da última guerra e que ainda cobre de luto várias famílias patricias, enfim, **aquela Democracia como** nós entendemos que o seja, **aquela que** Rui Barbosa definiu e pregou conforme estavam consubstanciadas nas diversas Constituições.

(r15) o discutido art. 141, nº 13, da Constituição encerra um princípio da **sã** democracia, **daquela que** vem de Lincoln, de Roosevelt e de Rui Barbosa, **daquela que** garante a liberdade, mas, a liberdade como sendo aquela cujo preço é a eterna vigilância.

(r21) a Democracia, **aquela que** é estabelecida como norma pela Constituição Brasileira, **aquela que** é do Brasil e dos brasileiros, **aquela que** vem dos nossos antepassados e que deles com honra e orgulho herdamos para transmitir aos nossos sucessores,...

Temos aí uma utilização reiterada de um determinante linguístico através dos itens lexicais “aquela que”, funcionando de modo a restringir a definição de *democracia*, sendo esta *aquela que* (e não uma democracia qualquer, e não “esta”), que é garantia da liberdade (*mas* da liberdade como), que é “como nós entendemos que o seja”.

Toda essa construção remete semanticamente a preconstruídos (HENRY, [1975] 1990; PÊCHEUX, [1975] 1997, p. 99) sobre democracia, com a incidência de um pronome demonstrativo (“aquela”) que pouco ou nada demonstra. Como característica própria do preconstruído, não há asserção nestas formulações, mas apenas remissão a um campo exterior, anterior e independente aos dizeres da cassação. Ou seja, para fazer sentido aí, há que buscar ressonância em algo dito em outro lugar, e algo que toma uma força semântica/discursiva especial nestas formulações justamente por meio desta condição de não serem ditas/formuladas, produzindo o efeito de que “se sabe exatamente sobre isso que está se falando”.

Trabalha-se bastante a remissão para *aquela* (a democracia do “nosso entendimento”), mas não para *esta* – que hipoteticamente é a que está em questão no julgamento: a democracia deles, dos comunistas, que nem sequer é referida. Não há nos votos referência ao programa de *União Nacional* defendido desde 1943, nem às propostas apresentadas à Constituinte pelos deputados comunistas nem nada que aponte para a

plataforma eleitoral do PCB, respaldada por 10% do eleitorado brasileiro⁶.

Pelas formulações dos votos, ficamos sem saber *como* é essa democracia defendida pelos juízes, mas podemos “nos tranquilizar” por saber que é a mesma de sempre do Brasil, desde o Império, assim como é a da Inglaterra e a dos EUA, seja lá o que isso signifique em comum – ou seja, trabalha-se toda uma lista de *referências*, mas absolutamente *nenhum sentido*⁷ para além do fato de interditar a democracia como um valor que possa ser compartilhado por/pelos comunistas.

Esse funcionamento da determinação, igual ao das orações relativas restritivas, em tese não alteraria ou acrescentaria nenhuma significação ao termo determinado, que no nosso caso é *democracia*. Ele apenas delimitaria a significação, oferecendo uma possibilidade de referência para o sujeito, preenchendo uma função de designação.

⁶ Considerando os votos depositados no candidato à presidência da república lançado pelo PCB em 1945, o ex-prefeito de Petrópolis Yedo Fiuza, nacionalmente desconhecido, mais próximo do trabalhismo (compreensível no bojo da política de “União Nacional”), única candidatura não militar na disputa.

⁷ Foi Frege o primeiro a notar a diferença entre sentido e referência, predicado e nome próprio, de modo a podermos pensar diferentes sentidos para expressões que remetem a um mesmo referente, como “o discípulo de Platão” e “o mestre de Alexandre”, e como também expressões dotadas de sentido e destituídas de referente, como “a vontade do povo”. Michel Pêcheux desenvolve este ponto em torno das formas de identificação, da relação com aquilo que é representado. Ver: *Semântica e Discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1975] 1997, p. 95-121.

A função determinativa, que se realiza através dos procedimentos de determinação, consiste no acréscimo, ao termo comum, de um ou vários termos chamados “determinantes” (artigos, adjetivos, demonstrativos, possessivos, interrogativos, numerais, certos adjetivos indefinidos...). Ela pode se realizar também a partir do complemento de nome, da proposição relativa e também do epíteto. (HAROCHE, 1992, p. 150)

Mas em termos semântico-discursivos, não se trata em r11, r15 e r21 da delimitação de democracia frente a alguma indeterminação lexical, como também não parece que temos aí a inscrição de uma interpretação explicativa (“democracia é isso há muito tempo praticado nos EUA e no Brasil”). O direcionamento dos sentidos é outro, de tal modo que se resguarda um lugar de discursividade para que eles, os comunistas, possam falar – na vez deles, com os seus recursos, na sua imprensa – em democracia, mas de um modo que ao fazerem isso já tenham o seu sentido negativamente determinado, ou melhor, antecipadamente excluído.

Através desse funcionamento restritivo em *aquela que* se constrói antecipadamente uma interdição do que possa vir a ser enunciado no lugar “desta democracia aí” dos comunistas, e ao mesmo tempo se preserva a possibilidade de sua enunciação, funcionando como uma armadilha discursiva⁸.

⁸ Em *A fala dos quartéis e as outras vozes* (Campinas : Unicamp, 1997, p. 109) Freda Indursky exemplifica uma armadilha discursiva na simulação que o sujeito do discurso presidencial (do regime civil-militar de 1964) realiza ao fazer-se porta-voz da maioria do povo,

Quando as adjetivações são impossíveis e o que não se diz é que é evidente

A democracia brasileira é plural em suas referências geográficas e temporais, enquanto que o seu suposto contrário, o comunismo, é monocórdio. Nas formulações de referência o mais próximo desta outra democracia são os dizeres em registro irônico e/ou taxativo sobre *neo-comunismo*, *comunismo à inglesa* e *comunismo à brasileira*, que terminam por apontar para um vazio semântico.

(r18) Se não é a marxista-leninista a doutrina partidária do comunismo, então qual é a sua doutrina? Confesso que **doutrinariamente ignoro o que seja neo-comunismo ou comunismo à inglesa.**

(r20) **A doutrina** comunista, portanto, o fato é incontestável, **é uma só** e sendo assim não pode ter no Brasil uma aplicação diferente da que tem na Rússia soviética. Para mim **não pode existir “comunismo à inglesa ou comunismo à brasileira”.**

A adjetivação *à inglesa* aparece na concessão do registro do PCB em 1945, o que nos sugere o trabalho de interlocução discursiva (INDURSKY, 1997, p. 132-141), de retomada de uma discursividade, mas com o “detalhe” do seu deslocamento e do seu completo esvaziamento semântico. A interlocução discursiva consiste em uma interlocução opacificada que instaura

quando na verdade este está sendo silenciado.

uma cena discursiva, mobilizada pelo imaginário social do sujeito do discurso; uma “interlocução entre sujeitos de discursos dispersos em espaços discursivos diferentes, afetados possivelmente por formações discursivas igualmente diversas” (INDURSKY, 1997, p. 139). Mas em que medida o texto do voto de cassação “dialoga” com o texto da concessão do registro?

O juiz (provavelmente) sem querer se afirma doutrinário nesta sua ignorância particular, quando o esperado na formulação seria “em termos de doutrina, ignoro o que seja neo-comunismo ou comunismo à inglesa”. Bastaria ter retomado, além da expressão *à inglesa*, a argumentação trabalhada na concessão do registro: o PCB será um partido democrático, comprometido com os princípios democráticos à brasileira, respeitando os direitos fundamentais do homem definidos na Constituição, “uma democracia, em suma à inglesa”.

Há uma espécie de truculência argumentativa, que simula debater a decisão judicial anterior (usando uma de suas expressões) quando na verdade a interdita doutrinariamente, deslocando o foco do partido que está sendo julgado para o entendimento único, *incontroverso*, do que seria a doutrina comunista que ele necessariamente comunga, o marxismo-leninismo tal como *aplicado* na Rússia. Mas outros fatores são apontados na representação de uma transparência e univocidade semânticas para o comunismo e o PCB:

(r2) **o nome do Partido é um lema** cuja história resumimos e, como observa o próprio Relator

Sampaio Dória, **tem um significado universal. É uma bandeira, um programa.** Não podia e não pode ser admitido entre nós.

(r12) Não encaro a acusação pelo lado da economia do Partido, pelo fato de receber ou não auxílio financeiro do estrangeiro; também desprezo a de que é ele do Brasil ao em vez de ser “Brasileiro” a fim de concluir, como fez a denúncia, que por estas razões trata-se de um partido filiado à Rússia, como as diversas filiais mundiais, embora reconheça um detalhe impressionante, o fato de ter **a mesma a bandeira com a foice e o martelo.** (...) E note-se ainda que **no Brasil não há um Presidente** [do Partido Comunista] **e sim um Secretário Geral...**

Em pleno processo de desenvolvimento e adequação da discursividade da Guerra Fria, o dualismo é realmente característico dos dizeres da cassação. Se a democracia do Brasil é a democracia *à inglesa*, de Lincoln, Roosevelt e Rui Barbosa, o comunismo do PCB só pode ser o da Rússia, com o seu programa (*um programa*), a sua mesma bandeira (*uma bandeira*) e talvez tenha até o seu presidente (Stálin), visto que aqui no Brasil o partido conta apenas com um secretário-geral. Sobre isso não há nada que o PCB possa dizer, e mesmo que diga, será alvo da recorrente desconfiança nutrida contra/sobre o lugar que ele ocupa no imaginário social.

(r19) Tudo, portanto, está em saber se, embora votando a emenda [que proíbe os partidos contrários ao pluripartidarismo], **continua o partido a pensar e a agir no sentido inverso.** E ao meu ver [sic] é precisamente o que está acontecendo.

Aqui vale a pena trazer o nosso *corpus* de apoio, que configura a rede interdiscursiva que sustenta tais direcionamentos semântico-discursivos.

(eDM6) o marxismo deixou cair a **sua máscara** de movimento proletário em busca da felicidade terrena para se apresentar o que é de verdade: organização diabólica para a conquista do domínio mundial pelos judeus. (Gustavo Barroso, *Comunismo, Cristianismo e Corporativismo*. Rio de Janeiro: ABC, 1938. Citado por MOTTA, 2002, p. 59)

(eDA14) A atitude que os que não são comunistas devem ter para com o Partido Comunista Brasileiro precisa caracterizar-se pela **mais absoluta vigilância**. O Partido Comunista age dentro da **mais rigorosa disciplina** e com a **mais total frieza e raciocínio**. (depoimento do advogado Sobral Pinto, publicado em *O Estado de São Paulo*, 31/03/1946, citado por GIOVANETTI NETTO, 1986, p. 95).

O comunismo só teria assim face diversificada (popular, democratizante, etc.) por mascarar-se. Por trás da máscara, “a mais total frieza e raciocínio”. Tal singularização de comunistas – em contraste com o caráter múltiplo (de referências), mas embaçado/indeterminado (sem um sentido próprio) para *aquela-a-nossa-democracia* – é estratégica, pois produz uma visibilidade e um isolamento extremos para esse lugar dos comunistas, fazendo com que se tenha o inimigo sob controle (MARIANI, 1998, p. 107). E, como escreve Jacques Rancière (1996, p. 43), a exibição permanente (ao lado do regime de opinião sondada) é a forma de ação comum da polícia nas sociedades ocidentais. Com as partes já pressupostas, “desaparecem” os conflitos e ascende o regime da

visibilidade total, da contagem ininterrupta, da opinião pública, sem lugar para aparências⁹ e aparecimentos (RANCIÈRE, 1996, p. 105-106).

A produção desse contraste é mesmo discursivamente estratégica, pois na forma como essas muitas referências jogam a favor de uma indeterminação (em termos comparativos com a univocidade do termo contrário *comunista/ismo*), obtém-se uma opacificação do anticomunismo que amplia a sua possibilidade de capturar diferentes subjetividades no tecido social, funcionando como uma variação de indeterminação discursiva (INDURSKY, 1997), pelo embaçamento de suas referências.

No discurso da cassação o comunismo não pode ser modalizado por adjetivações, e muito menos aparecer nas suas *próprias palavras*, pelas formulações dos comunistas, seja em discurso direto ou relatado/traduzido. Não há nem sinal de interlocução discursiva entre o discurso da cassação e o discurso do PCB. Nem ao menos (na SDR) se pega a palavra dos comunistas para voltá-la contra eles. Os comunistas não parecem dignos de oferecer argumentos, o que se conjuga com a consideração de que, tomados pelo

⁹ Neste ponto Jacques Rancière (em *O Desentendimento*: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996, pp. 106-109) faz questão de marcar sua contrariedade a Baudrillard e Vattimo. Longe de representar qualquer “libertação da tirania do [discurso metafísico do] verdadeiro”, não estaríamos nos *libertando* da aparência, mas sim a *perdendo*, e com ela os seus poderes, seus efeitos de duplicação e de divisão, de introdução na realidade de objetos polêmicos e litigiosos que nos permitem lutar contra a ordem policial e seu regime de visibilidade, com “cada coisa em seu devido lugar”.

imaginário político dominante de que são invariavelmente dissimuladores, violentos, inimigos (MARIANI, 1998), acabam não sendo dignos de confiança e tolerância no cenário político brasileiro. Os juízes sabem que o comunismo é Um, e isso transparece exatamente naquilo que não se diz: sua bandeira única, sua forma organizativa única, seu programa universal – não aquele apresentado nas eleições ou nas tribunas da Assembleia Nacional Constituinte.

Considerações sobre as práticas de interdição aos comunistas

A formação discursiva anticomunista, espaço de reformulação-paráfrase no qual “aquilo que eu digo não está fora do campo daquilo que eu estou determinado a não dizer” (PÊCHEUX, [1975] 1997, p. 173), sustenta-se numa tradição sócio-política presente e ativa em diferentes aparelhos – como as forças armadas, a igreja católica e a imprensa corporativa – mas que é incapaz de subsistir pela simples administração desse “patrimônio”. Mesmo se pensarmos que tal administração pressupõe censurar, cassar e reprimir seus inimigos e os temas que eles mobilizam, parece-nos que o discurso do anticomunismo só adquire força através de dois expedientes: a promoção de gestos de aliança que se marcam via atualização (enquanto nova referência) de dizeres comuns possíveis (e necessários) aos sujeitos afetados e envolvidos na luta contra os comunistas no tecido social; e, em especial, de modo a assegurar a efetividade do confronto discursivo, uma atualização que é des-referenciação/interdição e

que incide sobre a impossibilidade (e a contingência) de que o outro venha a significar algo com os seus dizeres.

Nova referenciação por um lado, o da luta contra o adversário da pátria e das ordens policiais-administrativas, atualização de uma captura; des-referenciação por outro, incidindo diretamente sobre o trabalho do antagonista em fazer-se sujeito pleno da pátria e sua ordem política-estatal, prática de deslocamento e desidentificação: processos que apontam para o movimento dos sentidos, e assim para a necessidade de que o historiador que busca tomar os dizeres em sua efetividade semântica não se prenda a um dicionário de época ou a uma mera contextualização linguística. Tais movimentos se dão sempre na ordem do discurso e por isso só adquirem reflexividade para o pesquisador frente aos conflitos que os provocam e incidem na ordem do dizível/interpretável.

Reforçar esse fato de que a discursividade é da ordem da práxis e do confronto, mesmo quando ela se filia a posições ideológicas conservadoras e reacionárias, deve servir como auxílio na compreensão de sua dinamicidade e ressonância na história, permitindo-nos ver melhor que o discurso não é apenas o trabalho da linguagem sendo tomado em perspectiva histórica (a investigação de como um dizer faz sentido); ao discurso também cabe percebê-lo enquanto fator fundamental da prática política (a investigação de como um dizer faz história).

Juntamente ao rearranjo das forças políticas necessárias e admitidas pelas classes dominantes nos seus aparelhos de gestão, há um trabalho intenso no pós-

guerra de controle da interpretação daqueles valores que foram sendo absorvidos e apreendidos pela práxis discursiva do PCB desde 1943. Paz, desenvolvimento e democracia quase sempre aparecem referenciados pelos comunistas na figura de processos, de irrealizados que se perseguem por meio de movimentos sempre propensos a idas e vindas – ou seja, na práxis discursiva dos comunistas o que faz sentido é *pacificação, modernização, democratização*.

Esse investimento dos comunistas na sua subjetivação enquanto agentes políticos da modernização da sociedade e do Estado brasileiros esbarrou, porém, no muro da criminalização de sua filiação histórico-identitária, na evidenciação do seu ser enquanto um *outro* intolerável, discursivizado como o incompatível com a ordem social, com o desenvolvimento e com a democracia legitimamente brasileira – ou seja, inglesa, ocidental, capitalista e cristã, na formulação discursiva de seus antagonistas que lhe cassaram o direito à prática política no interior do campo institucional.

Temos aqui uma interdição explícita, grosseira, truculenta, que visa suprimir da cena pública um debate – a discussão (para utilizar as próprias formulações da discursividade anticomunista) “*daquilo* que o Mundo assiste hoje e *daquilo* que infelizmente nós brasileiros assistimos ontem”¹⁰, certos “*sonhos de ouro e anil*”,

¹⁰ Referência às revoltas armadas de 1935, agrupadas na denominação “Intentona Comunista”, marco simbólico estratégico do anticomunismo brasileiro, cf. Luís Reznik, *Democracia e Segurança Nacional: a polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro :

“*aquilo* do qual mesmo pessoas cultas não têm uma idéia clara da extensão do significado”, “um fenômeno internacional que se apresenta como um *problema* igual a todas as Nações”.

Há silenciamento dos temas que o PCB levantou na intensa participação de seus quinze parlamentares (num universo superior a 300) eleitos para o processo constituinte. Na cassação do PCB o que importa é mostrar que o partido pode estar pensando e agindo inversamente àquilo que ele defende – ou nos termos mais fortes de r19, o problema está em saber se *continua* o partido a pensar e agir (por baixo do pano) no sentido inverso à defesa do pluripartidarismo, como aprovado na Constituinte.

Enquanto para os votos vencedores do processo de cassação tínhamos uma democracia consolidada, responsavelmente na defensiva, para os comunistas tratava-se de pôr na ofensiva, contra um fascismo ainda existente entre nós.

Divulgando as idéias do marxismo-leninismo-stalinismo, publicando em seu texto estudos e outros trabalhos de interpretação científica dos problemas internacionais e nacionais, acreditamos estar fazendo **obra de patriotismo e de cultura**, com a confiança e o otimismo de que **nossa Pátria em breve sairá liberta dos restos do fascismo** e da dominação imperialista. (trecho de editorial da revista Problemas, do PCB, nº 1, agosto de 1947, disponível em http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/01/apresentacao.htm, acessado em 27/01/2012)

No debate parlamentar o confronto quanto à interpretação da situação da democracia brasileira apareceu, como podemos ver na fala do deputado constituinte Hermes Lima, da Esquerda Democrática/UDN (que se tornará o PSB): [ainda que ocorressem diversas violências e arbitrariedades policiais] “não vamos concluir, como os comunistas, que estamos vivendo numa ditadura sangrenta, radical e absoluta”. (citado por REZNIK, 2004, p. 68).

Esse discurso do deputado socialista, mesmo que contrário ao PCB, tem a peculiaridade de construir uma interlocução e evocar um saber dos comunistas (o governo do general Dutra é ditatorial). Na discursividade da cassação do PCB, porém, muito mais do que negar e bombardear os saberes dos comunistas, o que está posto é a sua completa supressão.

Se a negação do pensamento comunista (o *outro* da imprensa hegemônica) se dá pela sua inserção no campo do *Outro* (inimigo dos valores ocidentais) – como desenvolve Bethania Mariani (1998, p. 86) –, nos parece salutar acrescentar que, especialmente para o caso em tela, não se trata apenas da reafirmação do *Mesmo* da identidade nacional (no campo do necessário), mas de um confronto (no campo do contingente) que tem como meta imediata a eliminação do PCB do rol dos partidos políticos brasileiros, e posteriormente a suspensão dos seus mandatos parlamentares.

O “detalhe” aqui é que esta eliminação é trabalhada, no discurso da cassação, através de uma captura que simula a linguagem própria da justiça, uma

língua de gelo, que em verdade se estrutura desde a tradição do bom senso burguês, inflamadamente exercitado pela imprensa hegemônica, que vinha construindo há anos uma memória do comunista como inimigo interno (MARIANI, 1998; MOTTA, 2002).

A arapuca armada para capturar o registro do PCB nas tramas da lei não tem como sua principal materialidade elementos de natureza jurídica, no seu ordenamento técnico próprio dos códigos e de sua jurisprudência, nem nos elementos de uma discursividade em torno de direitos e deveres universais e suas intercambialidades perante o Estado. Não temos no processo de 1947 nenhuma reverberação da máxima de que “todos os homens são iguais perante a lei”, num funcionamento que, assentada numa igualdade abstrata, dilui e desarma diferenças, assegurando a reprodução de desigualdades reais. A arapuca armada para capturar o PCB não se estrutura por enunciados do tipo *todo aquele que X, então Y*, numa “relação de simulação constitutiva entre os operadores jurídicos e os mecanismos da dedução conceptual, especialmente entre a sanção jurídica e a consequência lógica” (PÊCHEUX, [1975] 1997, p. 108). Esta relação pressupõe, de acordo com Pêcheux, um esvaziamento do objeto em prol de sua função, um apagamento do social e do histórico. O que vemos, entretanto, não é apagamento do social e do histórico, e sim uma retomada que preenche, de mão cheia, o lugar do réu (ou melhor, do inimigo). Lugar este sobre o que *já se sabe* – em realidade o julgamento já havia sido realizado, já estava dado inclusive na

concessão do registro, quando se admitiu o PCB na condição de ele passar a ser um partido capitalista¹¹.

No processo de cassação, inclusive, esta curiosa condicionante também se expressa, apontando para o trabalho de paráfrase-reformulação da formação discursiva anticomunista:

(r17) **desde que** não haja propaganda doutrinária marxista-leninista, os comícios feitos pelo Partido em foco não podem dar motivo à sua cassação.

Simula-se assegurar um lugar para o PCB, mas este é um lugar impossível, impreenchível, visto que para estar “do lado oposto” do comunismo (na forma como ele é “compreendido no mundo inteiro”), segundo a formulação contida na concessão do registro, não haveria realmente necessidade de um partido comunista; e, por outro lado, para ser admitido num lugar de conciliação e adaptação, sendo um comunismo “à brasileira ou à inglesa”, não há permissão semântica por parte dos juízes, que remetem tais ajustes ao campo do simples engodo. E tudo isso aparece articulado, no fio do discurso da cassação, com a defesa do pluripartidarismo - que contou com o empenho e o voto dos parlamentares do PCB.

A cassação de 1947 não resolverá, de modo algum, certa necessidade de marginalização e criminalização do

¹¹ Condição essa evidente nas duas agremiações saídas do PCB que possuem representação parlamentar hoje, o PCdoB, racha stalino-maoísta de 1962, e o PPS, racha pós-queda do muro de Berlim de 1992.

PCB pelo imaginário político dominante. Mesmo no período JK (1956-1961), considerado de distensão política, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, em documento interno, segue em alerta contra certos males que atacam o corpo social:

Verdade cediça é que a questão social não se resolve a patas de cavalo. Seria necessário que o governo criasse condições propícias ao desenvolvimento e ao progresso normal do povo brasileiro, como o melhor meio de vaciná-lo contra ideologias incompatíveis com sua índole e seu sentimento. Mas, por outro lado, necessário é que a polícia cumpra sua função preventiva e repressiva contra os delinquentes sociais e políticos. (Enzo Júlio Trípoli et al. Secretaria de Segurança Pública-SP, “Problema comunista”, citado por RESNIK, 2004, p. 178)

Todos estes estudos que citamos, esclarecedores do fenômeno do anticomunismo no Brasil, como os de Luiz Resnik, Bethania Mariani, Rodrigo Patto Sá Motta e Carla Simone Rodeghero, nos mostram que a cassação de 1947 e o próprio PCB são peças num processo de temporalidade maior de garantia “da ordem”, obviamente uma determinada ordem. E ao pensar este processo em relação às três exclusões de que nos fala Michel Foucault ([1970] 2001) – a interdição (enquanto *não poder dizer tudo*), a separação/rejeição e a vontade de verdade –, depois do que foi exposto, não temos como considerar a cassação do PCB através dessa figura do *não poder dizer tudo*, que pelo viés da AD é constitutiva de todo e qualquer dizer (ORLANDI, 1995; TFOUNI, 2008).

Aqui, diferentemente das análises que realizamos acerca da interdição ao movimento comunitário na promoção do Orçamento Participativo de Porto Alegre (FONSECA, 2005) e da interdição ao abolicionismo por parte dos revolucionários baianos de 1798 (FONSECA, 2012), estamos mais próximos da figura foucaultiana dos procedimentos de separação e rejeição, que ele aplica para os loucos. Há de se separar os bons e os maus brasileiros, os aptos e os não aptos para a democracia, e feita a separação, há de se rejeitar o que não *nos* serve.

Essa interdição, que pode soar excessiva (“não é a regra”) ou ultrapassada (“já não teríamos algo assim”) ou excepcional (uma “carta na manga para situações extremas”), não é nada disso. Podemos ver ainda essa necessidade imposta pelo imaginário político dominante, que trabalha através de uma práxis discursiva a atualização dos *grandes medos*, dos *riscos de mudança*, do *impossível de (não) ser*, que traz como efeito político a cristalização e a regressão nas conquistas sociais. Esse trabalho das forças conservadoras e reacionárias de nossa formação social consiste, em grande parte, como podemos observar de quatro em quatro anos, em nutrir velhos fantasmas, que requeentam e atualizam o imaginário sobre os comunistas¹², com a

¹² Em “Lula lá: estrutura e acontecimento”, Freda Indursky aborda a transformação do discurso acerca da malignidade e da perversidade do comunismo em discurso da incompetência da esquerda, a partir das formas como a vitória eleitoral de Lula em 2002 é significada na imprensa (artigo publicado na *Organon – Discurso, língua e memória*. Revista do Instituto de Letras da UFRGS. Volume 17, número 35, 2003).

projeção de sua sordidez, aversão à democracia, aos direitos do indivíduo etc.

Falando desse *outro* que eles não querem (nem pintado de verde), falam de si mesmos, o que por vezes aparece de forma explícita a interditar novas legitimidades e realçar antigas alianças fundadoras, como as do ideário da brasilidade cristã, ocidental e politicamente alinhadas com os de língua inglesa. Atuando diretamente sobre a “configuração das ocupações e das propriedades dos espaços em que essas ocupações são distribuídas” (RANCIÈRE, 1996, p. 42), as práticas de interdição se mostram assim absolutamente estratégicas. Diante disso, cabe aos pesquisadores e analistas retirá-las de seu campo de evidências e circularidades, explicitando as relações de força e as assimetrias que tocam o direito à palavra e à presença das maiorias trabalhadoras e sem parcela. Este é um investimento ético, político e científico imprescindível para que passado e presente possam dar passagem aos interesses e desejos históricos feitos invisíveis.

Referências

- BASBAUM, L. *Uma vida em seis tempos: memórias*. São Paulo : Alfa-Ômega, 1976.
- BOITO JR., A. “Emancipação e revolução: crítica à leitura lukacsiana do jovem Marx”. *Crítica Marxista*, n. 36, pp. 43-53, 2013.
- BRANDÃO, G. M. “A ilegalidade mata – o Partido Comunista e o sistema partidário (1945/64)”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, número 33, ano 12, fev. de 1997, p. 23-34.
- BRITO, F. M. da S. *Da crítica político-estatal à crítica da política e*

do Estado: (re)pensando alguns tópicos sobre a crítica imanente em Karl Marx. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito / Universidade Federal Fluminense (dissertação de mestrado), 2005.

FONSECA, R. O. *Dos fins aos meios, da história ao discurso: enquadramento e ampliação no Orçamento Participativo de Porto Alegre. Departamento de História / Pontifícia Universidade Católica do Rio (dissertação de mestrado), 2005.*

_____. *A interdição discursiva: o caso da Conjuração Baiana de 1798 e outros limites à participação popular na história política brasileira. Programa de Pós-Graduação em Letras / Universidade Federal do Rio Grande do Sul (tese de doutorado), 2012.*

_____. “De uma concepção instrumental do Estado ao marxismo contra-revolucionário: quais as condições para um debate com os anarquistas?” *Passa Palavra* (site), 20 e 26 de novembro de 2013. Disponível em <http://passapalavra.info/2013/11/88710>

FOUCAULT, M. [1970] *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 7ª edição. São Paulo : Loyola, 2001.

FREDERICO, C. Nas trilhas da emancipação – prefácio à MARX, K. [1844] *Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel: introdução*. São Paulo : Expressão Popular, 2010.

GIOVANETTI NETTO, E. *O PCB na Assembléia Constituinte de 1946*. São Paulo : Novos Rumos, 1986.

HAROCHE, C. (1983) *Fazer dizer, querer dizer*. Tradução de Eni Orlandi, Freda Indursky e Marise Manoel. São Paulo : Hucitec, 1992.

HECKER, A. Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra. In: REIS, D. A., e FERREIRA, J. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2007.

HENRY, P. [1975] “Construções Relativas e Articulações

Discursivas". In: *Caderno de Estudos Linguísticos/Campinas*, 19, jul/dez, 1990.

HOBBSBAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita; revisão técnica de Maria Célia Paoli. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas : Unicamp, 1997.

_____. "Lula lá: estrutura e acontecimento". In: *Organon* - Revista do Instituto de Letras da UFRGS. Volume 17, número 35, 2003, p. 101-121.

LAGAZZI, S. *O desafio de dizer não*. Campinas, SP : Pontes, 1988.

MARIANI, B. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais, 1922-1989*. Rio de Janeiro : Revan; Campinas : Unicamp, 1998.

MAZZEO, A. C. *Sinfonia Inacabada – a política dos comunistas no Brasil*. Marília, SP : UNESP-Marília-Publicações; São Paulo : Boitempo, 1999.

MOTTA, R. P. S. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil*. São Paulo : Perspectiva : FAPESP, 2002.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: UNICAMP, 1995.

PCB – processo de cassação do registro (1947). Belo Horizonte: Aldeia Global, 1980.

PÊCHEUX, M. [1975]. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi [et al.]. 3ª edição. Campinas, SP : Editora da Unicamp, 1997.

_____. [1981] Ouverture du Colloque. In: *Colloque Matérialités Discursives*, Lille : Presses Universitaire de Lille, v. 1, pp. 6-10, 1981.

_____. [1982] "Delimitações, inversões, deslocamentos". Tradução de José Horta Nunes. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, (19) : 7-24, jul./dez. 1990.

- _____. [1982] Ideologia – aprisionamento ou campo paradoxal? Tradução de Carmen Zink. In: *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Textos selecionados por Eni Orlandi. 2ª edição. Campinas, SP : Pontes, 2011, p. 107-119.
- PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. [1975] A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. Trad. Péricles Cunha. In: GADET, F. & HAK, T. (org). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3ª edição. Campinas, SP : Editora da Unicamp, 1997, p. 163-252.
- RANCIÈRE, J. *O desentendimento: política e filosofia*. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo : Editora 34, 1996.
- _____. *A partilha do sensível: estética e política*. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo : Editora 34, 2005.
- Revista Problemas*, nº 1, agosto de 1947, disponível em http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/01, acessado em 27/01/2012.
- REZNIK, L. *Democracia e Segurança Nacional: a polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro : FGV, 2004
- RODEGHERO, C. S. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. 2ª edição. Passo Fundo, RS : UPF, 2003.
- SAMPAIO, B. A. & FREDERICO, C. *Dialética e materialismo: Marx entre Hegel e Feuerbach*. Rio de Janeiro : Editora UFRJ, 2006.
- SILVA, F. T. da, & SANTANA, M. A. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) da democratização (1945-1964). In REIS, D. A., e FERREIRA, J. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2007.
- SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 2ª edição. Rio de Janeiro : Saga, 1969.
- TFOUNI, F. E. V. “O Interdito como fundador do discurso”. In *Letras & Letras*, Uberlândia, n. 1, v. 22, p. 127-137, 2006.

_____. "O interdito e o silêncio: duas abordagens do impossível na linguagem". *Linguagem em (Dis)curso*, n. 2, v. 8, p. 353-371, 2008.

Sobre os organizadores e os autores

Angela Derlise Stübe é graduada em Letras Licenciatura Plena pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ (1997), mestre em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2000) e doutora em Linguística Aplicada, pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2008). Atualmente, é professora da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó/SC, no curso de graduação em Letras e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Trabalha, principalmente, com os seguintes temas: formação de professores, discurso pedagógico, ensino-aprendizagem de língua materna, políticas linguísticas. É membro do GT "Práticas Identitárias em Linguística Aplicada", na ANPOLL; líder do grupo de pesquisa "língua(gem), discurso e subjetividade"; coordenadora do "Fronteiras: Laboratório de Estudos do Discurso".

Clarice Pimentel Paulon é psicóloga, mestre em psicologia pela Universidade de São Paulo (USP/Brasil), financiamento Fapesp, doutoranda em psicologia clínica pela mesma universidade (financiamento pela Capes). Membro efetivo no Latesfip (Laboratório de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise) e membro da equipe brasileira no convênio Capes-Udelar (Montevideo-Uruguai). Desenvolve pesquisas de cunho interdisciplinar entre psicanálise, linguística e análise do discurso.

Ercília Ana Cazarin é doutora em Letras - área de Teorias do Texto e do Discurso pela UFRGS. Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras – UCPEL. Integrante do LEAD – Laboratório de Estudos em Análise do Discurso da UCPEL e do grupo de pesquisa GEPAD – grupo de estudos e pesquisas em Análise do Discurso – UFRGS. Suas pesquisas concentram-se na teoria da Análise de Discurso, com filiação em Michel Pêcheux. Atualmente tem como arquivo de pesquisa o discurso político de Dilma Rousseff. Autora do livro Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula (1978 – 1998), publicado pela Editora da UNIJUÍ, em 2005. É uma das organizadoras dos livros: Ensino e aprendizagem de Línguas, editora da UNIJUÍ, 2007; Práticas Discursivas e Identitárias, Nova Prova Editora, 2008; Língua, Escola e Mídia: entrelaçando teorias, conceitos e metodologias, editora da UPF, 2011

Fabio Elias Verdiani Tfouni é professor adjunto da Universidade Federal de Sergipe (UFS). É psicólogo, licenciado e bacharel em psicologia pela USP. É mestre em Linguística pela UNICAMP e Doutor em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Realizou estágio de Pós-Doutorado no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, com bolsa FAPESP. Tem experiência no campo da Linguística com ênfase em Análise do Discurso e na relação com a Psicanálise.

Leda Verdiani Tfouni possui graduação em Letras Anglo Germânicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1964), é Master Of Arts In Language Acquisition - University of California (1979), doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1984) e livre-docente e associada pela Universidade de São Paulo. Atualmente, é professora titular sênior da Universidade de São Paulo em Ribeirão Preto. Realizou estágio de pós-doutorado em duas ocasiões na Université de la Sorbonne Nouvelle, com Jacqueline Authier, e também na Universidade de Bologna, com Carlo Ginsburg. Atua na pós-graduação nas áreas de letramento, análise do discurso, autoria, psicanálise lacaniana, gêneros discursivos. Tem formação em psicanálise. É pesquisadora do CNPq.

Luiza Milano é doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professora na mesma Universidade, onde atua na graduação em Fonoaudiologia e em Letras e no respectivo Programa de Pós-Graduação, na linha de pesquisa de Teorias do Texto e do Discurso. Tem experiência no campo da Linguística, com ênfase em Epistemologia da Linguística, Linguística Saussureana e Teorias da Enunciação e no campo interdisciplinar, no diálogo com a Fonoaudiologia e a Psicanálise.

Maria Emília de Rodat de Aguiar Barreto Barros é graduada em Letras (UFPE/1981), especialista em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa (1992 - PUC / MG), mestra (2001) e doutora (2007) em

Letras (UFBA). Atualmente, professora adjunto nível 4 da Universidade Federal de Sergipe (UFS), atua na graduação e pós-graduação (PPGL). Pesquisa principalmente sobre o ensino de Língua Portuguesa (LP), os sujeitos partícipes do ensino Língua Portuguesa, observando as relações de poder institucionalmente determinadas entre esses sujeitos. Além da experiência com o ensino universitário, atuou como professora de Língua Portuguesa, nas redes de ensino público (Recife - PE) e particular (Recife / PE; Aracaju / SE).

Maria José Coracini é graduada em Letras: Francês-Português pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1972), mestre em Letras (Língua Francesa) pela Universidade de São Paulo (1981), doutora em Ciência: Lingüística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1988), Livre Docente (2000) e professora titular (2007) em Lingüística Aplicada na Área de Ensino/Aprendizagem de Língua Estrangeira pela Unicamp (2000). Tem pós-doutorado junto ao Centre Inter-universitaire en Analyse du Discours et Sociocritique des Textes (Ciadest) e ao grupo de pesquisa Marges (Marginalisation et Marginalité dans les discours), em Montréal, Canadá (1992-3). Mais recentemente, fez um estágio pós-doutoral junto à Université de Paris 3 (Sorbonne Nouvelle), Sylléd (abril-junho 2006), e junto à Universidade de Lisboa (Faculdade de Ciências da Psicologia e Educação), também em 2006, por três meses. Atualmente, é professor titular MS-6 na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Com experiência em Lingüística

Aplicada, atua principalmente, nos seguintes tópicos: ensino-aprendizagem (LM e LE), discurso de/sobre novas tecnologias, discurso de/sobre a pobreza, discurso científico, discurso pedagógico, tradução, identidade, leitura, escrita, subjetividade. Do ponto de vista teórico, trabalha no espaço movediço e escorregadio das fronteiras opacas e difusas entre discurso, psicanálise e desconstrução, na tentativa de compreender sempre mais as subjetividades em travessia: entre línguas-culturas, entre si e o outro - o outro de si...

Maurício Beck possui graduação em Psicologia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (2000), mestrado em Letras - Estudos Linguísticos (2005) e doutorado em Letras - Estudos Linguísticos (2010) pela Universidade Federal de Santa Maria. É professor visitante vinculado ao DLA da UESC, Ilhéus-BA. Tem experiência na área de Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: Análise de Discurso, linguagem, subjetividade e ideologia.

Noeli Tejera Lisbôa é jornalista - Bacharel em Comunicação Social - FABICO/UFRGS (1978); Mestre em Teorias do Texto e do Discurso - Instituto de Letras/UFRGS (2008). Dissertação: A pontuação do silêncio - uma análise discursiva da obra de Clarice Lispector. Orientadora: Freda Indursky

Rodrigo Oliveira Fonseca é adjunto da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e pesquisador na área de Análise do Discurso e História do Brasil. Doutor em

Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Desenvolve pesquisa sobre a discursividade das classes subalternas soteropolitanas a partir da Conjuração Baiana (1798), em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Taiane Volcan é formada em Comunicação Social - Habilitação Jornalismo e mestre em Letras pela Universidade Católica de Pelotas. Atualmente é doutoranda do curso de Letras e pesquisadora da UCPel. Atua na área da Comunicação, com ênfase em Cibercultura e Análise de Discurso Mediado por Computador, pesquisa principalmente os seguintes temas: discurso mediado por computador, humor e política em comunidades virtuais.

"tema central é o silêncio e o interdito, termos que podem ser analisados isoladamente ou em conjunto, observando as consequências de um sobre o outro, [...] se trata de uma temática atemporal, no sentido de que sua importância não se restringe ao momento atual, mas remete também ao passado, próximo ou longínquo, de qualquer sociedade, mas sobretudo de sociedades emergentes ou de terceiro mundo, em que o poder vigente, legitimamente constituído ou ilegitimamente construído, se impõe, de modo soberano, sobre os grupos sociais, silenciando as vozes contrárias aos seus desígnios. Mas, a importância da temática se deve, mais do que tudo, à pluralidade de contextos em que o interdito que silencia se faz presente: na política, na família, na escola, nos grupos de amizade, alguns dos quais se encontram muito bem analisados e abordados neste livro."

Do prefácio de Maria José Coracini